

MINUTA DO EDITAL

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO E DIGITAL Nº 202405150027/2024

EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA (SRP) Nº 03/2024

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO

FASES: INVERSA – PRIMEIRO HABILITAÇÃO E DEPOIS DISPUTA (CONFORME JUSTIFICATIVA NO DFD)

DATA DA SESSÃO: 31/07/2024 – ÀS 10H:00MIN

O MUNICÍPIO DE COQUEIRO SECO/ALAGOAS torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará por meio de sistema eletrônico, licitação na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA para registro de preços para contratação de empresa especializada na **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE COQUEIRO SECO/AL**, com MODO DE DISPUTA CONFORME PREÂMBULO e MENOR PREÇO, como critério de julgamento das propostas, considerando o que consta dos autos do Processo Administrativo, sob nº. **202405150027/2024**, regido pela Lei Federal nº. 14.133 de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 69/2023 e demais normas aplicáveis à espécie, o qual será conduzido e julgado pelo(a) Agente de contratação(a) Oficial deste Órgão, nomeado por Portaria nº 536/2024 do Prefeito de Coqueiro Seco/AL, observados os procedimentos, regras e condições estabelecidos neste EDITAL E SEUS ANEXOS, com a utilização do Sistema **BNC** - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS.

1. DO OBJETO:

1.1. O objeto da presente licitação é o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE COQUEIRO SECO/AL**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e projeto básico, anexo a este Edital.

1.2. As obras e serviços deverão atender às normas, especificações e métodos da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

1.3. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no cadastro do Sistema **BNC** e as especificações constantes deste Edital e seus anexos, prevalecerão estas últimas.

1.4. Integram este Edital, dele fazendo parte integrante como se transcritos em seu próprio corpo, os seguintes Anexos:

- 1.5. ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
- 1.6. ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA E PROJETOS;
- 1.7. ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 1.8. ANEXO IV – MINUTA CONTRATUAL;
- 1.9. ANEXO V – MODELO DE CARTA PROPOSTA

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

2.1. Poderão participar deste CONCORRÊNCIA interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **BNC**.

2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nos termos do [artigo 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#) e da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS DO EDITAL:

3.1. DO CREDENCIAMENTO:

3.2. O cadastro no na bolsa nacional de compras deverá ser realizado previamente pelo particular interessado diretamente no bnccompras.com, no endereço eletrônico, por meio de Login e senha, observada as regras, diretrizes e orientações indicadas no próprio Portal.

3.3. **ATENÇÃO:** O Município de Coqueiro Seco não é órgão responsável por promover o cadastro dos interessados no **BNC**, devendo o particular interessado responsabilizar-se por tal credenciamento.

3.4. O particular interessado (licitante) responsabiliza-se, exclusiva e formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. Qualquer declaração, informação ou documento falso anexado ao Sistema sujeitará o licitante às sanções administrativas previstas neste Edital, sem prejuízo de eventuais consequências de natureza civil e criminal.

3.6. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal, como também a presunção de sua capacidade técnica para operá-lo adequadamente, realizando todas as transações inerentes a este CONCORRÊNCIA.

3.7. O licitante é responsável pela comunicação imediata ao provedor do Sistema de qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para fins de imediato bloqueio de acesso.

3.8. O licitante responsabilizar-se-á pela utilização da chave de identificação e senha de acesso ao Sistema para participar do CONCORRÊNCIA na forma eletrônica.

3.9. O licitante é responsável por solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio, evitando utilizações indevidas por parte de prepostos e/ou terceiros.

3.10. O licitante responsabilizar-se-á pelos ônus decorrentes de eventuais perdas de negócios, como também das sanções cabíveis, diante da inobservância de mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

4. DA IMPOSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

4.1. Não cumprir os requisitos formais deste certame;

4.2. tenha elaborado, participado ou contribuído com a elaboração do Termo de Referência e/ou projeto básico ou executivo;

4.3. seja empresa estrangeira sem autorização de funcionamento no País;

4.4. esteja com o direito de licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE COQUEIRO SECO;

4.5. tenha sido declarada inidônea para licitar e contratar com Administração Pública, por decisão definitiva de qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, integrantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ou por força do art. 46, da Lei 8.443/1993, determinado pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

4.6. Não poderão disputar esta licitação:

4.6.1. Os licitantes que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.2. Os licitantes que se enquadrem no Art. 14, da Lei Federal nº 14.133/21.

4.6.3. Os atentes públicos de órgão ou da entidade licitante ou contratante, nos termos do § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5. **DA AFERIÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

5.1. Encerrada a ETAPA COMPETITIVA, e transcorrida a fase de exercício do direito de preferência (se for o caso), o Agente de contratação verificará o cumprimento das CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, realizando as seguintes consultas/diligências:

a) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU, no link <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>;

b) Consulta ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), mantido pela Receita Federal do Brasil, no link <http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/cadastros/consultas-cnpj>.

c) Não cumpridas quaisquer das condições de participação, o Agente de contratação DESCLASSIFICARÁ A PROPOSTA DO PARTICULAR, sendo este impedido de prosseguir no certame, por decisão fundamentada, devidamente registrada no campo DESCLASSIFICAÇÃO do Sistema **BNC**.

6. **DA FASE DE HABILITAÇÃO:**

6.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação de todos os participantes caso a fase de habilitação anteceder a de julgamento;

6.2. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.2.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

6.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.3.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.4. A verificação pelo Agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.4.1. Em caso de apresentação incompleta dos documentos de habilitação, o Agente de

contratação poderá abrir diligência, no prazo máximo de 02 (duas) horas, para que a empresa sane a pendência detetada.

6.4.2. Os documentos relativos à habilitação deverão ser enviados no momento do cadastro da proposta.

6.4.3. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

6.4.4. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.5. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.6. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

6.7. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

7. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

7.1. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO no presente certame compreenderá, a qual deverá ser, prévia e exclusivamente, encaminhada via Sistema **BNC**, até a data e horário de abertura da sessão eletrônica inicial do certame:

7.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (conforme o caso):

7.1.1.1. EMPRESÁRIO INDIVIDUAL: documento comprobatório da inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis competente (Junta Comercial);

7.1.1.2. MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) - CCMEI - Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <www.portaldoempreendedor.gov.br>;

7.1.1.3. EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (EIRELI) – ato constitutivo em vigor, devidamente registrado no órgão competente (Junta Comercial ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso);

7.1.1.4. SOCIEDADE EMPRESÁRIA: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente (Junta Comercial ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso), JUNTAMENTE com o último aditivo, ou SOMENTE o ato constitutivo consolidado e aditivos firmados posteriormente à referida consolidação;

7.1.1.5. SOCIEDADE POR AÇÕES: além dos documentos exigidos no subitem anterior, apresentar os documentos de eleição de seus administradores;

7.1.1.6. SOCIEDADE SIMPLES: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

7.1.1.7. EMPRESA OU SOCIEDADE ESTRANGEIRA: decreto de autorização, assim como ato de registro

ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.;

7.1.1.8. COOPERATIVAS: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

7.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

7.1.2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.1.2.2. prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Distrital ou Municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.1.2.3. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.1.2.4. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.1.2.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.1.2.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.1.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1.4. Registro, ou inscrição e quitação da empresa e dos responsáveis técnico habilitado no Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia – CREA ou Conselho de arquitetura e Urbanismo - CAU do local da sede do licitante.

7.1.5.

DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	50%
Plso vinílico semi-flexível em placas, padrão liso, espessura 3,2 mm, fixado com cola. af_09/2020	M²	1.200,00	600,00
Reassentamento de paralelepípedos, rejuntamento com argamassa, com reaproveitamento dos paralelepípedos - incluso retirada e colocação do material. af_12/2020	M²	4.200,00	2.100,00
Forro de gesso comum, em placas 60 x 60 cm, c/ isolamento em lã de vidro, inclusive madeiramento com ripões 3,5cm x 5,5cm, instalado	M²	1.580,00	790,00
Fornecimento e instalação de fachada em pele de vidro, em vidro laminado 3+3 refletivo	M²	200,00	100,00
Gradil c/ painel eletrosoldado galvanizado revestido em nylon com base chumbada, h = 1,03m, Nylofor 3D ou similar	M²	90,29	45,14
Pintura de meio-fio com tinta branca a base de cal (caiação). Af_05/2021	M	15.000,00	7.500,00

7.1.6. Comprovação de capacidade técnico-profissional da licitante de que possui profissional (is) de nível

superior em seu quadro permanente, como responsável técnico na data desta licitação, devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de CAT – Certidão de Acervo Técnico nos termos da resolução 1.025/09 CONFEA, por execução de objeto com características semelhantes ao objeto licitado elencados no Projeto Básico, o responsável técnico terá que comprovar por meio da CAT os itens de maior relevância. Constantes na planilha abaixo:

DESCRIÇÃO	U N D
Plso vinílico semi-flexível em placas, padrão liso, espessura 3,2 mm, fixado com cola. af_09/2020	M²
Reassentamento de paralelepípedos, rejuntamento com argamassa, com reaproveitamento dos paralelepípedos - incluso retirada e colocação do material. af_12/2020	M²
Forro de gesso comum, em placas 60 x 60 cm, c/ isolamento em lã de vidro, inclusive madeiramento com ripões 3,5cm x 5,5cm, instalado	M²
Fornecimento e instalação de fachada em pele de vidro, em vidro laminado 3+3 refletivo	M²
Gradil c/ painel eletrosoldado galvanizado revestido em nylon com base chumbada, h = 1,03m, Nylofor 3D ou similar	M²
Pintura de meio-fio com tinta branca a base de cal (caiação). Af_05/2021	M

7.1.7. Comprovação da licitante de que possui em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior especializados em engenharia civil ou arquitetura e urbanismo., conforme preconiza Art. 30 § 1º I da lei 8.666/93.

7.1.8. Não será necessário o profissional indicados pela licitante de fazer parte do quadro de responsáveis técnicos da empresa no CREA PJ, mais obrigatoriamente, terá que comprovar o vínculo entre o profissional e a empresa; essa comprovação deverá ser feita através de:

7.1.8.1. Relação empregatícia, por Carteira de Trabalho ou livro de Registro de Empregado autenticado pelo Tribunal Regional do Trabalho, ou:

7.1.8.2. Contrato de prestação de serviço autônomo, com firmas reconhecidas, contratante e contratado e com atribuições compatíveis com o objeto da licitação.

7.1.8.3. Declaração de futura contratação, caso a empresa venha ser vencedora do certame licitatório, a mesma, terá que contratar o profissional indico. A declaração terá que vir acompanhado da autorização do respectivo profissional.

7.1.9. Caso o profissional não fala parte do quadro técnico Terá que ser comprovado o registro e quitação do responsável técnico habilitado no Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia – CREA do local da sede do licitante, caso este não faça parte do quadro técnico da empresa.

7.1.10. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.1.10.1. Certidão negativa de falências expedida pelo distribuidor da sede da licitante, no máximo, 60 (sessenta) dias, caso não esteja expresso, na mesma, o seu prazo de validade;

7.1.10.2. Apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei;

- a) Serão considerados como na forma da lei o balanço patrimonial assim apresentado:
- b) sociedades regidas pela Lei n.º 6.404/76 (sociedade anônima):
- c) por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede oudomicílio da licitante.

- d) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):
- e) por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, ou
- f) por fotocópia do Balanço Patrimonial devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
- g) sociedade criada no exercício em curso ou com integralização do Capital Social:
- h) fotocópia do Balanço de Abertura (ou atualizado), devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
- i) O Balanço Patrimonial deve estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
- j) A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez
- k) Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas, os quais deverão ser iguais ou superiores a 1 UM:

LG= Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG= Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante

Passivo Circulante

- l) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), calculados e informados no BP ou certidão SICAF ou não apresentar os índices, deverão comprovar o Patrimônio Líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.
- m) No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);
- n) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- o) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
- p) Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- q) O prazo limite para fechamento das Demonstrações Contábeis é até o último dia domês de julho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refira a escrituração;
- r) Mesmo que as empresas sejam Microempreendedor individual – MEI, terá que apresentar Balanço patrimonial conforme Acórdão 133/2022 TCU Plenário.

7.1.11. A licitante deverá comprovar a prestação de garantia de participação de que trata o art. 58

§1 da lei 14.133/21 e demais normas legais pertinentes, nas modalidades previstas no § 1º do art. 96 da mesma lei equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação.

7.1.11.1. Qualquer licitante que apresentar caução com valor inferior a 1% (um por cento) ao valor da empreitada terá a caução invalidada e a respectiva inabilitação.

7.1.11.2. Sendo a modalidade de garantia escolhida, o seguro garantia ou fiança bancária emitida para respaldar a proposta deverá ser válida por 30 dias além da data da proposta.

7.1.11.3. Caso a opção de garantia seja caução em dinheiro o mesmo deverá ser efetuado através transferência Bancária na conta da prefeitura municipal, neste caso entrar em contato com a secretaria municipal de finanças para confirmação de conta para transferência.

7.1.11.4. A garantia será devidamente restituída aos licitantes após o término de processo licitatório.

7.1.12. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR OBRIGATÓRIA

7.1.12.1. Para o exercício de atividade de construção de obras civis, classificada como potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009 a empresa deverá apresentar **Certificado de Regularidade válido**, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata.

4.1.14.1.1. Caso a licitante seja dispensada de tal registro, por força de dispositivo legal, deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob pena da Lei.

7.1.13. DECLARAÇÕES

7.1.13.1. MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - de que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei;

7.1.13.2. NÃO EMPREGA TRABALHO DE MENOR - de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;

7.1.13.3. NÃO UTILIZA TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO - de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.1.13.4. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO - de que inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

7.1.13.5. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO - de que cumpre plenamente as condições de habilitação fixadas no Edital e seus apêndices;

7.1.13.6. ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA - de que elaborou de forma independente a proposta comercial e seu(s) lance(s).

7.1.13.7. DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS - de que trata a disponibilidade de equipamentos para boa execução das obras.

7.1.13.8. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E LIBERAÇÃO AMBIENTAL - de que trata toda a responsabilidade por danos e ônus, que venham a ser associados às obras e serviços

7.2. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar, além dos demais documentos de habilitação, o documento de comprovação do enquadramento como ME ou EPP, bem como toda a documentação exigida para efeito de comprovação de REGULARIDADE FISCAL, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.3. A critério do Agente de contratação, caso haja disponibilidade ON LINE e seja favorável à agilidade e competitividade do certame, poderão ser realizadas consultas diretamente aos sítios institucionais na Internet para fins de comprovação de regularidade de situação dos licitantes, fazendo constar, via CHAT, na ata dos trabalhos tais diligências.

7.4. Não havendo indicação no corpo da própria certidão ou documento oficial apresentado para comprovação das exigências de habilitação previstas nesta cláusula, serão considerados válidos todos aqueles emitidos há, no máximo, 180 DIAS da data da sessão inicial do presente certame.

7.5. O Termo de referência e/ou projeto básico por ser parte integrante deste edital, pode conter documentos diferentes dos listados acima, precisamente na parte de qualificação técnica, que via de regra deve ser atendido pela licitante participante sob pena de inabilitação.

7.6. Serão consideradas inabilitadas as licitantes que não atenderem os requisitos deste certame.

7.7. Em nenhuma hipótese, será concedido prazo para a apresentação dos documentos de habilitação exigidos neste Edital fora das hipóteses previstas em lei. A CPL, entretanto, poderá exigir, em qualquer oportunidade, os esclarecimentos complementares que julgar necessários à perfeita compreensão dos documentos apresentados.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

8.1. Na presente licitação, a fase de habilitação **antecederá** as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

8.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

8.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega definitiva e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

8.4. A falsidade da declaração de ME E EPP sujeitará o licitante às sanções previstas no Título IV, da Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

8.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.6. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.6.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

8.6.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

8.7. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema

eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

9.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

9.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

9.1.2. Marca de cada item ofertado, quando for o caso;

9.1.3. Fabricante de cada item ofertado, quando for o caso;

9.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

9.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

9.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência e/ou projeto básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

9.6. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos neste edital.

10. DA PROPOSTA COMERCIAL

10.1. Havendo aceitação da proposta comercial eletrônica classificada em primeiro lugar, o Agente de contratação solicitará do(s) licitante(s) vencedor(es) o encaminhamento da proposta comercial escrita, devidamente ajustada ao último lance ou ao valor negociado.

10.2. A PROPOSTA COMERCIAL ESCRITA deverá conter, preferencialmente, as seguintes informações e documentos:

a) folha de rosto em papel timbrado da empresa, contendo a firma ou denominação do particular, inclusive com o número do CNPJ, endereço, telefone e e-mail, bem como referência ao número do presente certame, o nome do Órgão a quem se destina, valor global em algarismos e por extenso, prazo de validade, e outras informações pertinentes;

10.3. Declaração expressa na proposta de que, no preço global proposto, estão incluídas todas as despesas diretas, indiretas e quaisquer outras necessárias à total e perfeita execução das obras e serviços desta licitação, constituindo-se, portanto, na única remuneração devida pelo contratante.

10.4. Declaração expressa na proposta de que as despesas decorrentes da elaboração da proposta

correm por conta da licitante, não lhe cabendo direito a indenização de qualquer natureza;

10.5. Planilha Orçamentária formulada segundo o modelo que integra este Edital, onde constem todos os preços unitários e totais, percentual do BDI/LDI e o preço global para a execução das obras e serviços licitados;

10.6. Cronograma físico-financeiro, contendo:

10.7. Pelo sistema de barras, a evolução física das obras ao longo do prazo de execução;

10.8. Em percentuais do valor global da proposta, o cumprimento de cada item de serviço ao longo da execução das obras;

10.9. Valor do faturamento mensal previsto;

10.10. Valor acumulado do faturamento previsto ao longo da execução das obras;

10.11. Detalhamento do BDI/LDI; e

10.12. A planilha de composição de custos unitários que explicitam os preços de insumos e os índices de produtividade.

10.13. Os preços unitários que sejam superiores àqueles orçados e fixados na Planilha Orçamentária integrante deste Edital, apenas poderão ser aceitos se, simultaneamente, forem atendidos os seguintes requisitos:

10.13.1. Os acréscimos verificados não ultrapassem os preços unitários orçados e fixados na Planilha Orçamentária integrante deste Edital, em mais de 10% (dez por cento); e

10.13.2. O preço global proposto pela licitante seja inferior ou igual àquele orçado e fixado na Planilha Orçamentária integrante deste Edital.

10.14. As licitantes deverão apresentar as propostas na seguinte ordem: planilhas com detalhamento do BDI/LDI, cronograma e composição de custos unitários.

10.15. O Agente de contratação convocará o(s) particular(es), via *CHAT*, para encaminhar a respectiva proposta e habilitação, por meio da opção "Enviar Anexo" no Sistema **BNC**, **no prazo de 02 (duas) HORAS**, observados os procedimentos e regras fixados deste Edital, podendo esse prazo ser prorrogado a requerimento do interessado e/ou a critério do Agente de contratação.

10.16. Sempre que houver necessidade por parte do Agente de contratação quanto ao conteúdo ou valores apresentados na proposta de preços, o mesmo, poderá solicitar diligências afim de assegurar o cumprimento do objeto.

10.17. Quaisquer modelos apensos (ou anexados) a este Edital servem apenas como orientação aos licitantes, não sendo motivo de desclassificação, a apresentação de propostas ou documentos que sejam elaboradas de forma diferente, mas que contenham os elementos essenciais para comprovação das informações necessárias.

10.18. No julgamento das propostas, e considerando o interesse público na maior competitividade possível no certame, o Agente de contratação poderá:

10.18.1. solicitar complementação de informações, documentos e ajustes na proposta escrita para fins de atendimentos das exigências legais e editalícias;

10.19. solicitar ajustes aritméticos e/ou de percentuais e valores da planilha de custo e formação de preços para fins de adequação da proposta às exigências legais e editalícias, vedada majoração do valor global proposto;

10.20. sanar erros ou falhas que não alterem a substância e nem a validade jurídica das propostas e documentos anexos, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação;

10.21. realizar diligências em sítios oficiais e/ou via telefone para fins de complementação de informações acessórios ou que não prejudiquem a segurança da proposta do particular, sendo tudo consignado, via CHAT, na ata dos trabalhos.

11. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

11.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

11.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

11.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

11.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de contratação e os licitantes.

11.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

11.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá estar em conformidade com o intervalo de menor preço fixado no sistema.

11.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

11.10. Caso o sistema não contenha ainda a funcionalidade de exclusão do lance, a licitante pode contactar o Agente de contratação por qualquer meio hábil para que o mesmo faça a exclusão do lance inconsistente ou inexequível.

11.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **ABERTO OU ABERTO E FECHADO CONFORME CONSTE NO PREAMBULO DO EDITAL E NOS SISTEMA, EM CASO DE DIVERGENCIA ENTRE O EDITAL E O SISTEMA, PREVALECE O SISTEMA.**

11.12. **Na fase de lances na CONCORRÊNCIA o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.**

11.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de

duração da sessão pública.

11.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

11.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

11.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

11.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

11.13. **Na fase de lances na CONCORRÊNCIA o modo de disputa "ABERTO E FECHADO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com um lance final e fechado, observados os seguintes procedimentos:**

11.13.1. A disputa terá duração inicial de QUINZE MINUTOS e, após tal prazo, o Sistema encaminhará aviso de fechamento iminente da primeira parte dos lances; após o que transcorrerá um segundo período de tempo de até DEZ MINUTOS, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;

11.13.2. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até DEZ POR CENTO SUPERIORES àquela possam ofertar UM LANCE FINAL E FECHADO em até CINCO MINUTOS, o qual será SIGILOSO até o encerramento deste prazo;

11.13.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas na alínea anterior, poderão os autores dos melhores lances, na ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, até o máximo de TRÊS, oferecer UM LANCE FINAL E FECHADO em até CINCO MINUTOS, o qual será SIGILOSO até o encerramento deste prazo;

11.13.4. Após o término dos prazos estabelecidos nas alíneas anteriores, o Sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores;

11.13.5. Não havendo LANCE FINAL E FECHADO classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de TRÊS, na ordem de classificação, possam ofertar UM LANCE FINAL E FECHADO em até CINCO MINUTOS, o qual será SIGILOSO até o encerramento deste prazo;

11.13.6. Poderá o Agente de contratação, justificadamente, admitir o REINÍCIO DA ETAPA FECHADA, caso nenhum LICITANTE CLASSIFICADO na etapa de lance fechado atender às exigências de HABILITAÇÃO.

11.13.7. Durante a fase de lances, o Agente de contratação poderá EXCLUIR qualquer lance cujo valor seja considerado supostamente irrisório ou inexequível, ou até que entenda ter sido lançado erroneamente, cabendo ao sistema o encaminhamento de mensagem automática ao licitante, o qual terá a faculdade de repetir tal lance.

11.13.8. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

11.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

11.16. No caso de desconexão com o Agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva do CONCORRÊNCIA, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico: **BNC**.

11.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

11.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

11.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

11.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

11.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

11.20.4. O Agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e

já apresentados.

11.20.5. É facultado ao Agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

11.21. Após a negociação do preço, o Agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12. DA FASE DE JULGAMENTO:

12.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/).

12.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei Federal nº 8.429, de 1992.

12.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de contratação diligenciará para verificar se

houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

12.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

12.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

12.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com a LC nº 123/06.

12.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

12.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

12.7.1. Se enquadrarem nos casos previstos no Art. 59, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.7.1.1. contiverem vícios insanáveis;

12.7.1.2. - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

12.7.1.3. - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

12.7.1.4. - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

12.7.1.5. - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

12.7.1.6. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

12.7.1.7. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput do artigo 59 da lei 14.133/21.

12.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

12.8.1. A inexequibilidade, só será considerada após diligência do Agente de contratação, que comprove:

12.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

12.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

12.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

12.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

12.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

12.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

12.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

13. DOS RECURSOS:

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará os prazos e a forma dispostos no [art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

13.2. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema: **BNC**.

13.3. Dos atos da Administração decorrentes cabem:

13.3.1. recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

13.3.1.1. ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

13.3.1.2. julgamento das propostas;

13.3.1.3. ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

13.3.1.4. anulação ou revogação da licitação;

13.3.1.5. extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

13.4. pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

13.5. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei 14.133/21, da ata de julgamento;

13.6. apreciação dar-se-á em fase única.

13.7. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.8. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

13.9. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

13.10. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, se enquadra nas previsões contidas no [Art. 155, incisos IV, V, VI, VIII, IX, X, Xlle XII da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

14.2. Os licitantes que incorrerem nas infrações previstas no item anterior, após o devido processo administrativo, estarão sujeitas às sanções previstas no [Art.](#)

156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, devendo protocolar diretamente no sistema eletrônico do Portal de Compras Públicas ([BNC](#)) o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, nos termos do [Art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sistema próprio da licitação no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16. DA ASSINATURA DO CONTRATO:

16.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (CINCO) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;

16.2. As normas a serem seguidas para aqueles convocados para a assinatura do instrumento contratual ou equivalente, são aquelas estabelecidas no [Art. 90 da Lei Federal nº 14.133/21](#).

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. Quando não houver recurso administrativo, o Agente de contratação encerrará a sessão e submeterá a apreciação da autoridade competente devidamente instruído quem ADJUDICARÁ o objeto ao(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) for(em) considerada(s) vencedora(s) do certame, para posterior HOMOLOGAÇÃO.

17.2. Caso haja RECURSO ADMINISTRATIVO, o processo será submetido à superior consideração da autoridade competente para fins de decisão final do recurso, homologação do certame e a adjudicação do objeto ao(s) vencedor(es).

17.3. Por meio de DESPACHO fundamentado, poderá a autoridade competente:

- a) homologar o certame para produção de todos os efeitos de fato e de direito previstos na legislação;
- b) anular, total ou parcialmente, em razão de ilegalidade, determinando o aproveitamento dos atos não viciados; ou,
- c) revogar, total ou parcialmente, o certame por razões de conveniência e oportunidade, à luz do interesse público primário tutelado.

17.4. Não havendo homologação do certame, decorridos 90 DIAS da data de abertura das propostas, fica(m) o(s) licitante(s) liberado(s) dos compromissos assumidos em sua(s) proposta(s).

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. A dotação orçamentária destinada a pretensa aquisição/serviço será a constante nos autos do processo administrativo que originou esse CONCORRÊNCIA.

19. DO REAJUSTE E DA REVISÃO DE PREÇOS

19.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência ou projeto básico, anexo a este Edital, na falta de índice oficial estabelecido no Termo de referência, será utilizado o INCC - Índice Nacional de Construção Civil.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

20.1. O sistema gerará automaticamente a ata da sessão pública no sistema eletrônico.

20.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de contratação.

20.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

20.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-

se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente da Prefeitura de Coqueiro Seco/AL.

20.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico **BNC**).

Coqueiro Seco/AL, 19 de junho de 2024.

Felipe Everton da Silva Santos

Secretário Municipal de Infraestrutura, Serviços Urbanos serviços urbanos e habitação



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**REFORMAS, AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E
CORRETIVA DOS PRÉDIOS, LOGRADOUROS E ESPAÇOS
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE COQUEIRO SECO / AL**

**COQUEIRO SECO - ALAGOAS
MAIO / 2024**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**REFORMAS, AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E
CORRETIVA DOS PRÉDIOS, LOGRADOUROS E ESPAÇOS
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE COQUEIRO SECO / AL**

**COQUEIRO SECO - ALAGOAS
MAIO / 2024**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Processo Administrativo

1. DA APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Administração, vem apresentar este estudo técnico preliminar para a primeira etapa do planejamento, que visa à possibilidade de contratação de empresa especializada para futura contratação de Empresa de Engenharia para Prestar Serviços, sobre demanda, de Reformas, Ampliação, Manutenção Preventiva e Corretiva com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, referenciados nas planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, Sistema de Orçamento de Obras de Sergipe - ORSE e Sistema de Custos Referenciais de Obras - SICRO em PRÉDIOS, LOGRADOUROS E ESPAÇOS PÚBLICOS do Município de Coqueiro Seco /AL.

A presente licitação deverá ser na modalidade CONCORRENCIA, do tipo maior percentual de desconto ofertado sobre o valor unitário de preços SINAPI/ORSE/SICRO não desonerada do mês de fevereiro/2024.

Fundamentação: Art. 18 da Lei 14.133/2021.

Classificação do objeto: serviço de engenharia nos termos do art. 6º XXI da Lei 14.133/2021.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A reforma e manutenção dos prédios e logradouros públicos municipais é importante e necessária porque garante as boas condições e segurança das pessoas e patrimônio, reduzindo o risco de acidentes e permitindo o funcionamento ininterrupto dessas unidades. Com a manutenção preventiva, ocorre a diminuição da possibilidade de ter de gastar muito com grandes

consertos e reformas. Sendo assim, visando garantir as atividades em todas as unidades prediais e logradouros deste Município, a Administração promove através deste pleito, a contratação de uma empresa que efetue os serviços de reforma, ampliação, manutenção e reparos civis, elétricos e hidráulicos, entre outros, em todas as unidades que compõem o sistema do município de Coqueiro Seco/AL. Vale ressaltar que tal contratação visa trazer economicidade, tendo em vista que, dependendo do tipo de serviço que não seja executado com agilidade, devido ao processo legal e nem sempre rápido, pode ensejar sérios transtornos e desperdícios, além de inviabilizar a utilização de algum ou de vários locais públicos. Esse modelo de contratação refere-se à prestação de tais serviços com cobertura total de peças e materiais.

Portanto, para realização do feito o município não possui no quadro efetivo profissionais habilitados para executar obras desde a fundação, onde a utilização da mão-de-obra dos servidores do Setor de Obras, alcança apenas pequenos reparos e serviços comuns.

Ademais, o pessoal do quadro permanente não consegue atender toda a demanda do município, onde os mesmos são designados diariamente para resolver pequenos problemas estruturais e manter os prédios e logradouros sempre conservados para uso.

Neste sentido é imprescindível a contratação de empresa jurídica para realizar os serviços de obra pleiteado neste ETP.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A previsão para a futura contratação encontra-se no Plano de Contratações Anual e está alinhado com os instrumentos de planejamento realizado pela Secretaria Municipal de Administração prevista a contratação para maio de 2024.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos necessários à contratação com vistas ao atendimento da necessidade encontram-se conforme os ditames da lei, não havendo em nenhum momento especificações demasiadas.

As especificidades da empresa a ser contratada devem abranger os seguintes pontos:

4.1. Empregar, na execução dos serviços, pessoal devidamente qualificado, designar preposto, por meio de Carta de Preposição, com amplos poderes para representá-la formalmente durante a prestação dos serviços, em todos os assuntos operacionais e administrativos relativos ao objeto do contrato. O Responsável Técnico poderá acumular a posição de preposto da CONTRATADA.

4.2. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, disponibilizando todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários.

4.3. Manter equipe mínima devidamente equipada com Equipamentos de proteção individual e disponível de segunda a sábado das 08:00 às 18:00hs em permanente contato com a secretaria de Infraestrutura.

4.4. Manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes.

4.5. Assumir total responsabilidade pelo controle de frequência, disciplina e pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, inclusive as decorrentes de acidentes, indenizações, multas, seguros, pagamentos a fornecedores diretos, normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho (NR), assim como pelo cumprimento de todas as demais obrigações atinentes ao contrato.

4.6. Proceder à limpeza e retirada de entulhos dos locais de trabalho, após a execução de serviços.

4.7. Dar ciência à Fiscalização, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do serviço.

4.8. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Secretaria demandante e Setor de Obras, prestando todos os esclarecimentos que forem por ela solicitados, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente.

4.9. Fornecer, no ato da entrega da Nota Fiscal, certidões, ART geral de manutenção, planilha atestada.

4.10. Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do art. 92, inc. XVI, da Lei nº 14.133/2021.

4.11. Não vincular sob hipótese alguma, o pagamento dos salários de seus empregados ao pagamento efetuado pela PMCS.

4.12. Apresentar por ocasião da execução dos serviços a serem prestados a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART/CREA ou RRT/CAU, devidamente registrada.

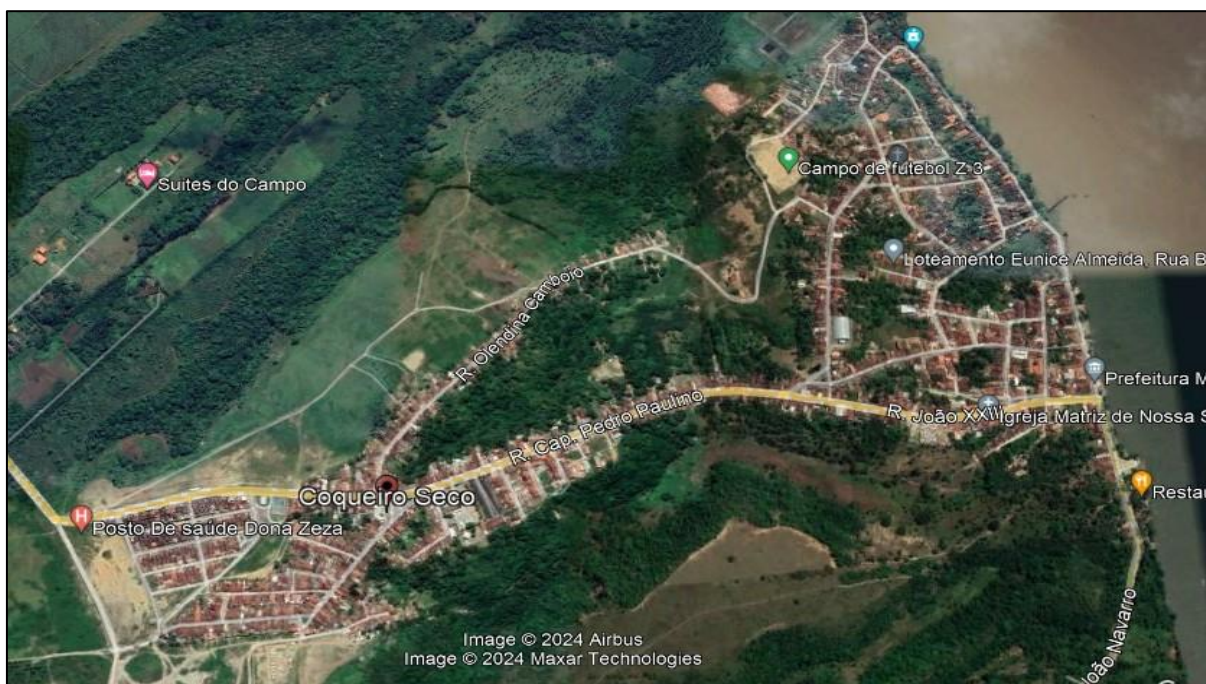
4.13. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelos órgãos competentes.

5. QUANTO AOS MATERIAIS NECESSÁRIOS

5.1 Além dos equipamentos, maquinário e ferramentas necessários à execução da obra, a contratada deverá fornecer todos os materiais previstos nos projetos executivos anexos ao instrumento convocatório, observando a descrição desses e os critérios qualitativos e quantitativos detalhados pela equipe técnica na planilha orçamentária, nas memórias de cálculos e

no memorial descritivo de cada etapa do projeto. A contratada se responsabilizará também pela gestão dos insumos, não se admitindo atraso na execução dos serviços por alegada ausência de materiais.

6. MAPA DA CIDADE




Fonte: Google Maps, 2024.

7. DA LICITAÇÃO

A presente licitação deverá ser na modalidade CONCORRENCIA, do tipo maior percentual de desconto ofertado sobre o valor unitário de preços SINAPI/ORSE/SICRO sem desoneração de fevereiro/2024. Haja vista a complexidade do objeto e a necessidade de análise minuciosa da qualificação técnica do tipo maior percentual de desconto ofertado sobre o valor unitário de preços SINAPI/ORSE/SICRO sem desoneração de fevereiro/2024.



8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES
Lote único - Obra

<div><div>ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE COQUEIRO SECO</div></div>						Ref.: SINAPI: FEVEREIRO/24 - SEM DESONERAÇÃO Ref.: ORSE: JANEIRO/24 BDI 22,88% Local: Coqueiro Seco - Alagoas			
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA									
ITEM	CÓDIGO	REF	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND	QTD	VALORES			
						UNITÁRIO	UNIT.C/ BDI	TOTAL	
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES								R\$ 48.408,48
1.1	0051	ORSE	Placa da obra em chapa de aço galvanizado	m²	36,00	R\$ 349,88	R\$ 429,93	R\$ 15.477,48	
1.2	0053	ORSE	Tapume de chapa compensada, espessura 10mm (35x2,2m)	m²	300,00	R\$ 89,33	R\$ 109,77	R\$ 32.931,00	
2.0	ADMINISTRAÇÃO LOCAL								R\$ 311.542,00
2.1	90777	SINAPI	Engenheiro Civil com encargos complementares	h	1.000,00	R\$ 121,52	R\$ 149,32	R\$ 149.320,00	
2.2	90780	SINAPI	Mestre de obras com encargos complementares	h	1.800,00	R\$ 39,34	R\$ 48,34	R\$ 87.012,00	
2.3	100289	SINAPI	Vigia noturna com encargos complementares	h	3.000,00	R\$ 20,40	R\$ 25,07	R\$ 75.210,00	
3.0	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS								R\$ 432.757,02

3.1	3240	ORSE	Demolição de piso de alta resistência	m ²	1.200,00	R\$ 18,75	R\$ 23,04	R\$ 27.648,00
3.2	97622	SINAPI	Demolição de alvenaria de bloco furado, de forma manual, sem reaproveitamento.	m ³	650,23	R\$ 53,31	R\$ 65,51	R\$ 42.596,57
3.3	97633	SINAPI	Demolição de revestimento cerâmico, de forma manual, sem reaproveitamento.	m ²	1.365,56	R\$ 21,37	R\$ 26,26	R\$ 35.859,61
3.4	97627	SINAPI	Demolição de pilares e vigas em concreto armado, de forma mecanizada com martelo, sem reaproveitamento.	m ³	3,58	R\$ 151,71	R\$ 186,42	R\$ 667,38
3.5	43	ORSE	Retirada de calha	m	250,00	R\$ 9,91	R\$ 12,18	R\$ 3.045,00
3.6	12	ORSE	Retirada de forro PVC	m ²	1.450,26	R\$ 7,48	R\$ 9,19	R\$ 13.327,89
3.7	18	ORSE	Demolição de piso cerâmico ou ladrilho	m ²	1.652,00	R\$ 13,13	R\$ 16,13	R\$ 26.646,76
3.8	17	ORSE	Demolição de reboco	m ²	1.200,00	R\$ 8,26	R\$ 10,15	R\$ 12.180,00
3.9	31	ORSE	Remoção de esquadria de madeira, com ou sem batente	m ²	185,25	R\$ 15,00	R\$ 18,43	R\$ 3.414,16
3.10	4942	ORSE	Remoção de esquadria metálica, com ou sem reaproveitamento	m ²	124,56	R\$ 19,23	R\$ 23,63	R\$ 2.943,35
3.11	97628	SINAPI	Demolição de lajes, de forma manual, sem reaproveitamento.	m ³	7,50	R\$ 249,55	R\$ 306,65	R\$ 2.299,88
3.12	8038	ORSE	Demolição de alvenaria de elementos vazados (cobogó), sem reaproveitamento	m ³	75,00	R\$ 36,39	R\$ 44,72	R\$ 3.354,00
3.13	8	ORSE	Demolição de alvenaria de pedra	m ³	6,25	R\$ 75,02	R\$ 92,18	R\$ 576,13
3.14	9182	ORSE	Demolição de concreto com martelo e compressor	m ³	8,56	R\$ 418,28	R\$ 513,98	R\$ 4.399,67
3.15	11390	ORSE	Demolição de divisórias tipo naval	m ²	35,26	R\$ 15,40	R\$ 18,92	R\$ 667,12
3.16	12	ORSE	Demolição de forros	m ²	250,00	R\$ 7,48	R\$ 9,19	R\$ 2.297,50

3.17	5067	ORSE	Demolição de laje pre-fabricada comum ou em treliça, inclusive capeamento	m²	25,60	R\$ 17,59	R\$ 21,61	R\$ 553,22
3.18	5005	ORSE	Demolição de madeiramento de telhado de fibro-cimento 4mm e reassentamento para telha de fibro-cimento 8mm	m²	125,89	R\$ 38,50	R\$ 47,31	R\$ 5.955,86
3.19	30	ORSE	Demolição de madeiramento em coberturas com telhas cerâmicas	m²	780,00	R\$ 24,39	R\$ 29,97	R\$ 23.376,60
3.20	4297	ORSE	Retirada e reassentamento de madeiramento para telhas cerâmicas	m²	1.000,00	R\$ 84,24	R\$ 103,51	R\$ 103.510,00
3.21	21	ORSE	Demolição de meio-fio granítico ou pre-moldado	m	1.300,00	R\$ 9,36	R\$ 11,50	R\$ 14.950,00
3.22	20	ORSE	Demolição de pavimentação em paralelepípedo ou pré-moldados de concreto c/ reaproveitamento	m²	1.256,23	R\$ 9,91	R\$ 12,18	R\$ 15.300,88
3.23	7989	ORSE	Demolição de pavimentação em paralelepípedo sem reaproveitamento	m²	526,50	R\$ 11,24	R\$ 13,81	R\$ 7.270,97
3.24	97635	SINAPI	Demolição de pavimento intertravado, de forma manual, com reaproveitamento.	m²	648,00	R\$ 16,14	R\$ 19,83	R\$ 12.849,84
3.25	18	ORSE	Demolição de piso cerâmico ou ladrilho	m²	729,00	R\$ 13,13	R\$ 16,13	R\$ 11.758,77
3.26	7991	ORSE	Demolição de rufo de concreto	m	81,00	R\$ 4,15	R\$ 5,10	R\$ 413,10
3.27	16	ORSE	Demolição manual de piso cimentado sobre lastro de concreto - Rev 01	m²	162,00	R\$ 24,38	R\$ 29,96	R\$ 4.853,52
3.28	43	ORSE	Retirada de calha	m	109,35	R\$ 9,91	R\$ 12,18	R\$ 1.331,88
3.29	267	ORSE	Retirada e reassentamento de telha cerâmica tipo canal, 1ª qualid, cor clara, Itabaianinha ou similar	m²	486,00	R\$ 38,78	R\$ 47,65	R\$ 23.157,90
3.30	100393	SINAPI	Retirada e recolocação de caibro em telhados de até 2 águas com telha	m²	607,50	R\$ 17,62	R\$ 21,65	R\$ 13.152,38

			cerâmica capa-canal, incluso transporte vertical.					
3.31	100388	SINAPI	Retirada e recolocação de ripa em telhados de até 2 águas com telha cerâmica ou de concreto de encaixe, incluso transporte vertical. af_07/2019	m ²	607,50	R\$ 16,61	R\$ 20,41	R\$ 12.399,08
4.0	MOVIMENTO DE TERRA, FUNDAÇÕES E INFRAESTRUTURA							R\$ 247.492,03
4.1	93358	SINAPI	Escavação manual de vala com profundidade menor ou igual a 1,30 m.	m ³	450,00	R\$ 80,22	R\$ 98,57	R\$ 44.356,50
4.2	90091	SINAPI	Escavação mecanizada de vala com prof. até 1,5m (média entre montante e jusante/uma composição por trecho), com escavadeira hidráulica (0,8m ³ /111HP), larg. de 1,5 m a 2,5 m, em solo de 1ª categoria, locais com baixo nível de interferência.	m ³	128,69	R\$ 5,85	R\$ 7,19	R\$ 925,28
4.3	93380	SINAPI	Reaterro do caixão	m ³	125,45	R\$ 13,46	R\$ 16,54	R\$ 2.074,94
4.4	6456	ORSE	Concreto Armado fck=21,0MPa, usinado, bombeado, adensado e lançado, para Uso Geral, com formas planas em compensado resinado 12mm (05 usos)	m ³	15,29	R\$ 2.330,28	R\$ 2.863,45	R\$ 43.782,15
4.5	126	ORSE	Concreto simples fabricado na obra, fck=15 mpa, lançado e adensado	m ³	26,32	R\$ 592,14	R\$ 727,62	R\$ 19.150,96
4.6	102473	SINAPI	Concreto magro para lastro, traço 1:4,5:4,5 (em massa seca de cimento/ areia média/ seixo rolado) - preparo mecânico com betoneira 400 l. af_05/2021	m ³	12,89	R\$ 482,72	R\$ 593,17	R\$ 7.645,96

4.7	94	ORSE	Concreto ciclópico	m ³	18,69	R\$ 692,17	R\$ 850,54	R\$ 15.896,59
4.8	101115	SINAPI	Escavação horizontal em solo de 1ª categoria com trator de esteiras (150hp/lâmina: 3,18m³).	m ³	165,23	R\$ 3,38	R\$ 4,15	R\$ 685,70
4.9	93378	SINAPI	Reaterro mecanizado de vala com retroescavadeira (capacidade da caçamba da retro: 0,26 m³ / potência: 88 hp), largura até 0,8 m, profundidade até 1,5 m, com solo (sem substituição) de 1ª categoria em locais com baixo nível de interferência	m ³	165,23	R\$ 20,55	R\$ 25,25	R\$ 4.172,06
4.10	94319	SINAPI	Aterro manual de valas com solo argilo-arenoso e compactação mecanizada	m ³	76,03	R\$ 78,05	R\$ 95,91	R\$ 7.292,04
4.11	100576	SINAPI	Regularização e compactação de subleito de solo predominantemente argiloso.	m ²	1.800,00	R\$ 2,45	R\$ 3,01	R\$ 5.418,00
4.12	100981	SINAPI	Carga, manobra e descarga de entulho em caminhão basculante 6 m³ - carga com escavadeira hidráulica (caçamba de 0,80 m³ / 111 hp) e descarga livre (unidade: m³).	m ³	356,26	R\$ 9,00	R\$ 11,06	R\$ 3.940,24
4.13	97912	SINAPI	Transporte com caminhão basculante de 6 m³, em via urbana em leito natural (unidade: m³xkm).	m ³	356,26	R\$ 3,64	R\$ 4,47	R\$ 1.592,48
4.14		COMPOSIÇÃO 01	Muro de arrimo de alvenaria de pedra argamassada	m ³	112,50	R\$ 655,09	R\$ 804,97	R\$ 90.559,13
5.0	DRENAGEM							R\$ 186.640,29
5.1	Serviços técnicos							R\$ 2.012,50

5.1.1	99063	SINAPI	Locação de redes de água ou esgoto, inclusive topógrafo	m	350,00	R\$ 4,68	R\$ 5,75	R\$ 2.012,50
5.2	Movimento de terra							R\$ 8.746,65
5.2.1	6316	ORSE	Lastro de areia - berço e envoltório de areia	m³	45,00	R\$ 149,67	R\$ 183,91	R\$ 8.275,95
5.2.2	100973	SINAPI	Carga, transporte e descarga de solo, descarga livre	m³	45,00	R\$ 8,51	R\$ 10,46	R\$ 470,70
5.3	Tubo em concreto armado							R\$ 119.750,34
5.3.1	92809	SINAPI	Assentamento de tubo em concreto armado 400 mm	m	90,00	R\$ 48,53	R\$ 59,63	R\$ 5.366,70
5.3.2	7745	SINAPI	Fornecimento de tubo de concreto armado para águas pluviais, classe pa-1, com encaixe ponta e bolsa, diâmetro nominal de 400 mm	m	90,00	R\$ 85,27	R\$ 104,78	R\$ 9.430,20
5.3.3	92811	SINAPI	Assentamento de tubo de concreto para redes coletoras de águas pluviais, diâmetro de 600 mm, junta rígida, instalado em local com alto nível de interferências (não inclui fornecimento). af 12/2015	m	150,00	R\$ 70,45	R\$ 86,57	R\$ 12.985,50
5.3.4	8570	ORSE	Fornecimento de tubo de concreto armado ca2 d=0,60 m	m	150,00	R\$ 199,80	R\$ 245,51	R\$ 36.826,50
5.3.5	92813	SINAPI	Assentamento de tubo de concreto para redes coletoras de águas pluviais, diâmetro de 800 mm, junta rígida, instalado em local com baixo nível de interferências (não inclui fornecimento). af 12/2015	m	96,00	R\$ 94,94	R\$ 116,66	R\$ 11.199,36
5.3.6	8572	ORSE	Fornecimento de tubo de concreto armado ca2 d=0,80 m	m	96,00	R\$ 372,50	R\$ 457,73	R\$ 43.942,08
5.4	Boca de lobo, caixa de ligação e dispositivos							R\$ 33.377,20

5.4.1	97956	SINAPI	Boca de lobo simples	und	20,00	R\$ 1.358,12	R\$ 1.668,86	R\$ 33.377,20
5.5.	Ponta de Ala							R\$ 22.753,60
5.5.1	94971	SINAPI	Concreto fck = 25mpa, traço 1:2,3:2,7 (cimento/ areia média/ brita 1) - preparo mecânico com betoneira 600 l.	m³	6,25	R\$ 462,08	R\$ 567,80	R\$ 3.548,75
5.5.2	92268	SINAPI	Fôrma em chapa de madeira compensada e=18mm	m²	45,00	R\$ 110,13	R\$ 135,33	R\$ 6.089,85
5.5.3	92919+0034	SINAPI	Armação de estrutura de concreto armado utilizando aço CA-50 10.0mm	kg	500,00	R\$ 21,35	R\$ 26,23	R\$ 13.115,00
6.0			SUPERESTRUTURA					R\$ 95.640,40
6.1	6456	ORSE	Concreto Armado fck=21,0MPa, usinado, bombeado, adensado e lançado, para Uso Geral, com formas planas em compensado resinado 12mm (05 usos)	m³	18,56	R\$ 2.358,89	R\$ 2.898,60	R\$ 53.798,02
6.2	102480	SINAPI	Concreto fck = 15mpa, traço 1:3,4:3,4 (em massa seca de cimento/ areia média/ seixo rolado) - preparo mecânico com betoneira 600 l.	m³	12,56	R\$ 519,56	R\$ 638,44	R\$ 8.018,81
6.3	101963	SINAPI	Laje pré-moldada unidirecional, biapoiada, para piso, enchimento em cerâmica, vigota convencional, altura total da laje (enchimento+capa) = (8+4).	m²	80,25	R\$ 190,65	R\$ 234,27	R\$ 18.800,17
6.4	93184	SINAPI	Verga pré moldada para porta	m	60,00	R\$ 32,30	R\$ 39,69	R\$ 2.381,40
6.5	93182	SINAPI	Verga pré moldada para janela	m	120,00	R\$ 43,29	R\$ 53,19	R\$ 6.382,80
6.6	93194	SINAPI	Contraverga pré moldada para janela	m	120,00	R\$ 42,45	R\$ 52,16	R\$ 6.259,20

7.0			PAREDES E PAINÉIS					R\$ 247.521,79
7.1	103332	SINAPI	Alvenaria de vedação de 1/2 vez em tijolos cerâmicos (dimensões nominais: 09x14x19); assentamento em argamassa no traço 1:2:8 (cimento, cal e areia)	m²	1.200,00	R\$ 110,53	R\$ 135,82	R\$ 162.984,00
7.2	10565	ORSE	Parede de bloco de gesso (50x65cm) - Fornecimento e execução	m²	350,23	R\$ 56,54	R\$ 69,48	R\$ 24.333,98
7.3	103334	SINAPI	Alvenaria de vedação de blocos vazados de cerâmica de 14x9x19cm (espessura 14cm, bloco deitado), para edificação habitacional unifamiliar (casa) e edificação pública.	m²	285,69	R\$ 134,65	R\$ 165,46	R\$ 47.270,27
7.4	101161	SINAPI	Alvenaria de vedação com elemento vazado de concreto (cobogó) DE 7X50X50CM e assentamento com preparo em betoneira.	m²	54,00	R\$ 194,91	R\$ 239,51	R\$ 12.933,54
8.0			REVESTIMENTOS					R\$ 450.548,81
8.1	87878	SINAPI	Chapisco em parede com argamassa traço - 1:3 (cimento / areia)	m²	2.400,00	R\$ 4,54	R\$ 5,58	R\$ 13.392,00
8.2	3315	ORSE	Reboco em parede, traço 1:2:10 (cimento, cal e areia), espessura =1,5 cm	m²	2.400,00	R\$ 34,97	R\$ 42,97	R\$ 103.128,00
8.3	7137	ORSE	Revestimento cerâmico para piso ou parede, 30 x 44 cm, Biancogres, linha Oviedo Puro, branco, ou similar, aplicado com argamassa	m²	2.400,00	R\$ 72,73	R\$ 89,37	R\$ 214.488,00

			industrializada ac-ii, rejuntado, exclusive regularização de base ou emboço					
8.4	11181	ORSE	Revestimento cerâmico para parede, 10 x 10 cm, Elizabeth, linha cristal gema, aplicado com argamassa industrializada ac-ii, rejunte epoxi, exclusive regularização de base ou emboço - Rev 02	m²	125,98	R\$ 132,44	R\$ 162,74	R\$ 20.501,99
8.5	11179	ORSE	Revestimento cerâmico para parede, 10 x 10 cm, Elizabeth, linha lux verde claro, aplicado com argamassa industrializada ac-ii, rejunte epoxi, exclusive regularização de base ou emboço - Rev 02	m²	125,98	R\$ 123,16	R\$ 151,34	R\$ 19.065,81
8.6	11180	ORSE	Revestimento cerâmico para parede, 10 x 10 cm, Elizabeth, linha cristal branco, aplicado com argamassa industrializada ac-ii, rejunte epoxi, exclusive regularização de base ou emboço - Rev 02	m²	240,58	R\$ 121,52	R\$ 149,32	R\$ 35.923,41
8.7	1925	ORSE	Revestimento com chapa em fórmica texturizada, esp. = 1,3 mm colada c/ formicola ou similar	m²	252,00	R\$ 142,25	R\$ 174,80	R\$ 44.049,60
9.0			PISOS					R\$ 2.596.447,78
9.1	87690	SINAPI	Contrapiso e=5cm	m²	2.200,00	R\$ 44,26	R\$ 54,39	R\$ 119.658,00
9.2	2180	ORSE	Regularização de base para revest. de pisos com arg. traço t4, esp.	m²	2.200,00	R\$ 26,38	R\$ 32,42	R\$ 71.324,00

			média = 2,5cm					
9.3	104162	SINAPI	Piso Em Granilite, Marmorite Ou Granitina Em Ambientes Internos, Com Espessura De 8 Mm, Incluso Mistura Em Betoneira, Colocação Das Juntas, Aplicação Do Piso, 4 Polimentos Com Politriz, Estucamento, Selador E Cera.	m²	3.800,00	R\$ 91,09	R\$ 111,93	R\$ 425.334,00
9.4	87256	SINAPI	Revestimento cerâmico para piso com placas tipo esmaltada extra de dimensões 60x60 cm aplicada em ambientes de área entre 5 m² e 10 m².	m²	2.200,00	R\$ 106,30	R\$ 130,62	R\$ 287.364,00
9.5	101747	SINAPI	Piso em concreto 20 mpa preparo mecanico, espessura 7cm, incluso juntas de dilatacao em madeira	m²	450,23	R\$ 85,78	R\$ 105,41	R\$ 47.458,74
9.6	11702	ORSE	Piso em concreto simples desempolado, fck = 15 MPa, e = 7 cm - Não inclui formas para juntas de concretagem	m²	350,23	R\$ 48,22	R\$ 59,25	R\$ 20.751,13
9.7	10234	ORSE	Grama esmeralda em placas, fornecimento e plantio	m²	3.500,00	R\$ 25,19	R\$ 30,95	R\$ 108.325,00
9.8	8431	ORSE	Piso alta resistência ou industrial de 12 mm, comum, cor cinza, juntas, sem polimento, inclusive argamassa de regularização, aplicado - R1	m²	720,13	R\$ 68,96	R\$ 84,74	R\$ 61.023,82
9.9	2394	ORSE	Fornecimento e espalhamento de terra vegetal preparada	m³	525,00	R\$ 107,34	R\$ 131,90	R\$ 69.247,50
9.10	2172	ORSE	Piso cimentado desempolado traço 1:5, e = 3 cm	m²	245,69	R\$ 30,31	R\$ 37,24	R\$ 9.149,50
9.11	2171	ORSE	Piso cimentado liso traço 1:5, e = 3 cm, c/ junta plástica 3 x 27 mm	m²	215,98	R\$ 51,31	R\$ 63,05	R\$ 13.617,54

9.12	98682	SINAPI	Piso cimentado, traço 1:3 (cimento e areia), acabamento rústico, espessura 3,0 cm, preparo mecânico da argamassa.	m²	120,39	R\$ 41,19	R\$ 50,61	R\$ 6.092,94
9.13	101094	SINAPI	Piso podotátil, direcional ou alerta, assentado sobre argamassa.	m²	185,00	R\$ 165,00	R\$ 202,75	R\$ 37.508,75
9.14	101169	SINAPI	Pavimentação em paralelepípedo granítico sobre colchão de areia, rejuntado com argamassa de cimento e areia traço 1:3, inclusive frete do paralelepípedo granítico	m²	1.200,00	R\$ 74,02	R\$ 90,96	R\$ 109.152,00
9.15	97083	SINAPI	Compactação mecânica de solo para execução de radier, piso de concreto ou laje sobre solo, com compactador de solos a percussão. af 09/2021	m²	2.567,65	R\$ 3,08	R\$ 3,78	R\$ 9.705,72
9.16	92396	SINAPI	Execução de passeio em piso intertravado, com bloco retangular cor natural de 20 x 10 cm, espessura 6 cm.	m²	850,00	R\$ 72,55	R\$ 89,15	R\$ 75.777,50
9.17	93680	SINAPI	Execução de pátio/estacionamento em piso intertravado, com bloco retangular colorido de 20 x 10 cm, espessura 6 cm.	m²	900,00	R\$ 70,64	R\$ 86,80	R\$ 78.120,00
9.18	101852	SINAPI	Reassentamento de paralelepípedos, rejuntamento com argamassa, com reaproveitamento dos paralelepípedos - incluso retirada e colocação do material. af 12/2020	m²	4.200,00	R\$ 71,23	R\$ 87,53	R\$ 367.626,00
9.19	94276	SINAPI	Assentamento de guia (meio-fio) em trecho curvo, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x20 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para urbanização interna de	m	256,23	R\$ 53,89	R\$ 66,22	R\$ 16.967,55

			empreendimento.					
9.20	94273	SINAPI	Assentamento de guia (meio-fio) em trecho reto, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x30 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para vias urbanas (uso viário).	m	1.200,00	R\$ 56,59	R\$ 69,54	R\$ 83.448,00
9.21	94274	SINAPI	Assentamento de guia (meio-fio) em trecho curvo, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x30 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para vias urbanas (uso viário).	m	320,12	R\$ 59,14	R\$ 72,67	R\$ 23.263,12
9.22	101862	SINAPI	Reassentamento de blocos retangular para piso intertravado, espessura de 6 cm, em calçada, com reaproveitamento dos blocos retangular - incluso retirada e colocação do material.	m²	680,23	R\$ 34,25	R\$ 42,09	R\$ 28.630,88
9.23	94990	SINAPI	Execução de passeio (calçada) ou piso de concreto com concreto moldado in loco, feito em obra, acabamento convencional, não armado.	m³	203,00	R\$ 721,34	R\$ 886,38	R\$ 179.935,14
9.24	88650	SINAPI	Rodapé cerâmico de 7cm de altura com placas tipo esmaltada extra de dimensões 60x60cm.	m	452,26	R\$ 17,62	R\$ 21,65	R\$ 9.791,43
9.25	101739	SINAPI	Rodapé em madeira, altura 7cm, fixado com cola e parafusos.	m	320,12	R\$ 34,54	R\$ 42,44	R\$ 13.585,89
9.26	2259	ORSE	Rodapé alta resistência, h = 7 cm	m	450,69	R\$ 23,98	R\$ 29,47	R\$ 13.281,83

9.27	94273	SINAPI	Assentamento de guia (meio-fio) em trecho reto, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x30 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para vias urbanas (uso viário)	m	120,00	R\$ 56,59	R\$ 69,54	R\$ 8.344,80
9.28	101727	SINAPI	PISO VINÍLICO SEMI-FLEXÍVEL EM PLACAS, PADRÃO LISO, ESPESSURA 3,2 MM, FIXADO COM COLA. AF 09/2020	m²	1.200,00	R\$ 193,72	R\$ 238,04	R\$ 285.648,00
9.29	2625	ORSE	Reassentamento de meio fio	m	1.300,00	R\$ 10,21	R\$ 12,55	R\$ 16.315,00
10.0			PINTURA					R\$ 659.582,54
10.1	88415	SINAPI	Aplicação manual de fundo selador acrílico em paredes externas de casas.	m²	8.600,00	R\$ 2,94	R\$ 3,61	R\$ 31.046,00
10.2	88485	SINAPI	Aplicação de fundo selador acrílico em paredes, uma demão.	m²	10.800,00	R\$ 3,49	R\$ 4,29	R\$ 46.332,00
10.3	88484	SINAPI	Aplicação de fundo selador acrílico em teto, uma demão.	m²	650,00	R\$ 4,35	R\$ 5,35	R\$ 3.477,50
10.4	8623	ORSE	Emassamento de superfície, com aplicação de 02 demãos de massa corrida - R1	m²	7.800,00	R\$ 17,23	R\$ 21,17	R\$ 165.126,00
10.5	95305	SINAPI	Textura acrílica, aplicação manual em parede, uma demão.	m²	6.500,00	R\$ 13,46	R\$ 16,54	R\$ 107.510,00
10.6	95624	SINAPI	Aplicação manual de tinta látex acrílica em superfícies externas de sacada de edifícios de múltiplos pavimentos, duas demãos.	m²	7.800,00	R\$ 22,93	R\$ 28,18	R\$ 219.804,00
10.7	102219	SINAPI	Pintura de acabamento (pigmentada) esmalte sintético acetinado em madeira, 2 demãos. AF 01/2021	m²	550,00	R\$ 16,01	R\$ 19,67	R\$ 10.818,50

10.8	100746	SINAPI	Pintura com tinta alquídica de acabamento (esmalte sintético brilhante) aplicada a rolo ou pincel sobre superfícies metálicas (exceto perfil) executado em obra (02 demãos).	m²	450,00	R\$ 23,12	R\$ 28,41	R\$ 12.784,50
10.9	102506	SINAPI	Pintura de demarcação de quadra poliesportiva com tinta epóxi, e = 5 cm, aplicação manual.	m	350,25	R\$ 10,05	R\$ 12,35	R\$ 4.325,59
10.10	102233	SINAPI	Pintura imunizante para madeira, 1 demão.	m²	1.500,00	R\$ 12,66	R\$ 15,56	R\$ 23.340,00
10.11	102213	SINAPI	Pintura verniz (incolor) alquídico em madeira, uso interno e externo, 2 demãos.	m²	320,59	R\$ 18,83	R\$ 23,14	R\$ 7.418,45
10.12	102498	SINAPI	Pintura de meio-fio com tinta branca a base de cal (caiação).	m	15.000,00	R\$ 1,50	R\$ 1,84	R\$ 27.600,00
11.0			COBERTURA E PROTEÇÕES					R\$ 716.895,06
11.1	92551	SINAPI	Fabricação e Instalação de tesoura inteira em madeira não aparelhada, vão de 9m, para telha cerâmica	und	4,00	R\$ 2.050,92	R\$ 2.520,17	R\$ 10.080,68
11.2	92550	SINAPI	Fabricação e instalação de tesoura inteira em madeira não aparelhada, vão de 8 m, para telha cerâmica ou de concreto, incluso içamento.	und	4,00	R\$ 1.978,96	R\$ 2.431,75	R\$ 9.727,00
11.3	92549	SINAPI	Fabricação e Instalação de tesoura inteira em madeira não aparelhada, vão de 7m, para telha cerâmica	und	4,00	R\$ 1.573,00	R\$ 1.932,90	R\$ 7.731,60
11.4	92540	SINAPI	Trama de madeira composta por ripas, caibros e terças para telhados de mais que 2 águas para telha cerâmica	m²	583,20	R\$ 71,45	R\$ 87,80	R\$ 51.204,96

11.5	3648	ORSE	Madeiramento em massaranduba/madeira de lei, peça serrada 5cm x 11cm, p/telha tropical eternit 5mm ou ondulada eternit 6mm	m ²	636,04	R\$ 31,08	R\$ 38,19	R\$ 24.290,37
11.6	94210	SINAPI	Telhamento com telha ondulada de fibrocimento e = 6 mm, com recobrimento lateral de 1 1/4 de onda para telhado com inclinação máxima de 10°, com até 2 águas, incluso içamento. af 07/2019	m ²	636,04	R\$ 70,69	R\$ 86,86	R\$ 55.246,43
11.7	94201	SINAPI	Telhamento com telha cerâmica capcanal, tipo colonial, com até 2 águas, incluso transporte vertical. af 07/2019	m ²	425,25	R\$ 35,48	R\$ 43,60	R\$ 18.540,90
11.8	94229	SINAPI	Calha em chapa de aço galvanizado número 24, desenvolvimento de 100 cm, incluso transporte vertical. Af 07/2019	m	76,95	R\$ 214,77	R\$ 263,91	R\$ 20.307,87
11.9	9841	SINAPI	Tubo PVC, série R, água pluvial, DN 100 mm, fornecido e instalado em condutores verticais de águas pluviais.	m ²	251,10	R\$ 25,12	R\$ 30,87	R\$ 7.751,46
11.10	89584	SINAPI	Joelho 90°, PVC, série R, água pluvial, DN 100 mm, junta elástica, fornecimento e instalação em condutores verticais de águas pluviais.	m ²	18,23	R\$ 41,85	R\$ 51,43	R\$ 937,31
11.11	100434	SINAPI	Calha beiral, semicircular de PVC, diametro 125mm, incluindo cabeceiras, emendas, bocais, suportes e vedações, excluindo condutores, incluso transporte vertical.	m	129,60	R\$ 144,53	R\$ 177,60	R\$ 23.016,96
11.12	97974	SINAPI	Caixa de areia 40x40x40cm em	und	12,00	R\$	R\$ 517,15	R\$ 6.205,80

			alvenaria - execução			420,86		
11.13	96486	SINAPI	Forro de pvc, liso, para ambientes comerciais, inclusive estrutura de fixação.	m²	607,50	R\$ 90,13	R\$ 110,75	R\$ 67.280,63
11.14	12404	ORSE	Estrutura Metálica Galpões em Pórticos - Colunas/Vigas em Treliça UDC75, terças e vigas longitudinais em UDC 127 e 150, 2 águas, sem lanternin, vãos 6,0 a 10,0m, pintado 1 d oxido ferro + 2 d esmalte epóxi branco, exceto forn. Telhas - Executada	kg	303,75	R\$ 22,21	R\$ 27,29	R\$ 8.289,34
11.15	94231	SINAPI	Rufo em chapa de aço galvanizado número 24, corte de 25 cm, incluso transporte vertical.	m	125,55	R\$ 65,74	R\$ 80,78	R\$ 10.141,93
11.16	291	ORSE	Rufo em placa de concreto l = 0,34 m	m	74,93	R\$ 73,91	R\$ 90,82	R\$ 6.804,69
11.17		COMPOSIÇÃO 02	Revisão em cobertura com telha cerâmica tipo canal, 1ª, com reposição de 10% do material - R!	m²	319,95	R\$ 62,50	R\$ 76,80	R\$ 24.572,16
11.18		COMPOSIÇÃO 03	Revisão em cobertura com telha cerâmica tipo canal, 1ª, com reposição de 20% do material - R1	m²	445,50	R\$ 77,20	R\$ 94,86	R\$ 42.260,13
11.19		COMPOSIÇÃO 04	Revisão em cobertura com telha cerâmica tipo canal, 1ª, com reposição de 30% do material - R1	m²	162,00	R\$ 91,92	R\$ 112,95	R\$ 18.297,90
11.20	10020	ORSE	Impermeabilização c/ manta asfáltica 4mm, estruturada com não-tecido de poliéster, inclusive aplicação de 1 demão de primer, exceto proteção mecânica	m²	52,61	R\$ 122,22	R\$ 150,18	R\$ 7.900,29
11.21	10029	ORSE	Impermeabilização c/ manta asfáltica aluminizada 3mm, estruturada com não-tecido de poliéster, inclusive	m²	101,25	R\$ 115,71	R\$ 142,18	R\$ 14.395,73

			aplicação de 1 demão de primer					
11.22	98557	SINAPI	Impermeabilização de superfície com emulsão asfáltica, 2 demãos	m²	50,90	R\$ 53,72	R\$ 66,01	R\$ 3.360,20
11.23	98565	SINAPI	Proteção mecânica de superfície horizontal com argamassa de cimento e areia, traço 1:3, e=3cm.	m²	52,61	R\$ 50,68	R\$ 62,28	R\$ 3.276,27
11.24	96113	SINAPI	Forro em placas de gesso, para ambientes comerciais.	m²	263,25	R\$ 42,84	R\$ 52,64	R\$ 13.857,48
11.25	1946	ORSE	Forro de gesso comum, em placas 60 x 60 cm, c/ isolamento em lã de vidro, inclusive madeiramento com ripões 3,5cm x 5,5cm, instalado	m²	1.580,00	R\$ 133,98	R\$ 164,63	R\$ 260.115,40
11.26	94221	SINAPI	Cumeeira com telha cerâmica emboçada com argamassa traço 1:2:8	m	50,63	R\$ 20,92	R\$ 25,71	R\$ 1.301,57
12.0			ELÉTRICO BAIXA TENSÃO					R\$ 694.995,57
12.1	Caixas							R\$ 6.838,40
12.1.1	91940	SINAPI	Caixa PVC 4X2	und	320,00	R\$ 17,39	R\$ 21,37	R\$ 6.838,40
12.2	Cabos							R\$ 154.771,60
12.2.1	91924	SINAPI	Cabo de cobre isolamento termoplástico 450/750V 1,5mm², anti-chama, fornecimento e instalação	m	7.800,00	R\$ 3,00	R\$ 3,69	R\$ 28.782,00
12.2.2	91926	SINAPI	Cabo de cobre isolamento termoplástico 450/750V 2,5mm², anti-chama, fornecimento e instalação	m	10.000,00	R\$ 4,33	R\$ 5,32	R\$ 53.200,00
12.2.3	91928	SINAPI	Cabo de cobre isolamento termoplástico 450/750V 4,0mm², anti-	m	3.000,	R\$ 6,68	R\$ 8,21	R\$ 24.630,00

3			chama, fornecimento e instalação		00			
12.2.4	92981	SINAPI	Cabo de cobre flexível isolado, 16 mm ² , anti-chama 450/750 v, para distribuição - fornecimento e instalação.	m	1.000,00	R\$ 15,65	R\$ 19,23	R\$ 19.230,00
12.2.5	101888	SINAPI	Cabo de cobre flexível isolado, 25 mm ² , anti-chama 450/750 v, para distribuição - fornecimento e instalação.	m	980,00	R\$ 24,02	R\$ 29,52	R\$ 28.929,60
12.3	Eletrodutos							R\$ 162.934,00
12.3.1	91834	SINAPI	Eletroduto flexível leve 3/4''	m	.200,00	R\$ 18,34	R\$ 22,54	R\$ 94.668,00
12.3.2	91856	SINAPI	Eletroduto flexível leve 1''	m	3.800,00	R\$ 12,35	R\$ 15,18	R\$ 57.684,00
12.3.3	97668	SINAPI	Eletroduto flexível pead 2"	m	650,00	R\$ 13,25	R\$ 16,28	R\$ 10.582,00
12.4	Dispositivos elétricos							R\$ 62.338,02
12.4.1	91953	SINAPI	Interruptor simples de embutir 10a/250v 1 tecla, fornecimento e instalação	und	20,00	R\$ 31,59	R\$ 38,82	R\$ 4.658,40
12.4.2	92023	SINAPI	Interruptor simples com tomada de embutir 10a/250v 1 tecla, fornecimento e instalação	und	80,00	R\$ 53,74	R\$ 66,04	R\$ 5.283,20
12.4.3	91959	SINAPI	Interruptor simples (2 módulos), 10a/250v, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação.	und	25,00	R\$ 48,30	R\$ 59,35	R\$ 1.483,75

12.4.4	91967	SINAPI	Interruptor simples (3 módulos), 10a/250v, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação.	und	15,00	R\$ 65,00	R\$ 79,87	R\$ 1.198,05
12.4.5	91961	SINAPI	Interruptor paralelo (2 módulos), 10a/250v, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação.	und	12,00	R\$ 61,89	R\$ 76,05	R\$ 912,60
12.4.6	92033	SINAPI	Interruptor paralelo (2 módulos) com 1 tomada de embutir 2p+t 10 a, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação.	und	35,00	R\$ 84,03	R\$ 103,26	R\$ 3.614,10
12.4.7	91965	SINAPI	Interruptor simples (2 módulos) com interruptor paralelo (1 módulo), 10a/250v, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação.	und	25,00	R\$ 71,74	R\$ 88,15	R\$ 2.203,75
12.4.8	91969	SINAPI	Interruptor paralelo (3 módulos), 10a/250v, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação.	und	35,00	R\$ 85,33	R\$ 104,85	R\$ 3.669,75
12.4.9	92027	SINAPI	Interruptor simples (2 módulos) com 1 tomada de embutir 2p+t 10 a, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação.	und	42,00	R\$ 70,44	R\$ 86,56	R\$ 3.635,52
12.4.10	92000	SINAPI	Tomada baixa de embutir (1 módulos), 2p+t 10 a, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação.	und	145,00	R\$ 33,20	R\$ 40,80	R\$ 5.916,00
12.4.11	92008	SINAPI	Tomada baixa de embutir (2 módulos), 2p+t 10 a, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação.	und	190,00	R\$ 51,46	R\$ 63,23	R\$ 12.013,70
12.4.12	92004	SINAPI	Tomada média de embutir (2 módulo), 2p+t 10 a, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação.	und.	180,00	R\$ 59,29	R\$ 72,86	R\$ 13.114,80
12.4.13	91992	SINAPI	Tomada alta de embutir (1 módulo), 2p+t 10 a, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação.	und.	80,00	R\$ 47,14	R\$ 57,93	R\$ 4.634,40

12.5	Disjuntores							R\$ 31.471,50
12.5.1	101890	SINAPI	Disjuntor termomagnético monopolar padrão nema (americano) 10 a 30A 240v, fornecimento e instalação	und	70,00	R\$ 18,54	R\$ 22,78	R\$ 1.594,60
12.5.2	101894	SINAPI	Disjuntor termomagnético tripolar padrão nema (americano) 60 a 100a 240v, fornecimento e instalação	und	20,00	R\$ 178,75	R\$ 219,65	R\$ 4.393,00
12.5.3	9042	ORSE	Dispositivo de proteção contra surto de tensão DPS 40kA - 440v	und	15,00	R\$ 82,93	R\$ 101,90	R\$ 1.528,50
12.5.4	7943	ORSE	Disjuntor bipolar DR 25 A, dispositivo residual diferencial, tipo AC, 30mA	und	70,00	R\$ 278,50	R\$ 342,22	R\$ 23.955,40
12.6	Postes							R\$ 151.104,97
12.6.1	335	ORSE	Poste em aço galvanizado, para iluminação pública, cônico, contínuo, reto, h=6.00m, d=126mm (base) e d=60mm (topo), incl.base concreto	und	35,00	R\$ 1.971,82	R\$ 2.422,97	R\$ 84.803,95
12.6.2	2961	ORSE	Suporte p/luminária CW-450 de 1a 4 pétalas (Tecnolux ou similar)	und	70,00	R\$ 564,70	R\$ 693,90	R\$ 48.573,00
12.6.3	10794	ORSE	Poste circular de concreto 7/150 - fornecimento e assentamento	und	9,00	R\$ 759,87	R\$ 933,73	R\$ 8.403,57
12.6.4	8941	ORSE	Poste de concreto duplo T (DT) 6/150 - fornecimento e assentamento	und	9,00	R\$ 843,14	R\$ 1.036,05	R\$ 9.324,45
12.7	Quadros							R\$ 18.426,68

12.7.1	12228	ORSE	Quadro de distribuicao de energia de embutir, em chapa metalica, para 32 disjuntores termomagneticos monopolares, com barramento trifasico e neutro, fornecimento e instalacao	und	18,00	R\$ 515,02	R\$ 632,86	R\$ 11.391,48
12.7.2	4527	ORSE	Quadro de medição trifásica em Noril com lente para leitura	und	8,00	R\$ 715,66	R\$ 879,40	R\$ 7.035,20
12.8	Luminárias							R\$ 84.883,90
12.8.1	103782	SINAPI	Luminária tipo plafon, de sobrepor, com 1 lâmpada led de 12w, fornecimento e instalação.	und	250,00	R\$ 36,03	R\$ 44,27	R\$ 11.067,50
12.8.2	103782	SINAPI	Luminária tipo plafon, de sobrepor, com 1 lâmpada led de 13w, fornecimento e instalação.	und	320,00	R\$ 36,03	R\$ 44,27	R\$ 14.166,40
12.8.3	12562	ORSE	Luminária com lampada led tubular bivolt 18/20 w, base g13 - Rev 01	und	50,00	R\$ 71,52	R\$ 87,88	R\$ 4.394,00
12.8.4	101657	SINAPI	Luminária de led para iluminação pública 100 w - fornecimento e instalação.	und	70,00	R\$ 544,18	R\$ 668,69	R\$ 46.808,30
12.8.5	10200	ORSE	Refletor Led 10w	und	20,00	R\$ 87,84	R\$ 107,94	R\$ 2.158,80
12.8.6	11153	ORSE	Refletor Led 20w	und	30,00	R\$ 37,18	R\$ 45,69	R\$ 1.370,70
12.8.7	12870	ORSE	Refletor Led 30w	und	70,00	R\$ 57,18	R\$ 70,26	R\$ 4.918,20
12.9	Revisão de pontos elétricos							R\$ 22.226,50

12.9.1	632	ORSE	Revisão de ponto de interruptor com reposição do interruptor e fiação	und	55,00	R\$ 93,35	R\$ 114,71	R\$ 6.309,05
12.9.2	625	ORSE	Revisão de ponto de luz tipo 2, em teto ou parede	und	98,00	R\$ 84,15	R\$ 103,40	R\$ 10.133,20
12.9.3	629	ORSE	Revisão de ponto de tomada de força tipo 1	und	85,00	R\$ 55,38	R\$ 68,05	R\$ 5.784,25
13.0	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS							R\$ 221.417,32
13.1	Água							R\$ 53.233,46
13.1.1	95674	SINAPI	Hidrômetro	und	12,00	R\$ 123,62	R\$ 151,90	R\$ 1.822,80
13.1.2	89356	SINAPI	Tubo PVC 25mm	m	50,00	R\$ 23,71	R\$ 29,13	R\$ 7.282,50
13.1.3	89447	SINAPI	Tubo PVC 32mm	m	180,00	R\$ 11,31	R\$ 13,90	R\$ 2.502,00
13.1.4	89448	SINAPI	Tubo PVC 40mm	m	150,00	R\$ 17,32	R\$ 21,28	R\$ 3.192,00
13.1.5	89362	SINAPI	Joelho 90° PVC 25mm	und	50,00	R\$ 9,20	R\$ 11,30	R\$ 565,00
13.1.6	89367	SINAPI	Joelho 90° PVC 32mm	und	34,00	R\$ 12,77	R\$ 15,69	R\$ 533,46
	89497	SINAPI	Joelho 90° PVC 40mm	und		R\$ 12,99	R\$ 15,96	R\$

13.1.7					8,00			446,88
13.1.8	90373	SINAPI	Joelho redução 25x1/2" c/ bucha de latão	und	38,00	R\$ 13,04	R\$ 16,02	R\$ 608,76
13.1.9	89366	SINAPI	Joelho 25x3/4" c/ bucha de latão	und	30,00	R\$ 16,47	R\$ 20,24	R\$ 607,20
13.1.10	89427	SINAPI	Luva soldável c/ rosca 25mm	und	42,00	R\$ 12,01	R\$ 14,76	R\$ 619,92
13.1.11	89440	SINAPI	Tê PVC 25mm	und	35,00	R\$ 11,59	R\$ 14,24	R\$ 498,40
13.1.12	89623	SINAPI	Tê PVC 40mm	und	28,00	R\$ 19,04	R\$ 23,40	R\$ 655,20
13.1.13	89442	SINAPI	Tê de redução soldável 25mmx1/2" c/ bucha de latão central	und	25,00	R\$ 13,63	R\$ 16,75	R\$ 418,75
13.1.14	89622	SINAPI	Tê de redução soldável 25mmx1"	und	39,00	R\$ 13,88	R\$ 17,06	R\$ 665,34
13.1.15	97427	SINAPI	Flange p/ caixa d'água 25mm - 1"	und	10,00	R\$ 46,92	R\$ 57,66	R\$ 576,60
13.1.16	9964	ORSE	Flange p/ caixa d'água 50mm - 1.1/2"	und	10,00	R\$ 30,94	R\$ 38,02	R\$ 380,20
13.1.17	89972	SINAPI	Registro gaveta bruto DN 25 mm	und	12,00	R\$ 46,43	R\$ 57,05	R\$ 684,60
13.1.	89969	SINAPI	Registro de pressão c/ canopla DN 25 mm	und	34,00	R\$ 38,18	R\$ 46,92	R\$ 1.595,28

18								
13.1.19	94489	SINAPI	Registro de esfera 3/4"	und	25,00	R\$ 22,17	R\$ 27,24	R\$ 681,00
13.1.20	94492	SINAPI	Registro de esfera 1 1/4"	und	34,00	R\$ 45,19	R\$ 55,53	R\$ 1.888,02
13.1.21	102623	SINAPI	Caixa d'água em polietileno, 1000 litros (inclusos tubos, conexões e torneira de bóia) - fornecimento e instalação.	und	10,00	R\$ 813,78	R\$ 999,97	R\$ 9.999,70
13.1.22	102605	SINAPI	Caixa d'água em polietileno, 500 litros - fornecimento e instalação.	und	5,00	R\$ 277,34	R\$ 340,80	R\$ 1.704,00
13.1.23	1444	ORSE	Torneira de bóia p/caixa d'água d = 1 1/4" (deca ou similar)	und	15,00	R\$ 111,04	R\$ 136,45	R\$ 2.046,75
13.1.24	1204	ORSE	Revisão de ponto de água tipo 1	und	80,00	R\$ 26,57	R\$ 32,65	R\$ 2.612,00
13.1.25	1201	ORSE	Revisão de ponto de água tipo 2	und	40,00	R\$ 78,80	R\$ 96,83	R\$ 3.873,20
13.1.26	1205	ORSE	Revisão de ponto de água tipo 3	und	35,00	R\$ 157,50	R\$ 193,54	R\$ 6.773,90
13.2	Esgoto							R\$ 104.009,32
13.2.1	89711	SINAPI	Tubo PVC 40mm	m	410,00	R\$ 20,71	R\$ 25,45	R\$ 10.434,50
13.2.	89712	SINAPI	Tubo PVC 50mm	m	350,00	R\$ 25,95	R\$ 31,89	R\$ 11.161,50

2								
13.2.3	89714	SINAPI	Tubo PVC 100mm	m	295,00	R\$ 36,15	R\$ 44,42	R\$ 13.103,90
13.2.4	89726	SINAPI	Joelho 45° PVC 40mm	und	54,00	R\$ 9,75	R\$ 11,98	R\$ 646,92
13.2.5	89732	SINAPI	Joelho 45° PVC 50mm	und	30,00	R\$ 15,38	R\$ 18,90	R\$ 567,00
13.2.6	89724	SINAPI	Joelho 90° PVC 40mm	und	40,00	R\$ 9,55	R\$ 11,74	R\$ 469,60
13.2.7	89731	SINAPI	Joelho 90° PVC 50mm	und	45,00	R\$ 14,73	R\$ 18,10	R\$ 814,50
13.2.8	89529	SINAPI	Joelho 90° c/ visita 100mm - 50mm	und	24,00	R\$ 34,70	R\$ 42,64	R\$ 1.023,36
13.2.9	1666	ORSE	Terminal de ventilação em pvc rígido c/ anéis, para esgoto primário, diâm = 50mm	und	180,00	R\$ 12,23	R\$ 15,03	R\$ 2.705,40
13.2.10	89785	SINAPI	Junção PVC 50mm	und	45,00	R\$ 25,67	R\$ 31,54	R\$ 1.419,30
13.2.11	89797	SINAPI	Junção PVC 100mm	und	78,00	R\$ 48,76	R\$ 59,92	R\$ 4.673,76
13.2.12	1636	ORSE	Junção PVC 100x50mm	und	60,00	R\$ 44,35	R\$ 54,50	R\$ 3.270,00
13.2.13	89821	SINAPI	Luva simples PVC 100mm	und	75,00	R\$ 16,62	R\$ 20,42	R\$ 1.531,50

13.2. 14	89813	SINAPI	Luva simples PVC 50mm	und	32,00	R\$ 5,10	R\$ 6,27	R\$ 200,64
13.2. 15	89784	SINAPI	Tê PVC 50mm	und	69,00	R\$ 23,57	R\$ 28,96	R\$ 1.998,24
13.2. 16	89707	SINAPI	Caixa sifonada 100x100x50mm	und	32,00	R\$ 43,34	R\$ 53,26	R\$ 1.704,32
13.2. 17	97974	SINAPI	Caixa de inspeção em PVC ou alvenaria 0,60x0,60 cm	und	45,00	R\$ 420,86	R\$ 517,15	R\$ 23.271,75
13.2. 18	98108	SINAPI	Caixa de gordura em PVC ou alvenaria 0,60x0,60 cm	und	9,00	R\$ 444,46	R\$ 546,15	R\$ 4.915,35
13.2. 19	1680	ORSE	Revisão de ponto de esgoto tipo 1	und	95,0	R\$ 37,21	R\$ 45,72	R\$ 4.343,40
13.2. 20	1681	ORSE	Revisão de ponto de esgoto tipo 2 - Rev. 01	und	64,00	R\$ 86,40	R\$ 106,17	R\$ 6.794,88
13.2. 21	1682	ORSE	Revisão de ponto de esgoto tipo 3 - Rev. 01	und	55,00	R\$ 132,57	R\$ 162,90	R\$ 8.959,50
13.3	Fossa séptica e sumidouro							R\$ 64.174,54
13.3. 1	93358	SINAPI	Escavação manual de valas	m³	25,00	R\$ 80,22	R\$ 98,57	R\$ 2.464,25
13.3. 2	93382	SINAPI	Reaterro manual apilado com soquete	m³	8,00	R\$ 23,44	R\$ 28,80	R\$ 230,40

13.3.3	100981	SINAPI	Carga, manobra e descarga de entulho em caminhão basculante 6 m ³ - carga com escavadeira hidráulica (caçamba de 0,80 m ³ / 111 hp) e descarga livre (unidade: m3).	m ³	23,40	R\$ 9,00	R\$ 11,06	R\$ 258,80
13.3.4	97912	SINAPI	Transporte com caminhão basculante de 6 m ³ , em via urbana em leito natural (unidade: m3xkm).	m ³	23,40	R\$ 3,64	R\$ 4,47	R\$ 104,60
13.3.5	103334	SINAPI	Alvenaria de vedação de blocos vazados de cerâmica de 14x9x19cm (espessura 14cm, bloco deitado), para edificação habitacional unifamiliar (casa) e edificação pública.	m ²	80,00	R\$ 134,65	R\$ 165,46	R\$ 13.236,80
13.3.6	87878	SINAPI	Chapisco, traço 1:3 - e= 5mm	m ²	80,00	R\$ 4,54	R\$ 5,58	R\$ 446,40
13.3.7	3318	ORSE	Reboco especial de parede 2cm com argamassa traço t3 - 1:3 cimento / areia / vedacit	m ²	80,00	R\$ 37,46	R\$ 46,03	R\$ 3.682,40
13.3.8	95241	SINAPI	Lastro de concreto magro, espessura 5cm	m ²	22,50	R\$ 33,00	R\$ 40,55	R\$ 912,38
13.3.9	6457	ORSE	Concreto armado - FCK=15Mpa	m ³	5,89	R\$ 2.397,02	R\$ 2.945,46	R\$ 17.348,76
13.3.10	98064	SINAPI	Sumidouro	und	5,00	R\$ 4.148,72	R\$ 5.097,95	R\$ 25.489,75
14.0	LOUÇAS, METAIS E ACESSÓRIOS							R\$ 203.865,68
14.1	86931	SINAPI	Vaso sanitário sifonado com caixa	und		R\$	R\$ 594,76	R\$

			acoplada louça branca, incluso engate flexível em plástico branco, 1/2 x 40cm - fornecimento e instalação.		25,00	484,02		14.869,00
14.2	100849	SINAPI	Assento sanitário convencional - fornecimento e instalação.	und	25,00	R\$ 39,40	R\$ 48,41	R\$ 1.210,25
14.3	100848	SINAPI	Vaso sanitário infantil louça branca - fornecimento e instalação.	und	12,00	R\$ 531,04	R\$ 652,54	R\$ 7.830,48
14.4	3461	ORSE	Mictório de louça com sifão integrado (deca ref m712), engate cromado (deca ref c4606180) e registro de pressão (deca linha c40 refl416) ou similares	und	15,00	R\$ 1.091,76	R\$ 1.341,55	R\$ 20.123,25
14.5	100851	SINAPI	Assento sanitário infantil - fornecimento e instalação.	und	12,00	R\$ 77,73	R\$ 95,51	R\$ 1.146,12
14.6	95544	SINAPI	Papeleira de parede em metal cromado sem tampa, incluso fixação.	und	55,00	R\$ 39,88	R\$ 49,00	R\$ 2.695,00
14.7	95547	SINAPI	Saboneteira plastica tipo dispenser para sabonete liquido com reservatorio 800 a 1500 ml, incluso fixação.	und	28,00	R\$ 76,71	R\$ 94,26	R\$ 2.639,28
14.8	12290	ORSE	Lavatório com bancada em granito cinza andorinha, e = 2cm, dim 0.70x0.45, com 01 cuba de louça de embutir, sifão cromado, válvula cromada, torneira cromada, inclusive rodopia 10 cm, assentada.	und	25,00	R\$ 1.036,44	R\$ 1.273,58	R\$ 31.839,50
14.9	12285	ORSE	Lavatório com bancada em granito cinza andorinha, e = 2cm, dim 2.55x0.50, com 04 cubas de embutir de louça, sifão ajustável metalizado, válvula cromada, torneira deca cromada (decamatic ref : 1170) ou similar, inclusive	und	5,00	R\$ 4.277,40	R\$ 5.256,07	R\$ 26.280,35

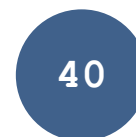
			rodopia 10 cm, assentada					
14.10	86942	SINAPI	Lavatório louça branca suspenso, 29,5 x 39cm ou equivalente, padrão popular, incluso sifão tipo garrafa em pvc, válvula e engate flexível 30cm em plástico e torneira cromada de mesa, padrão popular - fornecimento e instalação. af 01/2020	und	25,00	R\$ 251,40	R\$ 308,92	R\$ 7.723,00
14.11	11093	ORSE	Pia de cozinha com bancada em granito cinza andorinha, e = 2cm, dim 3,13x0,70m, com 02 cubas de aço inox, sifão cromado, válvula cromada, torneira cromada 1/2", inclusive rodopia 10 cm, assentada	und	10,00	R\$ 2.816,63	R\$ 3.461,07	R\$ 34.610,70
14.12	10759	ORSE	Bancada em granito cinza andorinha, e=2cm	m²	10,00	R\$ 558,81	R\$ 686,67	R\$ 6.866,70
14.13	3163	ORSE	Tampo de balcão em granito cinza andorinha, e=2cm	m²	15,00	R\$ 561,77	R\$ 690,30	R\$ 10.354,50
14.14	9721	ORSE	Prateleira em granito cinza andorinha, esp= 2cm	m²	25,00	R\$ 673,35	R\$ 827,41	R\$ 20.685,25
14.15	86914	SINAPI	Torneira cromada 1/2" ou 3/4" para tanque, padrão médio - fornecimento e instalação.	und	14,00	R\$ 84,88	R\$ 104,30	R\$ 1.460,20
14.16	3685	ORSE	Torneira cromada para uso geral, DECA 1152 C39 ou similar	und	45,00	R\$ 88,56	R\$ 108,82	R\$ 4.896,90
14.17	7602	SINAPI	Torneira de jardim 25x1/2"	und	15,00	R\$ 38,92	R\$ 47,82	R\$ 717,30
14.18	86925	SINAPI	Tanque de mármore sintético com coluna, 22l ou equivalente, incluso sifão flexível em pvc, válvula plástica e torneira de metal cromado padrão popular - fornecimento e instalação. af 01/2020	und	8,00	R\$ 452,44	R\$ 555,96	R\$ 4.447,68

14.19	13111	ORSE	Barra de apoio, reta, fixa, em aço inox, l=60cm, d=1 1/2", Jackwal ou similar	und	18,00	R\$ 156,89	R\$ 192,79	R\$ 3.470,22
15.0	ESQUADRIAS							R\$ 462.762,69
15.1	100701	SINAPI	Porta de ferro, de abrir, tipo grade com chapa, com guarnições. af 12/2019	m²	25,89	R\$ 553,73	R\$ 680,42	R\$ 17.616,07
15.2	90842	SINAPI	Kit de porta de madeira para pintura, semi-oca (leve ou média), padrão médio, 70x210cm, espessura de 3,5cm, itens inclusos: dobradiças, montagem e instalação do batente, fechadura com execução do furo - fornecimento e instalação.	und	15,00	R\$ 900,15	R\$ 1.106,10	R\$ 16.591,50
15.3	91316	SINAPI	Kit de porta de madeira para pintura, semi-oca (pesada ou superpesada), padrão popular, 80x210cm, espessura de 3,5cm, itens inclusos: dobradiças, montagem e instalação do batente, fechadura com execução do furo - fornecimento e instalação.	und	95,00	R\$ 1.023,41	R\$ 1.257,57	R\$ 119.469,15
15.4	91317	SINAPI	Kit de porta de madeira para pintura, semi-oca (pesada ou superpesada), padrão popular, 90x210cm, espessura de 3,5cm, itens inclusos: dobradiças, montagem e instalação do batente, fechadura com execução do furo - fornecimento e instalação.	und	28,00	R\$ 1.089,57	R\$ 1.338,86	R\$ 37.488,08
15.5	94569	SINAPI	Janela em alumínio, cor N/P/B, tipo moldura-vidro, max-ar, exclusive	m²	35,00	R\$ 674,73	R\$ 829,11	R\$ 29.018,85

			vidro					
15.6	11941	ORSE	Janela em alumínio, cor N/P/B, tipo moldura-vidro, de correr, exclusive vidro	m²	85,00	R\$ 506,02	R\$ 621,80	R\$ 52.853,00
15.7	11944	ORSE	Janela em alumínio, cor N/P/B, moldura-vidro, tipo guilhotina, exclusive vidro m²	m²	12,59	R\$ 291,02	R\$ 357,61	R\$ 4.502,31
15.8	12334	ORSE	Porta de abrir em aluminio tipo veneziana, acabamento anodizado natural, sem guarnição/alizar/ vista	m²	31,25	R\$ 469,52	R\$ 576,95	R\$ 18.029,69
15.9	3666	ORSE	Gradil c/ painel eletrosoldado galvanizado revestido em nylon com base chumbada, h = 1,03m, Nylofor 3D ou similar	m²	90,29	R\$ 912,14	R\$ 1.120,84	R\$ 101.200,64
15.10	10076	ORSE	Corrimão em tubo de aço galvanizado (altura = 1,05 m), com barras verticais a cada 2.00m (1 1/2"), barra horizontal superior (2"), barra horizontal intermediária (dupla) (1 1/2") e barra horizontal inferior (1")	m	50,00	R\$ 359,10	R\$ 441,26	R\$ 22.063,00
15.11	12634	ORSE	Porta em madeira muiacatiara, lisa, maciça, (0,80 x 2,10m), p/pintura, inclusive ferragens, exclusive batente	und	12,00	R\$ 1.144,85	R\$ 1.406,79	R\$ 16.881,48
15.12	12633	ORSE	Porta em madeira muiacatiara, lisa, maciça, (0,70 x 2,10m), p/pintura, inclusive ferragens, exclusive batente	und	7,00	R\$ 1.044,87	R\$ 1.283,94	R\$ 8.987,58
15.13	91305	SINAPI	Fechadura de embutir para porta de banheiro, completa, acabamento padrão popular, incluso					
			execução de furo - fornecimento e instalação.	und	12,00	R\$ 102,08	R\$ 125,44	R\$ 1.505,28

15.14	91304	SINAPI	Fechadura de embutir com cilindro, externa, completa, acabamento padrão popular, incluso execução de furo - fornecimento e instalação.	und	12,00	R\$ 101,89	R\$ 125,20	R\$ 1.502,40
15.15	91307	SINAPI	Fechadura de embutir para portas internas, completa, acabamento padrão popular, com execução de furo - fornecimento e instalação.	und	45,00	R\$ 86,64	R\$ 106,46	R\$ 4.790,70
15.16	3737	ORSE	Dobradica de ferro zincado, 3 1/2", linha popular - Rev.03	und	65,00	R\$ 5,31	R\$ 6,52	R\$ 423,80
15.17	100705	SINAPI	Tarjeta tipo livre/ocupado para porta de banheiro.	und	20,00	R\$ 80,64	R\$ 99,09	R\$ 1.981,80
15.18	12710	ORSE	Porta de enrolar, em perfil meia cana fechado, em chapa de aço galvanizado nº 22	m²	18,00	R\$ 355,24	R\$ 436,52	R\$ 7.857,36
16.0	VIDROS							R\$ 464.452,40
16.1	1880	ORSE	Vidro liso comum transparente, espessura 6mm m2	m²	132,50	R\$ 212,50	R\$ 261,12	R\$ 34.598,40
16.2	11347	ORSE	Fornecimento e instalação de fachada em pele de vidro, em vidro laminado 3+3 refletivo	m²	200,00	R\$ 1.749,08	R\$ 2.149,27	R\$ 429.854,00
17.0	DIVERSOS							R\$ 180.251,10
17.1	5	ORSE	Placa de inauguração de obra em alumínio 0,50x0,70m	unid	12,00	R\$ 2.086,52	R\$ 2.563,92	R\$ 30.767,04
17.2	11088	ORSE	Perfil Alumínio "U" 22,0mm x 1,90mm x 0,320kg/m	m	180,00	R\$ 31,41	R\$ 38,60	R\$ 6.948,00
17.3	12056	ORSE	Letra em alumínio 40 x 40cm - instalado	unid	100,00	R\$ 197,99	R\$ 243,29	R\$ 24.329,00
17.4	12055	ORSE	Letra em alumínio 25 x25cm -			R\$	R\$ 156,48	R\$

			instalado	unid	120,00	127,34		18.777,60
17.5	89356	SINAPI	Dreno p ar condicionado - tubo PVC 25mm	m	350,00	R\$ 23,71	R\$ 29,13	R\$ 10.195,50
17.6	97334	SINAPI	Tubo em cobre flexível, dn 3/8", com isolamento, instalado em ramal de alimentação de ar condicionado com condensadora individual ? fornecimento e instalação.	m	125,89	R\$ 64,01	R\$ 78,66	R\$ 9.902,51
17.7	Caramanchão x 4							
17.7.1	93358	SINAPI	Escavação manual de vala em material de 1ª categoria até 1,50 m, excluindo esgotamento	m³	8,79	R\$ 80,22	R\$ 98,57	R\$ 866,43
17.7.2	6457	ORSE	Concreto estrutural FCK=15 Mpa - fundação	m³	7,25	R\$ 2.397,02	R\$ 2.945,46	R\$ 21.354,59
17.7.3	4485	ORSE	Peça de madeira de lei aparelhada 4x6" - (ref orse 5x5")	m	95,00	R\$ 141,42	R\$ 173,78	R\$ 16.509,10
17.7.4	201	ORSE	Peça de madeira de lei aparelhada 3x4" - (ref orse 2x5,5")	m	189,90	R\$ 59,21	R\$ 72,76	R\$ 13.817,12
17.7.5	4430	SINAPI-INSUMO	Peça de madeira de lei aparelhada 2x2"	m	360,00	R\$ 9,90	R\$ 12,17	R\$ 4.381,20
17.7.6	10666	ORSE	Assentamento de peças de eucalipto tratado, d=16 a 19cm para confecção de pergolado (ref:obra Sergipetec)	m	500,00	R\$ 29,39	R\$ 36,11	R\$ 18.055,00
17.7.7	102213	SINAPI	Pintura verniz (incolor) alquídico em madeira, uso interno e externo, 2 demãos.	m²	187,90	R\$ 18,83	R\$ 23,14	R\$ 4.348,01
18.0			SERVIÇOS FINAIS					R\$ 5.238,00



18.1	2450	ORSE	Limpeza final da obra	m²	1.800,00	R\$ 2,37	R\$ 2,91	R\$ 5.238,00
VALOR TOTAL C/ BDI								R\$ 8.226.458,96

9. LEVANTAMENTO DAS ALTERNATIVAS

Existem três soluções que atendem as necessidades, passamos a informar a baixo:

Solução 1 - Prestação dos serviços por servidores profissional do quadro

Realização dos serviços por servidores especializados e classificados como profissionais habilitados para prestarem os serviços demandados.

Solução 2 - Contratação de OSC através de Chamamento Público

Realização dos serviços por meio de parcerias com o setor privado, como as parcerias público-privadas (PPP) e contratos com Organizações Sociais (OS).

Solução 3 - Contratação de empresa do ramo por meio de Concorrência Eletrônica

A primeira solução apontada neste estudo técnico preliminar é a realização dos serviços de forma direta, prestado por servidores do quadro profissional do órgão, porém, não há atualmente no quadro profissionais com vasta experiência e habilidade para executar os serviços, bem como, também não há o quantitativo necessário de pessoal para assumir tamanho compromisso.

A segunda solução seria as parcerias público-privadas (PPP) e contratos com Organizações Sociais (OS), mas essas modalidades precisam seguir regras específicas definidas em lei e, que por motivo de uma vasta fiscalização torna-se inviável assumir tamanho compromisso, somando-se isso, ao fato do município ser pequeno e nunca ter realizados tal contratação.

A terceira solução é a mais usual entre os órgãos e entes federativos, onde por meio de licitação a administração consegue ampliar a competitividade para ao final selecionar a melhor proposta nos termos de lei e a certeza de que os serviços serão prestados por profissionais qualificados que responderão por eventuais danos causados a administração e sociedade em geral.

Em conclusão direta acerca das opções de soluções apresentadas, a escolha pela terceira opção é evidenciada pela imediatez da necessidade, sendo o processo licitatório mais célere para solução da demanda.

10. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Essa estimativa de preços preliminar tem um valor de **R\$ 8.226.458,96** (Oito milhões, duzentos e vinte e seis mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e noventa e seis centavos), conforme planilha anexa e apresentada no Termo de Referência.

O TR deverá conter o detalhamento completo do objeto a ser contratado e as informações acerca de sua execução, recebimento e pagamento, bem como a apresentação da proposta.

10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Trata-se o objeto da contratação de Empresa de Engenharia para Prestar Serviços, sobre demanda, de Reformas, Ampliação, Manutenção Preventiva e Corretiva com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, em PRÉDIOS, LOGRADOUROS E ESPAÇOS PÚBLICOS do Município de Coqueiro Seco /AL, na forma estabelecida nas planilhas de serviços com custo referencial do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil SINAPI e ORSE e SICRO, nas edificações, e logradouros, conforme as condições estabelecidas neste ETP e no Termo de Referência.

A opção pela contratação de empresa de obras e engenharia, se apresenta a melhor solução por entenderem de todo o processo tecnológico necessário a boa execução por possuírem experiências comprovada por órgão competentes, sendo este sistema de acordo com pesquisas e levantamentos internos o que melhor atende as necessidades da administração.

11. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO

O parcelamento da solução não é recomendável, do ponto de vista da eficiência técnica, considerando que o gerenciamento da obra permanecerá sobre a gestão de um único contratado, resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade da obra e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica.

Para execução de obras não há viabilidade técnica na divisão dos serviços, que em sua grande maioria são interdependentes, visto que o atraso em uma etapa construtiva implica em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediários e da entrega da obra.

Entende-se também que não há viabilidade econômica, uma vez que a tendência é que o custo seja reduzido para obras maiores em função da diluição dos custos administrativos e lucro. A divisão gera perda de escala, não amplia a competitividade e não melhora o aproveitamento do mercado, pois os serviços são executados por empresas de mesmo ramo de atividade, além de indicar o fracionamento do objeto.

12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Almeja-se alcançar a contratação de uma empresa que atenda aos requisitos técnicos/específicos apresentados, contemplando a economicidade, eficácia, eficiência e melhor

aproveitamento dos recursos financeiros da administração pública.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES

Inicialmente, não existem em andamento contratações correlatas ou interdependentes que venham a interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da futura contratação.

14. IMPACTOS AMBIENTAIS

Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável. A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Quando da contratação, para fazer face à despesa, será emitida Declaração do Ordenador da Despesa de que a mesma tem adequação orçamentária e financeira com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Os recursos decorrentes para fazer face as despesas correrão alocados nas seguintes dotações orçamentárias:

Orgão: 09

Unidade: 09.09

Funcional Programática: 2009

Elemento de Despesas: 44.90.51

16. DA ETAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS EM FACE DA CONTRATAÇÃO

RISCO 01

RISCO	DESCRIÇÃO DO IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA RESPONSÁVEL	AÇÃO DE CONTIGÊNCIA RESPONSÁVEL
1- Execução do objeto contratual em desacordo com o Contrato	Falha no atendimento das necessidades do Município. Solução diversa da proposta nos instrumentos convocatórios.	Fiscalização mensal a ser realizada pela CONTRATANTE. Determinação clara do objeto contratual. Capacitar a equipe de fiscalização do contrato para identificar fraudes com maior facilidade.	Durante a vigência do contrato, instauração de procedimento de inadimplência contratual, com vistas à aplicação de penalidades contratuais.
2- Atrasos na execução do contrato ou baixa produtividade	Aumento do custo e demora na entrega da obra. Descontinuidade dos serviços.	Fiscalização mensal, trimestral ou semestral a ser realizada pela CONTRATANTE.	Durante a vigência do contrato, instauração de procedimento de inadimplência contratual, com vistas a aplicação das penalidades contratuais.
3- Períodos de chuva fora da previsibilidade local	Aumento de custos e atraso no cronograma por caso fortuito ou força maior.	NÃO HÁ.	Caberá a CONTRATANTE análise das circunstâncias e ações possíveis.
4- Contratação de empresa sem capacidade de executar o contrato	Dificuldades na execução contratual, com o não cumprimento adequado do objeto.	Realizar análise criteriosa da qualificação técnica e econômico-financeira da empresa.	Avaliar adequadamente a empresa.
5- Execução do objeto em desacordo com o contrato	Não atendimento da demanda do órgão.	Realização de gestão e fiscalização adequada.	Capacitação da equipe de fiscalização.
6- Falta de pagamento à contratada.	Insatisfação da contratada. Descumprimento contratual.	Realizar a análise prévia do orçamento. Realizar gerenciamento e controle do	Verificar periodicamente o desempenho financeiro do contrato e capacidade de

Termo de referência – Secretaria Municipal de Administração

Av. João Navarro, n.º 61 – Centro – CEP: 57.140-000 – Coqueiro Seco – Alagoas

CNPJ: 12.200.325/0001-05

		orçamento destinado contrato.	ao	desembolso do órgão
--	--	-------------------------------------	----	---------------------------

RISCO 02

FRACASSO, ANULAÇÃO OU REVOGAÇÃO NA CONCLUSÃO DA CONTRATAÇÃO	
Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta
Impacto:	() Baixa (x) Média () Alta
Dano	
É importante demonstrar que haverá dano real quando não correr o atendimento ao levantamento e consolidação da demanda no prazo estabelecido por esta Secretaria, pois haverá prejuízo dos serviços da atividade fim e meio, sobretudo a impossibilidade de continuidade das atividades.	
Ação Preventiva	Responsável
Garantia a comunicação efetiva entre todos os órgãos participantes e envolvidos no processo de contratação pública, buscando a efetiva celeridade para conclusão do mesmo.	Equipe técnica do Setor de Obras e Engenharia
Ação de Contingência	Responsável
Formação de equipe multidisciplinar de para planejamento e execução dos processos	Equipe técnica do Setor de Obras e Engenharia

RISCO 03

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento da Secretaria Municipal de Administração.	
Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta
Impacto:	(x) Baixa () Média () Alta
Dano	
A empresa não recebe pelos serviços prestados, prejudicando a execução do contrato.	
Ação Preventiva	Responsável
Aprovisionar recursos suficientes para as obrigações contratuais durante o ano de vigência.	Divisão de Orçamento e Finanças.
Ação de Contingência	Responsável
Providenciar complementação de recursos para cumprimento das obrigações contratuais.	Orçamento e Finanças.

Ressalta-se que este mapa de riscos não alcança a gestão do contrato e execução dos serviços, mas apenas o elemento essencial que permeia a efetividade da formalização do

Termo de referência – Secretaria Municipal de Administração

Av. João Navarro, n.º 61 – Centro – CEP: 57.140-000 – Coqueiro Seco – Alagoas
CNPJ: 12.200.325/0001-05

procedimento da contratação.

17. DA CLASSIFICAÇÃO DO BEM

O objeto a ser adquirido é serviço de engenharia.

18. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Aprovamos, sob a nossa responsabilidade, o Estudo Técnico Preliminar elaborado adequadamente e perfeitamente suficientes tanto à caracterização do interesse público envolvido e da melhor solução para o problema a ser resolvido, inclusive acerca de Descrição, Unidade de Medida e Quantidade, quanto à fundamentação do Estudo Técnico Preliminar e demais instrumentos da contratação, conforme prevê o ordenamento jurídico pátrio.

Coqueiro Seco, 15 de maio de 2024.

Responsável Técnico
CLARISSA NASCIMENTO SOARES
Engenheira Civil / Engenheira Seg. do Trabalho /
Especialista em Master BIM: ferramentas de gestão e projeto
CREA / AL - nº 021685408-3



**TERMO DE REFERENCIA PARA FUTURA E EVENTUAL
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) DE ENGENHARIA PARA
PRESTAR, SOB DEMANDA, SERVIÇOS DE REFORMAS,
AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA
DOS PRÉDIOS, LOGRADOUROS E ESPAÇOS PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE COQUEIRO SECO / AL**

**COQUEIRO SECO - ALAGOAS
MAIO / 2024**

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA REGISTRO DE PREÇO, SOB DEMANDA, DE REFORMA, AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, EM PRÉDIOS, LOGRADOUROS E ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE COQUEIRO SECO/AL

1. OBJETO

1.1. Registro de preço para futura contratação de Empresa de Engenharia para Prestar Serviços, sobre demanda, de Reformas, Ampliação, Manutenção Preventiva e Corretiva com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, referenciados nas planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, Sistema de Orçamento de Obras de Sergipe - ORSE e Sistema de Custos Referenciais de Obras - SICRO em PRÉDIOS, LOGRADOUROS E ESPAÇOS PÚBLICOS do Município de Coqueiro Seco /AL.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A Prefeitura Municipal de Coqueiro Seco/AL tem a atribuição de assegurar as condições de funcionalidade das instalações físicas do município.

2.2. De acordo com levantamento efetuado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, algumas das edificações necessitam de intervenções mais contundentes, outras de manutenção preventiva de forma periódica.

2.3. Como mudança de paradigma, por nunca ter sido adotado nesta Prefeitura a Secretaria Municipal de Infraestrutura propõe uma atuação preventiva, com a implementação de um Programa Municipal de Manutenção (PMM), o qual pode ser justificado pelas seguintes razões:

2.3.1 Evidência de que todo equipamento ou bem possui vida útil definida, ou seja, não durará para sempre, mesmo que seja cercado de muito cuidado. Entretanto, a vida útil de um bem, seja ele móvel ou imóvel, certamente será dilatada se o mesmo for alvo de manutenção adequada.

2.3.2 A manutenção preventiva deve ser entendida como um investimento a ser feito no patrimônio, pois propiciará maior vida útil, maior durabilidade, possibilitando contemplar medidas e ações de eficiência, além de contribuir com menores gastos com a manutenção corretiva do mesmo, evitando o sucateamento e deterioração o

que, por si só, representa ganho de economicidade, eficiência e eficácia e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros.

2.3.3. O processo permanente de avaliação periódica das edificações públicas, previsto num Plano Municipal de Manutenção (PMM), contribuirá na fonte de informações da edificação em uso que subsidiará insumos para a retroalimentação. As informações sistematizadas irão permitir a identificação rápida de questões relativas aos processos construtivos da edificação e suas patologias e um melhor controle de materiais e serviços;

2.3.4. Reforma e Ampliação, consiste em alterar as características de partes de um imóvel/espço ou de seu todo, desde que mantendo as características de volume ou área sem acréscimos e a função de sua utilização atual.

2.4. É importante ressaltar que a implementação de um Programa de Manutenção (PMM) por execução direta da Prefeitura Municipal de Coqueiro Seco/ Secretaria Municipal de Infraestrutura, exigiria uma sistemática de procedimentos, com mão de obra e fornecimento de materiais a serem empregados, relacionados ao planejamento, à aquisição, ao armazenamento e ao controle de centenas de itens de pequeno valor, que poderiam nem ser utilizados. Constata-se ainda a inexistência da maioria das categorias funcionais demandadas para a execução do objeto em questão no quadro funcional da Secretaria Municipal de Infraestrutura, também a dificuldade de se manter equipes de servidores em regime de plantão 24 horas para atendimento emergencial e tempestivo. Dada à complexidade e à amplitude da natureza desses serviços, é recomendável a contratação de empresas executoras e de supervisão para viabilizar uma prestação de serviço em caráter permanente.

2.5. Sendo assim, a contratação dos serviços de natureza continuada ora proposta, justifica-se pela necessidade de manter as edificações sob a administração da Prefeitura Municipal de Coqueiro Seco, em boas condições de funcionamento, conservando o patrimônio público e o bom andamento das atividades relacionadas à atribuição finalística da Administração Pública Municipal.

2.6. Por meio dos serviços licitados, administração, buscará a segurança e a funcionalidade de suas instalações prediais, logrando evitar acidentes ou transtornos relacionados ao uso contínuo das instalações, além de prolongar a vida útil das edificações e, gerar condições adequadas ao exercício das atividades de seus órgãos e bem-estar de seus funcionários.

2.7. *A contratação de empresa especializada para prestação dos serviços aqui descritos visa a garantir o conforto ambiental, bem como o perfeito e o contínuo funcionamento dos Bens Imóveis de uso especial da administração relacionadas nesse Termo de Referência.*

2.8. *No tocante à modalidade de licitação, se adotará o procedimento de CONCORRÊNCIA PÚBLICA por ser junto com o PREGÃO as modalidades possíveis para a promoção do REGISTRO DE PREÇOS, neste em virtude do particularidades dos tipos de serviços a ser realizado optou-se pela CONCORRÊNCIA PÚBLICA;*

2.9. *A adoção do Sistema Registro de Preço se mostra adequada a presente contratação, pois os serviços de reformas, ampliação e manutenção possuem demandas frequentes, tendo em vista que as edificações estão constantemente em processo de deterioração e desgastes naturais, subsumindo-se ao Decreto Municipal nº 001/2013. Ao mesmo tempo, a manutenção possui, também, a característica de imprevisibilidade, não sendo possível o planejamento prévio completo e exato dos serviços necessários à manutenção das edificações, o que vai ao encontro do previsto no inciso IV, do artigo 3º do supramencionado Decreto Federal;*

2.10. *O valor estimado de contratação tem como base estudo preliminar realizado por essa Secretaria Municipal de Infraestrutura, que prevê os custos a serem gastos nas unidades existentes nas diversas localidades do município;*

2.11. *No tocante as sanções administrativas, o regime sancionador adota uma interpretação sistemática e teleológica das normas que regulamentam a matéria na Lei 14.133/2021.*

3. FUNDAMENTAÇÃO NORMATIVA

3.1. O presente processo administrativo consubstancia-se nas seguintes normas:

Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e suas alterações, Subsidiariamente.	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
Lei Federal nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977	Institui a Anotação de Responsabilidade na prestação de serviços de engenharia, de arquitetura e agronomia; autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma Mútua de Assistência Profissional; e dá outras providências.
Lei Federal nº 12.309, de 9 de agosto de 2010	Limita o custo global de obras e serviços contratados e executados com recursos orçamentários da União à composição dos custos unitários de insumos ou serviços sendo menores ou iguais à mediana de seus correspondentes na tabela do SINAPI.
Decreto Municipal nº 001, de 5 de janeiro de 2013	Regulamenta a realização do Registro de Preços na administração municipal.
Norma ABNT NBR 9050/2015	Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

4. MODALIDADE DA LICITAÇÃO

4.1. O procedimento para contratação do objeto será realizado mediante licitação na modalidade Concorrência, no Sistema de Registro de Preços.

5. TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1. O tipo de licitação será o MENOR PREÇO, apurado com base no critério de julgamento de **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO** ofertado sobre as tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, conforme condições previstas neste instrumento;

6. VALOR ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO

6.1. Tabela de composição do contrato:

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade Estimada	Valor Máximo Aceitável Para Fins de Aplicação do Desconto	Percentual de Desconto Ofertado
01	Registro de preço para futura contratação de empresa de engenharia para prestar serviços, sobre demanda, de reforma, ampliação, manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, referenciados nas planilhas de serviços e insumos diversos descritos no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil - SINAPI, sistema de orçamento de obras de Sergipe – ORSE,	Conforme tabela anexa	Conforme tabela anexa	R\$ 8.226.458,96	

e sistema de custos referencias de obras – SICRO, em prédios, logradouros e espaços públicos do município de Coqueiro Seco /AL				
--	--	--	--	--

7. DOS BÔNUS E DESPESAS INDIRETAS (BDI)

7.1. A composição e definição dos índices Bonificações e Despesas Indiretas – BDI, com desoneração, a serem utilizados nesta licitação deverão ter percentuais **conforme tabela exemplificativa** constante no Anexo II deste edital;

8. DA VISTORIA

8.1. É facultada aos licitantes a realização de vistoria nos locais de execução dos serviços relacionados nas dependências das Unidades Ministeriais; sejam da capital ou do interior, caso haja interesse, as datas e horários deverão ser previamente agendados no Departamento de Arquitetura e Engenharia.

8.2. As vistorias deverão ser realizadas até o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis antes da abertura das propostas e os representantes dos licitantes serão acompanhados por um servidor previamente designado pelo Setor de Engenharia do Município.

8.3. As empresas licitantes têm o direito à vistoria prévia, porém, a interessada deverá decidir se arcará com o ônus de tal operação ou assumirá o risco de uma avaliação menos acurada;

8.4. É vedado à empresa vencedora fazer quaisquer reclamações posteriores ou requerer aditivos, alegando desconhecimento de detalhes específicos dos ambientes de cada imóvel pertencente ao Poder Público licitante;

8.5. A empresa que optar pelo disposto no item acima, aceitará tacitamente todas as condições e adversidades que possam existir para a instalação dos equipamentos e prestação dos serviços licitados nos locais descritos nos respectivos itens, sem nenhum ônus à Administração.

9. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

9.1. Observando o disposto no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, o recebimento do objeto desta contratação será realizado da seguinte forma:

9.1.1. Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias, contados da data da

comunicação, por escrito, da conclusão dos serviços pela Contratada, após a realização de vistoria pela Fiscalização;

9.1.2. Definitivamente, em até 90 (noventa) dias contados da vistoria, mediante a lavratura de termo de aceite, assinado pelas partes, para que seja configurado o recebimento definitivo, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal.

9.2. Se após o Recebimento Provisório for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à Contratada, o prazo para a efetivação do Recebimento Definitivo será interrompido, recomeçando sua contagem após o saneamento das impropriedades detectadas.

9.3. Durante o prazo de garantia, a Contratada ficará obrigada a reparar quaisquer defeitos relacionados à má execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, sempre que houver solicitação, e sem ônus para a Contratante.

9.4. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da Contratada pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados, durante o período de garantia previsto para o serviço.

10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - PROFISSIONAL E OPERACIONAL

10.1. Como qualificação técnica, a licitante deverá apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, a seguinte documentação:

10.2. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, expedido pelo CREA, competente da região a que estiver vinculada a licitante, que comprove ramo de atividade (modalidades de atuação), relacionada ao objeto licitado. A licitante deverá apresentar certidões de registro de responsáveis técnicos nas seguintes categorias:

- 01 (um) Engenheiro Civil;
- 01 (um) Engenheiro Eletricista;
- 01 (um) Engenheiro Ambiental;
- 01 (um) Engenheiro de Segurança do Trabalho;

10.3. A vinculação será caracterizada através da apresentação de cópia autenticada da carteira de trabalho, no caso de empregado, ou do contrato social, no caso de sócio, ou ainda, contrato de prestação de serviços, celebrados de acordo com a legislação civil comum e, caso dito contrato ainda não tenha sido firmado, por meio de compromisso formal de futura contratação e carta de anuência do profissional

indicado.

10.4. Se esta Certidão for emitida via internet, a aceitação dependerá da possibilidade de verificação de sua autenticidade pelo mesmo meio (internet);

10.5. Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data de entrega da proposta, profissional de nível superior, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica Piso Vinílico Semi-Flexível Em Placas, Padrão Liso, Espessura 3,2 Mm, Fixado Com Cola. Af_09/2020, Reassentamento de paralelepípedos, rejuntamento com argamassa, com reaproveitamento dos paralelepípedos - incluso retirada e colocação do material. af_12/2020, Forro de gesso comum, em placas 60 x 60 cm, c/ isolamento em lã de vidro, inclusive madeiramento com ripões 3,5cm x 5,5cm, instalado. Fornecimento e instalação de fachada em pele de vidro, em vidro laminado 3+3 refletivo; Gradil c/ painel eletrosoldado galvanizado revestido em nylon com base chumbada, h = 1,03m, Nylofor 3D ou similar; pintura de meio-fio com tinta branca a base de cal (caiação). af_05/2021, expedidas pelo CREA ou CAU, através da Certidão de Acervo Técnico – CAT.

10.6. Na(s) certidões(s) deverá(ão) estar contemplados também no mínimo 50% da quantidade dos seguintes serviços de maior relevância técnica significativo, como descritos a seguir:

DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	50%
Piso vinílico semi-flexível em placas, padrão liso, espessura 3,2 mm, fixado com cola. af_09/2020	M²	1.200,00	600,00
Reassentamento de paralelepípedos, rejuntamento com argamassa, com reaproveitamento dos paralelepípedos - incluso retirada e colocação do material. af_12/2020	M²	4.200,00	2.100,00
Forro de gesso comum, em placas 60 x 60 cm, c/ isolamento em lã de vidro, inclusive madeiramento com ripões 3,5cm x 5,5cm, instalado	M²	1.580,00	790,00
Fornecimento e instalação de fachada em pele de vidro, em vidro laminado 3+3 refletivo	M²	200,00	100,00
Gradil c/ painel eletrosoldado galvanizado revestido em nylon com base chumbada, h = 1,03m, Nylofor 3D ou similar	M²	90,29	45,14
Pintura de meio-fio com tinta branca a base de cal (caiação). Af_05/2021	M	15.000,00	7.500,00

10.7. A comprovação da aptidão será feita por Certidão de Acervo Técnico- CAT expedida pelo CREA / CAU e por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de

direito público ou privado devidamente registrados na respectiva entidade de classe.

10.8. O profissional que não estiver elencado no hall de responsáveis técnicos da Certidão de Registro da pessoa jurídica, e apresentar comprovação técnico profissional para atendimento ao item 10.05 e 10.06, deverá anexar a devida Certidão de Registro na entidade de classe competente, e comprovar vínculo com a empresa.

10.9. A vinculação será caracterizada através da apresentação de cópia autenticada da carteira de trabalho, no caso de empregado, ou do contrato social, no caso de sócio, ou ainda, contrato de prestação de serviços, celebrados de acordo com a legislação civil comum e, caso dito contrato ainda não tenha sido firmado, por meio de compromisso formal de futura contratação e carta de anuência do profissional indicado.

10.10. É vedada a indicação de um mesmo profissional técnico por mais de uma empresa licitante.

10.11. A execução deverá ser conduzida, obrigatoriamente, sob responsabilidade técnica dos profissionais cujos atestados forem apresentados pela licitante para comprovação da capacidade técnico-profissional, em atendimento ao item 10.1.3.

10.12. Somente será admitida a substituição de profissional detentor de atestado apresentado na fase de habilitação por outro com experiência equivalente ou superior. A proposta de substituição de profissional deverá ser feita por escrito, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresenta, e incluirá a indicação do novo profissional com o respectivo acervo técnico, e acompanhada da baixa da ART do profissional que está sendo substituído. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada e aprovada pela CONTRATANTE.

10.13. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas, não cabendo qualquer alegação ou recurso.

11.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Designar preposto com amplos poderes para representa-la formalmente durante a prestação dos serviços, em todos os assuntos operacionais e administrativos relativos ao objeto do contrato.

- 11.2.** O preposto designado deverá deixar endereços, telefones (fixo e celular) e e-mail, com o fiscal do serviço.
- 11.3.** O referido preposto deverá possuir especialização da área demandada, dentre as quais; técnico em edificação, engenheiro ou arquiteto com a devida experiência; haja vista, serviços de natureza diversa durante a execução do serviço.
- 11.4.** Responder, em relação aos empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto, tais quais: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, distribuição de vale-refeição, vales-transportes e outras exigências fiscais, sociais ou trabalhistas.
- 11.5.** Responder por quaisquer danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato.
- 11.6.** Manter os empregados devidamente identificados, devendo substituí-los imediatamente caso sejam considerados inconvenientes a boa ordem e as normas disciplinares da Administração.
- 11.7.** Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada pelos empregados nas instalações da Administração.
- 11.8.** Comunicar a Administração, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente.
- 11.9.** Prestar à Administração esclarecimentos que julgar necessários para boa execução do contrato.
- 11.10.** Manter, durante a execução do objeto do contrato, em compatibilidade com obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 11.11.** Responsabilizar-se pelos seguintes encargos, em especial: fiscais, comerciais, previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que não mantém nenhum vínculo empregatício com a Administração contratante.
- 11.12.** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, disponibilizando todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessária.
- 11.13.** Reparar, corrigir, remover e refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução ou do uso de materiais de má qualidade.
- 11.14.** Indenizar o Contratante, pelo justo valor, quando ocorrerem danos, avarias,

extravios e inutilização de objetos de sua propriedade ou de terceiros, decorrentes da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, estando garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

11.15. Executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados, com o mínimo de transtornos para o Poder Executivo Municipal de Coqueiro Seco/AL, devendo, para tanto, programar a sua execução em conjunto com a Fiscalização, podendo ser realizado em finais de semana e feriados.

11.16. Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança e de prevenção de acidentes no desempenho dos serviços.

11.17. Proceder à limpeza e retirada de entulhos dos locais de trabalho, após a execução de serviços.

11.18. Fornecer, além de uniforme, equipamentos de proteção individual – EPI's e coletivos - EPC's a todos os empregados cujas atividades exijam, de acordo com as normas de segurança em vigor.

11.19. Arcar com o transporte de pessoal e de todo o material necessário à execução dos serviços.

11.20. Não vincular, sob hipótese alguma, o pagamento dos salários de seus empregados ao pagamento efetuado pelo PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE COQUEIRO SECO/AL.

11.21. Apresentar, por ocasião da execução dos serviços a serem prestados ao PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE COQUEIRO SECO/AL, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente registrada no CREA, conforme Art. 127, § 4º, Lei 13.309, de 09 de agosto de 2010.

11.22. Cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal/1988, quanto à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Permitir acesso dos empregados da Contratada ao local de execução dos serviços.

12.2. Impedir que terceiros estranhos ao contrato prestem os serviços objeto da licitação.

12.3. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

12.4. Solicitar reparação do objeto do contrato que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

12.5. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato, sendo que essa fiscalização não exclui ou reduz a responsabilidade do contratado.

12.6. Efetuar o pagamento do valor constante na nota fiscal eletrônica/fatura, no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados do recebimento da nota fiscal eletrônica devidamente atestada.

12.7. Notificar a empresa sobre eventuais atrasos na execução dos serviços e/ou descumprimento de cláusulas previstas neste Termo de Referência ou no Edital.

12.8. Aplicar ao fornecedor registrado as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, em caso de descumprimento contratual.

12.9. Observar para que, durante a vigência contratual, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

13.DA GARANTIA DOS SERVIÇOS E MATERIAIS

13.1. A denominada garantia é a obrigação de reparar/consertar/substituir objeto ou bem, podendo incidir por força de lei e/ou por vontade das partes. Configura-se assim, dois tipos distintos de garantia, uma denominada legal e a outra contratual, conforme a seguir:

13.1.1. Independentemente da vigência do contrato, os **serviços executados** deverão ter garantia mínima de **5 (cinco) anos**, contados do Recebimento Definitivo dos serviços.

13.1.2. O empreiteiro de materiais e execução responderá, durando o prazo irredutível de **05 (cinco) anos**, pela solidez e segurança do trabalho, conforme art. 618 do Código Civil de 2002.

13.1.3. Nos casos dos defeitos construtivos, o Código de Defesa do Consumidor diz que o reclamante tem um prazo prescricional de 05 (cinco) anos para apresentar judicialmente sua pretensão de reclamar em juízo dos danos, ou seja, dos prejuízos resultantes de um fato do produto ou serviço, portanto um defeito.

14. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

14.2. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das falhas ou dos defeitos observados.

14.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

14.4. O fiscal exercerá todos os atos necessários à verificação do cumprimento do Projeto e das Especificações, tendo livre acesso a todas as partes do serviço, inclusive depósitos de materiais; para isto, deverão ser mantidos em perfeitas condições, a juízo da fiscalização todos os locais necessários à vistoria dos serviços em execução.

14.5. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

14.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

14.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

15. DOS IMPEDIMENTOS

15.1. É vedada a contratação de empresa cujo sócio, proprietário ou acionista seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Membros e Servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento desta Contratante, bem como a prestação de serviço por

empregado de licitante fornecedora de mão-de-obra que se enquadre na situação citada acima.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento do valor constante na nota fiscal eletrônica/fatura deverá ser realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados do recebimento da nota fiscal eletrônica devidamente atestada.

16.2. A contratada deverá encaminhar, juntamente com a nota fiscal, a comprovação de regularidade fiscal perante: a Receita Federal; Estadual; Municipal, ao Fundo de Garantia por tempo de serviço; Justiça do Trabalho;

16.3. Os documentos acima descritos poderão ser solicitados pela Contratante, a qualquer momento, caso entenda necessário;

16.4. A Nota fiscal/fatura deverá conter a descrição do objeto detalhado nos termos da proposta homologada.

16.5. A CONTRATADA deverá encaminhar junto com a nota fiscal o Documento de arrecadação municipal (DAM) e o comprovante de pagamento referente ao recolhimento de Imposto sobre serviço de qualquer natureza (ISSQN) no município da execução dos serviços.

17. DO REAJUSTE DE PREÇOS

17.1. A incidência do reajuste do contrato administrativo não pode ocorrer em prazo inferior a 12 (doze) meses, a partir do marco indicado pela Administração no instrumento contratual. Apesar disso, os contratos com prazo de vigência menor que um ano devem estabelecer as cláusulas de reajustamento, visto que o contrato poderá sofrer prorrogação de prazo, por interferências diversas, sejam elas em decorrência de alteração de projetos, processos de desapropriações ou fenômenos da natureza, que, por vezes, implicam no retardamento da execução da obra. Mesmo nesses casos, o reajustamento só poderá ocorrer após 12 (doze) meses, e deve incidir apenas sobre os custos efetivados após o transcurso desse período, conforme em seu art. 124, inciso II, alínea “d” da Lei nº 14.133/2021 ou de redução dos preços praticados no mercado.

17.1.1. O preço registrado poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles

praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados;

17.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado a Contratante convocará o Contratado, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

17.1.3. Frustrada a negociação, o Contratado será liberado do compromisso assumido;

17.1.4 Mesmo comprovada à ocorrência de situação prevista no referido art. 124, inciso II, alínea “d” da Lei nº 14.133/2021, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

18. DA ANTICORRUPÇÃO

18.1. Para execução do presente instrumento a Contratante e a Contratada deverão observar o disposto na Lei nº 12.846/2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.420/2015.

18.2. Fica vedado as partes signatárias deste instrumento oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de

18.3. Quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma e observando sempre a legislação pertinente.

19. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

19.1. As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa-fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente edital com comprometimento na proteção dos direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e do livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento destes dados em meios físicos e digitais.

19.2. Para efeitos legais, o Poder Executivo Municipal de Coqueiro Seco/AL, figura

na qualidade de Controlador dos dados quando fornecidos à Contratada para tratamento, sendo esta enquadrada como Operador dos dados. Em relação aos dados próprios de suas atividades e tratamento, a Contratada será a Controladora destes.

19.3. O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará à Contratada, seus empregados e prepostos na obrigação de sigilo, cujos teores declaram ser de seu inteiro conhecimento, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso, em razão deste contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada ou de sua incorreta utilização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos da LGPD.

19.4. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação do Poder Público licitante, com a responsabilização da Contratada na obtenção do consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste edital, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins, não afastadas as penalidades aplicáveis nos termos da LGPD.

19.5. A Contratada deverá fornecer conhecimento formal aos seus empregados e prepostos das obrigações, deveres, sanções e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do deste Poder Executivo Municipal, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata este item.

19.6. A LGPD permite a conservação dos dados pessoais tratados e operados pela Contratada após a finalização do tratamento para o qual foram coletados nos casos listados a seguir, no mais, estes deverão ser eliminados:

- a) Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo Controlador;
- b) Estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- c) Uso exclusivo do Controlador, sendo vedado o seu acesso por terceiro, e

desde que anonimizados os dados.

19.7. A Contratada cooperará no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e demais legislações e regulamentações do tema em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário e Órgão de controle administrativo em geral.

19.8. O Encarregado de dados indicado pela Contratada manterá contato formal com o Encarregado de dados pelo contrato indicado por este Poder Executivo Municipal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

19.9. Para casos considerados omissos em relação ao tratamento dos dados pessoais que forem confiados à Contratada, e não puderem ser resolvidos com amparo na LGPD, deverão ser submetidos ao setor responsável para que decida previamente sobre a questão.

19.10. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste Termo e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD. A Contratada cooperará com o PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE COQUEIRO SECO/AL no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e demais legislações e regulamentações do tema em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público Federal, ANPD e Órgão de controle administrativo em geral.

19.11. O Encarregado de dados indicado pela Contratada manterá contato formal com o Encarregado de dados pelo contrato indicado pelo PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE COQUEIRO SECO/AL, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

19.12. Para casos considerados omissos em relação ao tratamento dos dados pessoais que forem confiados à Contratada, e não puderem ser resolvidos com amparo na LGPD, deverão ser submetidos ao setor responsável no PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE COQUEIRO SECO/AL, para que decida previamente

sobre a questão.

19.13. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido no Termo de Referência e também de acordo com o que dispõe a seção III, Cap. VI da LGPD.

20. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

20.1. Conforme disposto no art. 84, da Lei nº 14.133/2021, o prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

20.2. No que concerne a vigência do contrato, por se tratar de serviços e fornecimentos contínuos, poderá ser estabelecida as condições dispostas no art. 106, podendo ser prorrogado até o limite de 05 (cinco) anos, conforme prevê a Lei nº 14.133/2021.

21. DA SUBCONTRATAÇÃO

21.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto limitado a 30% (trinta por cento), respectivamente, do valor total do contrato, nas seguintes condições:

21.2. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação;

21.3. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, através do seu Fiscal Designado, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução plena do objeto.

21.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

21.5. É plenamente e tecnicamente justificável a permissão de subcontratar parcialmente os serviços a serem contratados, haja vista a vasta variedade de serviços de engenharia que necessita este PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE COQUEIRO SECO/AL cotidianamente, além do fato que é economicamente mais viável a subcontratação de determinados serviços tendo em vista os aspectos regionais e geográficos, trazendo muitas vezes economicidade à Administração

Pública.

22. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

22.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

23.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

23.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

23.1.3. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

23.1.4. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

23.1.5. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

23.1.6. Deixar de apresentar amostra;

23.1.7. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

23.1.8. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

23.1.9. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

23.1.10. **Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação**

23.1.11. **Fraudar a licitação**

23.1.12. **Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:**

23.1.12.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

23.1.12.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

23.1.12.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

23.1.12.4. **praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;**

23.1.12.5. **praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).**

23.1.13. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

23.1.13.1. **advertência;**

23.1.13.2. **multa;**

23.1.13.3. **impedimento de licitar e contratar e**

23.1.13.4. **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.**

23.1.14. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida.

b) as peculiaridades do caso concreto

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.1.15. A multa será recolhida em percentual de 20% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

23.1.16. **Para as infrações previstas nos itens 23.1.13.1, 23.1.13.2 e Erro! Fonte de referência não encontrada., a multa será de 10% do valor do contrato licitado.**

23.1.17. **Para as infrações previstas nos itens 23.1.10, 23.1.11, 23.1.12, 23.1.12.4 e 23.1.12.5, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.**

23.1.18. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

23.1.19. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

23.1.20. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 23.1.1, 23.1.3 e 23.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Poder Executivo de Maceió/AL, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

23.1.21. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 23.1.10, 23.1.11, 23.1.12, 23.1.12.4 e 23.1.12.5, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 23.1.1, 23.1.3 e 23.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021.](#)

23.1.22. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

23.1.23. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

23.1.24. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da

data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

23.1.25. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

23.1.26. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

23.1.27. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referências não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados a Administração Pública do Poder Executivo de Coqueiro Seco/AL.

24. DAS CONDIÇÕES GERAIS

24.1. Deverão ser observados as demais leis, decretos, normas e regulamentos pertinentes às contratações públicas, no que não conflitem com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

24.2. Se houver divergência entre o objeto especificado neste Termo de Referência e a proposta da empresa vencedora, prevalecerá as especificações contidas neste Instrumento.

24.3. As empresas deverão possuir ou providenciar o cadastro de credor junto à Secretaria de Fazenda do Estado de Alagoas– SEFAZ/AL, para emissão de nota de empenho.

25. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

25.1. Quando da contratação, para fazer face à despesa, será emitida Declaração do Ordenador da Despesa de que a mesma tem adequação orçamentária e financeira com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

UNIDADE	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ELEMENTO DE DESPESA
09.00	2009	44.90.51

25. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

25.1. Da reforma, ampliação e manutenção preventiva e corretiva

25.1.1. A reforma, ampliação e manutenção preventiva e corretiva consiste na prestação de serviços de engenharia, sobre demanda, nos sistemas integrados às instalações prediais;

25.1.2. Os componentes de edificação abrangidos na reforma, ampliação e manutenção são exemplificados e apontados na tabela constante do Anexo I e constituem, em sua maioria, nas seguintes atividades.

25.2. Serviços a serem realizados nas instalações hidros sanitárias e pluviais

- a)** Corrigir vazamentos e outras anormalidades nos encanamentos da rede de água e esgoto, conexões, registros (internos e externos), torneiras (internas e externas), pias, vasos sanitários, caixas sifonadas, substituindo-os, caso necessário;
- b)** Corrigir a regulagem de válvulas e caixas de descarga (internas e externas), válvulas de mictórios, registros, engates, sifões, caixas sifonadas e outros dispositivos, substituindo-os, caso necessário;
- c)** Realizar reparações na vedação dos metais, substituindo-as, caso necessário;
- d)** Reparar metais e louças dos sanitários, corrigindo ou substituindo o que estiver danificado;
- e)** Reparar caixas de esgoto, caixas de inspeção, drenos, galerias de água pluvial, procedendo à limpeza e eliminando quaisquer irregularidades;
- f)** Corrigir anormalidades nas redes pluviais e redes de drenagem de sistemas

de refrigeração, reparando quaisquer vazamentos encontrados, com ou sem substituição de encanamentos, calhas, bacias, conexões, suportes etc.;

- g)** Corrigir anormalidades nos encanamentos ou conexões de ramal de abastecimento de água, consertando ou substituindo registros, válvulas retentoras, torneiras, boias e outros dispositivos hidráulicos danificados;
- h)** Corrigir falhas nos sistemas de distribuição de água, incluindo a manutenção de encanamentos, conexões, registros, flanges, respiros e outros dispositivos hidráulicos, reparando ou substituindo aqueles que estiverem danificados;
- i)** Realizar manutenção nos reservatórios de água potável, corrigindo as irregularidades encontradas;
- j)** Realizar desentupimentos de redes de esgoto prediais, pias, vasos sanitários, caixas sifonadas, ralos e caixas de inspeção etc.;
- k)** Executar todas as demais rotinas de manutenção, de acordo com as especificações técnicas dos equipamentos hidrossanitários e normas vigentes.

25.3. Serviços a serem realizados nas instalações elétricas

- a)** Corrigir falhas nos quadros de distribuição, incluindo a distribuição de disjuntores, balanceamento de fases, substituição de dispositivos elétricos, reaperto de conectores, medição de correntes, tensão etc.;
- b)** Corrigir falhas no sistema de iluminação e das tomadas em geral, tanto nas instalações internas quanto externas, incluindo o conserto ou a substituição de condutores, interruptores, lâmpadas, reatores, starts e tomadas, sejam externas ou de embutir, simples ou tripolar, com ou sem aterramento;
- c)** Corrigir falhas na rede embutida ou aparente, de baixa tensão, incluindo quadros de distribuição, disjuntores, condutores, canaletas, calhas, receptáculos, interruptores, equipamentos, instalações etc., substituindo os itens necessários;
- d)** Corrigir falhas em tomadas especiais destinadas ao uso de equipamentos diversos, como microcomputadores, máquinas reprográficas etc., substituindo os itens necessários;
- e)** Corrigir falhas nos sistemas de iluminação de emergência, substituindo os itens necessários;

- f) Reparar ou substituir dispositivos elétricos e eletrônicos, tais como: reatores, fotocélula, contentores, relês, minuterias, chaves de baixa tensão, fusíveis, cigarras etc.;
- g) Realizar a manutenção ou substituição de luminárias, quando a sua operação for insuficiente ou provocar frequentes queimas de lâmpadas;
- h) Realizar reaperto dos parafusos de sustentação das luminárias, lâmpadas, contatos dos reatores, base dos soquetes, disjuntores etc.;
- i) Realizar a medição dos circuitos para verificar o estado da fiação, corrigindo ou substituindo aqueles que apresentarem descontinuidade, rupturas ou defeitos que afetem o nível de tensão de tomadas, lâmpadas, equipamentos etc.;
- j) Realizar a manutenção corretiva em cercas eletrificadas e sistema de alarme, substituindo os itens necessários e corrigindo quaisquer irregularidades encontradas, incluindo a limpeza externa necessária ao seu bom funcionamento;
- k) Ativar e mudar pontos elétricos;
- l) Executar todas as demais rotinas de manutenção, de acordo com as especificações técnicas dos sistemas elétricos e das normas vigentes.

25.3.1. Excetuam-se da manutenção os seguintes equipamentos: transformador da rede de alta tensão, elevadores, centrais de ar-condicionado, equipamentos de ar-condicionado individuais, máquinas de reprografia, equipamentos de tecnologia da informação e equipamentos elétricos portáteis que não integram as instalações prediais, tais como: televisores, aparelhos de som e seus acessórios, geladeiras, frigobar, bebedouros etc.

25.4. Serviços a serem realizados nas instalações civis

- a) Corrigir falhas em telhados e suas estruturas, checando a proteção dos rufos, capacidade de escoamento e pontos de interferência, de forma a identificar anomalias;
- b) Realizar eventuais correções em revestimentos de paredes, tetos e pisos (pintura, azulejos, cerâmicas, granitina, granito, rejuntamentos, rodapés, fixações, proteções e calafetação de juntas);
- c) Realizar eventuais correções nos revestimentos internos e externos,

- eliminando a existência de trincas, descolamentos, manchas e infiltrações;
- d)** Corrigir falhas em forros internos e recuperar os pontos defeituosos, utilizando os mesmos materiais anteriormente empregados, de forma a manter o nivelamento e a pintura na mesma cor já existente;
 - e)** Realizar regulagem, alinhamento, ajustes de pressão, lubrificações de portas e janelas, consertos ou, se necessário, substituição de fechaduras, travas, dobradiças, molas hidráulicas, cordoalhas, prendedores, puxadores, trincos, incluindo serviços de plaina;
 - f)** Realizar pintura de caixas de incêndio, quadros de distribuição elétricos, quadros telefônicos e molduras de equipamentos de ar-condicionado, corrigindo o que for necessário;
 - g)** Corrigir falhas em calçadas, pátios, revestimentos de pisos, acessos, cercas, gradis, corrimãos, alambrados, muros e portões;
 - h)** Corrigir falhas na estabilidade dos muros e fixação dos gradis, regularizando os pontos instáveis;
 - i)** Realizar correções na estrutura do concreto armado e de madeira, se existirem dilatações, quebras, trincas, recalques etc.;
 - j)** Realizar correções em paredes, eliminando quebras, trincas, fissuras, desgastes, além de pinturas;
 - k)** Realizar correções, eliminando infiltrações ou vazamentos em lajes impermeabilizadas e marquises e, se necessário, proceder à remoção da vedação existente e realizar nova impermeabilização e proteção mecânica;
 - l)** Executar revisão geral de janelas, portas, portões, suportes de ar-condicionado de janela, corrigindo as falhas encontradas ou substituindo partes, quando necessário;
 - m)** Executar a inspeção geral nas esquadrias, realizando lixamentos, soldas, pinturas, vedações, regulagens nas fixações e remoção de partes enferrujadas, se necessário;
 - n)** Realizar a limpeza das calhas pluviais, substituição de telhas, chapins, rufos;
 - o)** Efetuar a limpeza geral de telhados, marquises, lajes, sistemas de condução e escoamento de águas pluviais;
 - p)** Executar serviços de carpintaria, incluindo lixamento, impermeabilização, pintura, reaperto de parafusos, instalação ou substituição de peças como

puxadores e fechaduras, com vistas a corrigir ou reparar portas, janelas e montagens de móveis em geral;

- q)** Realizar reparos, montagem e desmontagem de divisórias (com ou sem vidro);
- r)** Realizar instalação de extintores de incêndio, telas de proteção, quadros, murais, acessórios de banheiro e copa, suportes, etc.

25.5. Serviços a serem realizados nas instalações de telefonia e rede de cabeamento estruturado

- a)** Realizar identificação dos circuitos lógicos e das linhas telefônicas, comutação de pontos lógicos de dados para voz e vice-versa;
- b)** Organizar fiação, limpar os distribuidores gerais e realizar confecção e ligação de extensões telefônicas;
- c)** Realizar reparos para solucionar falhas como: linha muda, ruídos, interferências, mau contato, intermitências e outras falhas que comprometam a boa comunicação;
- d)** Instalar ou remanejar pontos telefônicos e de rede lógica de dados;
- e)** Substituir cabeamento, tomadas telefônicas e conectores defeituosos;
- f)** Instalação física do link de dados entre o DG telefônico e o modem;
- g)** Executar a rede interna de telefonia a partir do DG telefônico quando instaladas novas linhas telefônicas.

25.5.1 Os serviços de manutenção somente serão realizados mediante a aprovação, pela fiscalização, do respectivo orçamento e emissão da Autorização de Execução - AE pelo fiscal do contrato.

25.5.2. A Contratada deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a emissão da Autorização de Execução – AE.

25.5.3. A critério da fiscalização poderão ser fornecidos especificações técnicas, desenhos e projetos adicionais a serem seguidos rigorosamente durante a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

25.6. Na execução das reformas, ampliações e manutenções prediais, a definição do preço global dos serviços dar-se-á por meio da composição dos custos unitários estabelecidos na forma dos serviços e insumos diversos descritos na tabela SINAPI.

25.6.1. O levantamento dos preços deverá ser de acordo com os valores atuais de

mercado, considerando a base do Sistema de Preços e Custos da Construção Civil da Caixa Econômica Federal – SINAPI referente ao Estado de Alagoas.

25.7. Nos casos em que a Tabela do SINAPI não oferecer custos unitários de insumos ou serviços, deverá ser utilizada outra fonte de informação, conforme abaixo:

25.7.1. Orçamento de obras Sergipe - ORSE;

25.7.2. Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA/CE;

25.7.2. Planilha de Preços – DNIT;

25.7.3. Pesquisa de mercado do local da prestação do serviço (com registro dos estabelecimentos e as cotações), devendo ser apurada a média entre três cotações e sobre ela aplicar o mesmo desconto ofertado na licitação.

25.8. Deverão ser elaborados, previamente à emissão da Autorização de Execução - AE, para fins de avaliação dos custos e prazo de execução do serviço, os seguintes documentos:

25.8.1. Planilha de orçamento no formato Microsoft Excel ou similar, indicando as fontes de custos baseada no item 8.6.

25.8.2. Planilha eletrônica no formato Microsoft Excel ou similar, com as composições analíticas de fontes não SINAPI, se for o caso.

25.8.3. As planilhas deverão conter prazo para execução dos serviços constantes na própria planilha orçamentária ou Cronograma físico-financeiro quando o tempo de execução do serviço se estender por período superior a 30 dias.

25.9. O prazo máximo para a apresentação dos documentos ao Contratante será de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da solicitação de orçamento por parte da fiscalização. As solicitações de orçamento ocorrerão preferencialmente via correio eletrônico.

25.10. Toda e qualquer fonte de dados ou sistema a ser utilizado para a execução do serviço contratado deverá ser submetido à aprovação da fiscalização. Esta exigência vale também para os casos em que, excepcionalmente, as composições constantes na planilha não possuam referência em bases de dados oficiais. Nesses casos, deverão ser submetidas à fiscalização uma listagem (pesquisa de mercado) com o mínimo de três cotações de preços de empresas do mercado local, sendo que deverá ser considerado o valor da média aritmética.

25.10.1. Deverá ser confeccionada planilha de fonte dos dados das precificações, na

qual deverá ser informada, por item, de modo a ser verificada com clareza, a origem de cada composição. Caso algumas composições não pertençam ao sistema SINAPI, estas deverão ser apresentadas analiticamente, de forma a atender ao disposto no § 1º, inciso I, II, III, IV e V do Art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

25.10.2. Todos os documentos deverão ser entregues, em duas vias impressas, devidamente assinadas por profissional habilitado e em meio digital, preferencialmente em formato compatível com software Microsoft Office.

25.10.2.1. Uma das vias impressas, após a devida aprovação da fiscalização, ficará junto ao fiscal do contrato, para fins de controle, a outra será fornecida à CONTRATADA, junto com a Autorização de Execução – AE, e demais documentos pertinentes, quando for o caso, para dar início aos serviços.

25.10.2.2 A mídia digital poderá ser entregue preferencialmente através de e-mail, a ser comunicado pela fiscalização ou pen drive, em último caso, através de CD.

26. INSUMOS

26.1. Na realização dos serviços de reforma, ampliação e manutenção corretiva todos os insumos (materiais, peças e componentes) deverão ser fornecidos pela Contratada.

26.2. Os insumos utilizados pela Contratada na execução dos serviços aqui descritos deverão ser de boa qualidade e manter o padrão existente nas edificações, devendo as amostras serem submetidas à aprovação da fiscalização antes do seu emprego.

27. INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS

27.1. A Contratada deverá, de imediato e às suas expensas, disponibilizar todas as ferramentas e equipamentos necessários à realização dos serviços objeto deste Termo de Referência, inclusive, se necessário, fornecer veículos e máquinas específicas para realização de desentupimentos de redes hidráulicas, bem como para a limpeza de fossas sépticas;

27.2. O Contratante não poderá ser responsabilizado por avarias, roubos ou danos porventura causados a estes equipamentos enquanto estiverem nas dependências

dos imóveis da CONTRATADA.

28. DA GARANTIA

27.3. O prazo de garantia dos serviços será de 01 (um) ano, em razão da sua natureza durável, contados do recebimento definitivo do produto. Tratando-se de vício oculto, o referido prazo inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito;

27.4. Haverá suspensão do prazo supramencionado nos casos em que haja notificação de vício no serviço por parte da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, perante o contratado até resposta negativa correspondente, que deverá ser formalmente manifestada;

27.8. O contratado fica obrigado a sanar o vício no serviço no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após notificação. Caso não o faça, poderá a SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, exigir, alternativamente e à sua escolha:

- a) a reexecução dos serviços, sem custo adicional e quando cabível;
 - b) a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; e c) o abatimento proporcional no preço.
- i. A reexecução dos serviços poderá ser confiada a terceiros devidamente capacitados, por conta e risco do contratado.

29. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

a) Os serviços somente serão considerados executados mediante o recebimento definitivo pelo Fiscal do Serviço e/ou Gestor do Contrato.

b) O recebimento e a aceitação dos serviços que compõem cada orçamento dar-se-ão da seguinte forma:

- i. 29.2.1 PROVISORIAMENTE: pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, em até 15 (quinze) dias, contados da data da comunicação escrita da conclusão dos serviços pela CONTRATADA;
- ii. 29.2.2. DEFINITIVAMENTE: por servidor ou comissão designada pela

autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais em até 90 (noventa) dias após o recebimento provisório, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

- c)** O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total, ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- d)** Os recebimentos provisório ou definitivo não excluem a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados durante o período de garantia previsto para o serviço.
- e)** Declaração da licitante de que examinou o Termo de Referência em sua integralidade, incluindo planilhas e as especificações, conhece todos os aspectos peculiares à execução dos serviços, efetuou todas as interpretações, deduções e conclusões para definição do seu custo de execução, de maneira que qualquer eventual falha de sua parte não a isentará das obrigações assumidas, independentemente de suas dificuldades.
- f)** Declaração expressa de que a licitante possui, na data da entrega da documentação, capacidade operacional compatível com os serviços pretendidos, particularmente no que diz respeito à disponibilidade de aparelhamento, próprio ou de terceiros, instalações e pessoal de apoio técnico.
- g)** Declaração de que os profissionais apontados como responsáveis técnicos da licitante, no momento da licitação, farão o acompanhamento dos serviços, comparecendo frequentemente ao local e quando da vistoria realizada pelos fiscais do Contratante.
- h)** Declaração, sob as penas da Lei, de que recolhe a contribuição previdenciária incidente sobre o valor da receita bruta, em substituição às contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento, previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991, na forma do

caput do art. 7º (ou 8º) da Lei n. 12.546, de 14 de dezembro de 2011, alterada pela Lei n. 13.161, de 31 de agosto de 2015.

30. DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

a) Das obrigações da Contratante:

- i. Permitir acesso dos empregados da contratada ao local de execução dos serviços;
- ii. Impedir que terceiros estranhos ao contrato prestem os serviços objeto da licitação;
- iii. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;
- iv. Solicitar reparação do objeto do contrato que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito;
- v. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato, sendo que essa fiscalização não exclui ou reduz a responsabilidade do contratado;
- vi. Efetuar o pagamento do valor constante na nota fiscal eletrônica/fatura, no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados do recebimento da nota fiscal eletrônica devidamente atestada;
- vii. Notificar a empresa sobre eventuais atrasos na execução dos serviços e/ou descumprimento de cláusulas previstas neste Termo de Referência, no Edital ou na Ata de Registro de Preços;
- viii. Aplicar ao fornecedor registrado as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, em caso de descumprimento contratual;
- ix. Observar para que, durante a vigência contratual, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

b) Das obrigações da Contratada:

- i. Responder, em relação aos empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto, tais quais: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, distribuição de vale-refeição, vales-transportes e outras exigências fiscais, sociais ou

- trabalhistas;
- ii. Responder por quaisquer danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato;
 - iii. Manter os empregados devidamente identificados, devendo substituí-los imediatamente caso sejam considerados inconvenientes a boa ordem e as normas disciplinares da Administração;
 - iv. Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada pelos empregados nas instalações da Administração;
 - v. Comunicar a Administração, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente;
 - vi. Prestar à Administração esclarecimentos que julgar necessários para boa execução do contrato;
 - vii. Manter, durante a execução do objeto do contrato, em compatibilidade com obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - viii. Responsabilizar-se pelos seguintes encargos, em especial: fiscais, comerciais, previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que não mantém nenhum vínculo empregatício com a Administração contratante;
 - ix. Designar preposto com amplos poderes para representá-la formalmente durante a prestação dos serviços, em todos os assuntos operacionais e administrativos relativos ao objeto do contrato.
 - 1. O preposto designado deverá deixar endereços, telefones (fixo e celular), telefax e e-mail, com o fiscal do serviço, devendo atender aos chamados da Secretaria Municipal de Infraestrutura, no prazo máximo de 3 (três) horas.
 - x. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, disponibilizando todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários.
 - xi. Reparar, corrigir, remover e refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução ou do uso de materiais de má qualidade.

- xii. Indenizar o Contratante, pelo justo valor, quando ocorrerem danos, avarias, extravios e inutilização de objetos de sua propriedade ou de terceiros, decorrentes da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, estando garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.
- xiii. Executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados, com o mínimo de transtornos para a Prefeitura Municipal de Coqueiro Seco, devendo, para tanto, programar a sua execução em conjunto com a Fiscalização, podendo ser realizado em finais de semana e feriados.
- xiv. Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança e de prevenção de acidentes no desempenho dos serviços.
- xv. Proceder à limpeza e retirada de entulhos dos locais de trabalho, após a execução de serviços.
- xvi. Informar à fiscalização, para efeito de controle de acesso às dependências dos imóveis da Prefeitura Municipal de Coqueiro Seco, o nome, os respectivos números da carteira de identidade e da matrícula de todos os empregados a serem alocados na prestação do serviço.
- xvii. Fornecer, além de uniforme, equipamentos de proteção individual – EPI's e coletivos - EPC's a todos os empregados cujas atividades exijam, de acordo com as normas de segurança em vigor.
- xviii. Arcar com o transporte de pessoal e de todo o material necessário à execução dos serviços.
- xix. Não vincular, sob hipótese alguma, o pagamento dos salários de seus empregados ao pagamento efetuado pela Prefeitura Municipal de Coqueiro Seco.
- xx. Apresentar, por ocasião da execução dos serviços a serem prestados a Prefeitura Municipal de Coqueiro Seco, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente registrada no CREA, conforme Art. 127, § 4º, Lei 13.309, de 09 de agosto de 2010.
- xxi. Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome.
- xxii. Cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal/1988, quanto à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de

dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

31. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

31.1. As seguintes sanções previstas no artigo 156 da Lei Federal nº14.133/2021, combinada com o artigo 7º da Lei 10.520/2002, poderão ser aplicadas à CONTRATADA, conforme o caso, sem prejuízo da reparação dos danos causados A Prefeitura Municipal de Coqueiro Seco:

- a) Advertência, nas hipóteses de descumprimento das obrigações previstas no edital ou no contrato que não acarretem prejuízos a Prefeitura Municipal de Coqueiro Seco ou quando ocorrer execução insatisfatória, ou, ainda, na ocorrência de pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços, desde que sua gravidade não recomende a aplicação da suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;
- b) Multa de até 10% do valor do contrato, conforme as tabelas 1 e 2, que atribuem às infrações graus, a seguir:

OCORRÊNCIAS		
Item	Descrição	Ponto
01	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	1,0
02	Manter empregado sem a qualificação exigida para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	0,5
03	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	2,0
Para os itens seguintes, deixar de:		
04	Cumprir determinação formal ou instrução do fiscalizador, por ocorrência.	1,0
05	Não executar os serviços contratados conforme os prazos previstos em contrato, por ocorrência, por dia.	0,5
06	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades, por funcionário e por dia;	0,3
07	Cumprir quaisquer dos itens do edital e de seus anexos não previstos nesta tabela de multas, por item e por ocorrência;	0,5
08	Cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	1,0

PONTUAÇÃO ACUMULADA	SANÇÃO
---------------------	--------

01 (um) ponto	Advertência.
02 (dois) pontos	Advertência.
03 (três) pontos	Multa correspondente a 2% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção.
04(quatro) pontos	Multa correspondente a 4% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção.
05 (cinco) pontos	Multa correspondente a 6% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção.
06 (seis) pontos	Multa correspondente a 8% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção.
07 (sete) pontos	Multa correspondente a 10% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção.

c) Suspensão temporária do direito de participar em licitação ou impedimento de contratar com a entidade licitante, por prazo não superior a 2 (dois) anos, entre outras, nas hipóteses:

1. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
2. Ensejar injustificado retardamento da execução de seu objeto;
3. Não mantiver a proposta;
4. Falhar gravemente na execução do contrato;
5. Na reiteração excessiva de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 2 (dois) anos e, no máximo, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, entre outros comportamentos e em especial quando:

1. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
2. Comportar-se de modo inidôneo;
3. Cometer fraude fiscal;
4. Fraudar na execução do contrato.

31.2. Antes da aplicação de qualquer sanção será garantido ao licitante o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo.


31.3. Os valores das multas deverão ser recolhidos na Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Coqueiro Seco no prazo estabelecido no DAM, sendo cobrada judicialmente caso ocorra sua inadimplência.

31.4. As penalidades aqui previstas não serão aplicadas quando o descumprimento do estipulado no contrato ou no edital decorrer de justa causa ou impedimento, devidamente comprovado e aceito por esta Instituição.

32. DISPOSIÇÕES FINAIS

- a)** Secretaria Municipal de Infraestrutura disponibilizará para a CONTRATADA, todos os formulários necessários ao controle e execução deste contrato;
- b)** Será entregue a CONTRATADA, todas as normas e orientações de procedimento, inclusive em meio magnético.

ANEXO I - COMPONENTES DA EDIFICAÇÃO ABRANGIDOS PELAS REFORMAS E MANUTENÇÕES

<div><div>ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE COQUEIRO SECO</div></div>						Ref.: SINAPI: FEVEREIRO/24 - SEM DESONERAÇÃO Ref.: ORSE: JANEIRO/24 BDI 22,88% Local: Coqueiro Seco - Alagoas		
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA								
ITEM	CÓDIGO	REF	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND	QTD	VALORES		
						UNITÁRIO	UNIT.C/ BDI	TOTAL
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES							R\$ 48.408,48
1.1	0051	ORSE	Placa da obra em chapa de aço galvanizado	m²	36,00	R\$ 349,88	R\$ 429,93	R\$ 15.477,48
1.2	0053	ORSE	Tapume de chapa compensada, espessura 10mm (35x2,2m)	m²	300,00	R\$ 89,33	R\$ 109,77	R\$ 32.931,00
2.0	ADMINISTRAÇÃO LOCAL							R\$ 311.542,00
2.1	90777	SINAPI	Engenheiro Civil com encargos complementares	h	1.000,00	R\$ 121,52	R\$ 149,32	R\$ 149.320,00
2.2	90780	SINAPI	Mestre de obras com encargos complementares	h	1.800,00	R\$ 39,34	R\$ 48,34	R\$ 87.012,00
2.3	100289	SINAPI	Vigia noturna com encargos complementares	h	3.000,00	R\$ 20,40	R\$ 25,07	R\$ 75.210,00
3.0	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS							R\$ 432.757,02
3.1	3240	ORSE	Demolição de piso de alta resistência	m²	1.200,00	R\$ 18,75	R\$ 23,04	R\$ 27.648,00
3.2	97622	SINAPI	Demolição de alvenaria de bloco furado, de forma manual, sem reaproveitamento.	m³	650,23	R\$ 53,31	R\$ 65,51	R\$ 42.596,57
3.3	97633	SINAPI	Demolição de revestimento cerâmico, de forma manual, sem reaproveitamento.	m²	1.365,56	R\$ 21,37	R\$ 26,26	R\$ 35.859,61

3.4	97627	SINAPI	Demolição de pilares e vigas em concreto armado, de forma mecanizada com martelete, sem reaproveitamento.	m³	3,58	R\$ 151,71	R\$ 186,42	R\$ 667,38
3.5	43	ORSE	Retirada de calha	m	250,00	R\$ 9,91	R\$ 12,18	R\$ 3.045,00
3.6	12	ORSE	Retirada de forro PVC	m²	1.450,26	R\$ 7,48	R\$ 9,19	R\$ 13.327,89
3.7	18	ORSE	Demolição de piso cerâmico ou ladrilho	m²	1.652,00	R\$ 13,13	R\$ 16,13	R\$ 26.646,76
3.8	17	ORSE	Demolição de reboco	m²	1.200,00	R\$ 8,26	R\$ 10,15	R\$ 12.180,00
3.9	31	ORSE	Remoção de esquadria de madeira, com ou sem batente	m²	185,25	R\$ 15,00	R\$ 18,43	R\$ 3.414,16
3.10	4942	ORSE	Remoção de esquadria metálica, com ou sem reaproveitamento	m²	124,56	R\$ 19,23	R\$ 23,63	R\$ 2.943,35
3.11	97628	SINAPI	Demolição de lajes, de forma manual, sem reaproveitamento.	m³	7,50	R\$ 249,55	R\$ 306,65	R\$ 2.299,88
3.12	8038	ORSE	Demolição de alvenaria de elementos vazados (cobogó), sem reaproveitamento	m³	75,00	R\$ 36,39	R\$ 44,72	R\$ 3.354,00
3.13	8	ORSE	Demolição de alvenaria de pedra	m³	6,25	R\$ 75,02	R\$ 92,18	R\$ 576,13
3.14	9182	ORSE	Demolição de concreto com martelete e compressor	m³	8,56	R\$ 418,28	R\$ 513,98	R\$ 4.399,67
3.15	11390	ORSE	Demolição de divisórias tipo naval	m²	35,26	R\$ 15,40	R\$ 18,92	R\$ 667,12
3.16	12	ORSE	Demolição de forros	m²	250,00	R\$ 7,48	R\$ 9,19	R\$ 2.297,50
3.17	5067	ORSE	Demolição de laje pre-fabricada comum ou em treliça, inclusive capeamento	m²	25,60	R\$ 17,59	R\$ 21,61	R\$ 553,22
3.18	5005	ORSE	Demolição de madeiramento de telhado de fibrocimento 4mm e reassentamento para telha de fibrocimento 8mm	m²	125,89	R\$ 38,50	R\$ 47,31	R\$ 5.955,86
3.19	30	ORSE	Demolição de madeiramento em coberturas com telhas cerâmicas	m²	780,00	R\$ 24,39	R\$ 29,97	R\$ 23.376,60
3.20	4297	ORSE	Retirada e reassentamento de madeiramento para telhas cerâmicas	m²	1.000,00	R\$ 84,24	R\$ 103,51	R\$ 103.510,00
3.21	21	ORSE	Demolição de meio-fio granítico ou pre-moldado	m	1.300,00	R\$ 9,36	R\$ 11,50	R\$ 14.950,00
3.22	20	ORSE	Demolição de pavimentação em paralelepípedo ou pré-moldados de concreto c/ reaproveitamento	m²	1.256,23	R\$ 9,91	R\$ 12,18	R\$ 15.300,88

3.23	7989	ORSE	Demolição de pavimentação em paralelepípedo sem reaproveitamento	m²	526,50	R\$ 11,24	R\$ 13,81	R\$ 7.270,97
3.24	97635	SINAPI	Demolição de pavimento intertravado, de forma manual, com reaproveitamento.	m²	648,00	R\$ 16,14	R\$ 19,83	R\$ 12.849,84
3.25	18	ORSE	Demolição de piso cerâmico ou ladrilho	m²	729,00	R\$ 13,13	R\$ 16,13	R\$ 11.758,77
3.26	7991	ORSE	Demolição de rufo de concreto	m	81,00	R\$ 4,15	R\$ 5,10	R\$ 413,10
3.27	16	ORSE	Demolição manual de piso cimentado sobre lastro de concreto - Rev 01	m²	162,00	R\$ 24,38	R\$ 29,96	R\$ 4.853,52
3.28	43	ORSE	Retirada de calha	m	109,35	R\$ 9,91	R\$ 12,18	R\$ 1.331,88
3.29	267	ORSE	Retirada e reassentamento de telha cerâmica tipo canal, 1ª qualid, cor clara, Itabaianinha ou similar	m²	486,00	R\$ 38,78	R\$ 47,65	R\$ 23.157,90
3.30	100393	SINAPI	Retirada e recolocação de caibro em telhados de até 2 águas com telha cerâmica capa-canal, incluso transporte vertical.	m²	607,50	R\$ 17,62	R\$ 21,65	R\$ 13.152,38
3.31	100388	SINAPI	Retirada e recolocação de ripa em telhados de até 2 águas com telha cerâmica ou de concreto de encaixe, incluso transporte vertical. af_07/2019	m²	607,50	R\$ 16,61	R\$ 20,41	R\$ 12.399,08
4.0	MOVIMENTO DE TERRA, FUNDAÇÕES E INFRAESTRUTURA							R\$ 247.492,03
4.1	93358	SINAPI	Escavação manual de vala com profundidade menor ou igual a 1,30 m.	m³	450,00	R\$ 80,22	R\$ 98,57	R\$ 44.356,50
4.2	90091	SINAPI	Escavação mecanizada de vala com prof. até 1,5m (média entre montante e jusante/uma composição por trecho), com escavadeira hidráulica (0,8m³/111HP), larg. de 1,5 m a 2,5 m, em solo de 1ª categoria, locais com baixo nível de interferência.	m³	128,69	R\$ 5,85	R\$ 7,19	R\$ 925,28
4.3	93380	SINAPI	Reaterro do caixão	m³	125,45	R\$ 13,46	R\$ 16,54	R\$ 2.074,94
4.4	6456	ORSE	Concreto Armado fck=21,0MPa, usinado, bombeado, adensado e lançado, para Uso Geral, com formas planas em compensado resinado 12mm (05 usos)	m³	15,29	R\$ 2.330,28	R\$ 2.863,45	R\$ 43.782,15

4.5	126	ORSE	Concreto simples fabricado na obra, fck=15 mpa, lançado e adensado	m³	26,32	R\$ 592,14	R\$ 727,62	R\$ 19.150,96
4.6	102473	SINAPI	Concreto magro para lastro, traço 1:4,5:4,5 (em massa seca de cimento/ areia média/ seixo rolado) - preparo mecânico com betoneira 400 l. af_05/2021	m³	12,89	R\$ 482,72	R\$ 593,17	R\$ 7.645,96
4.7	94	ORSE	Concreto ciclópico	m³	18,69	R\$ 692,17	R\$ 850,54	R\$ 15.896,59
4.8	101115	SINAPI	Escavação horizontal em solo de 1ª categoria com trator de esteiras (150hp/lâmina: 3,18m³).	m³	165,23	R\$ 3,38	R\$ 4,15	R\$ 685,70
4.9	93378	SINAPI	Reaterro mecanizado de vala com retroescavadeira (capacidade da caçamba da retro: 0,26 m³ / potência: 88 hp), largura até 0,8 m, profundidade até 1,5 m, com solo (sem substituição) de 1ª categoria em locais com baixo nível de interferência	m³	165,23	R\$ 20,55	R\$ 25,25	R\$ 4.172,06
4.10	94319	SINAPI	Aterro manual de valas com solo argilo-arenoso e compactação mecanizada	m³	76,03	R\$ 78,05	R\$ 95,91	R\$ 7.292,04
4.11	100576	SINAPI	Regularização e compactação de subleito de solo predominantemente argiloso.	m²	1.800,00	R\$ 2,45	R\$ 3,01	R\$ 5.418,00
4.12	100981	SINAPI	Carga, manobra e descarga de entulho em caminhão basculante 6 m³ - carga com escavadeira hidráulica (caçamba de 0,80 m³ / 111 hp) e descarga livre (unidade: m3).	m³	356,26	R\$ 9,00	R\$ 11,06	R\$ 3.940,24
4.13	97912	SINAPI	Transporte com caminhão basculante de 6 m³, em via urbana em leito natural (unidade: m3xkm).	m³	356,26	R\$ 3,64	R\$ 4,47	R\$ 1.592,48
4.14		COMPOSIÇÃO 01	Muro de arrimo de alvenaria de pedra argamassada	m³	112,50	R\$ 655,09	R\$ 804,97	R\$ 90.559,13
5.0	DRENAGEM							R\$ 186.640,29
5.1	Serviços técnicos							R\$ 2.012,50
5.1.1	99063	SINAPI	Locação de redes de água ou esgoto, inclusive topógrafo	m	350,00	R\$ 4,68	R\$ 5,75	R\$ 2.012,50
5.2	Movimento de terra							R\$ 8.746,65
5.2.1	6316	ORSE	Lastro de areia - berço e envoltório de areia	m³	45,00	R\$ 149,67	R\$ 183,91	R\$ 8.275,95

5.2.2	100973	SINAPI	Carga, transporte e descarga de solo, descarga livre	m³	45,00	R\$ 8,51	R\$ 10,46	R\$ 470,70
5.3	Tubo em concreto armado							R\$ 119.750,34
5.3.1	92809	SINAPI	Assentamento de tubo em concreto armado 400 mm	m	90,00	R\$ 48,53	R\$ 59,63	R\$ 5.366,70
5.3.2	7745	SINAPI	Fornecimento de tubo de concreto armado para águas pluviais, classe pa-1, com encaixe ponta e bolsa, diametro nominal de 400 mm	m	90,00	R\$ 85,27	R\$ 104,78	R\$ 9.430,20
5.3.3	92811	SINAPI	Assentamento de tubo de concreto para redes coletoras de águas pluviais, diâmetro de 600 mm, junta rígida, instalado em local com alto nível de interferências (não inclui fornecimento). af_12/2015	m	150,00	R\$ 70,45	R\$ 86,57	R\$ 12.985,50
5.3.4	8570	ORSE	Fornecimento de tubo de concreto armado ca2 d=0,60 m	m	150,00	R\$ 199,80	R\$ 245,51	R\$ 36.826,50
5.3.5	92813	SINAPI	Assentamento de tubo de concreto para redes coletoras de águas pluviais, diâmetro de 800 mm, junta rígida, instalado em local com baixo nível de interferências (não inclui fornecimento). af_12/2015	m	96,00	R\$ 94,94	R\$ 116,66	R\$ 11.199,36
5.3.6	8572	ORSE	Fornecimento de tubo de concreto armado ca2 d=0,80 m	m	96,00	R\$ 372,50	R\$ 457,73	R\$ 43.942,08
5.4	Boca de lobo, caixa de ligação e dispositivos							R\$ 33.377,20
5.4.1	97956	SINAPI	Boca de lobo simples	und	20,00	R\$ 1.358,12	R\$ 1.668,86	R\$ 33.377,20
5.5.	Ponta de Ala							R\$ 22.753,60
5.5.1	94971	SINAPI	Concreto fck = 25mpa, traço 1:2,3:2,7 (cimento/ areia média/ brita 1) - preparo mecânico com betoneira 600 l.	m³	6,25	R\$ 462,08	R\$ 567,80	R\$ 3.548,75
5.5.2	92268	SINAPI	Fôrma em chapa de madeira compensada e=18mm	m²	45,00	R\$ 110,13	R\$ 135,33	R\$ 6.089,85
5.5.3	92919+003 4	SINAPI	Armação de estrutura de concreto armado utilizando aço CA-50 10.0mm	kg	500,00	R\$ 21,35	R\$ 26,23	R\$ 13.115,00
6.0			SUPERESTRUTURA					R\$ 95.640,40

6.1	6456	ORSE	Concreto Armado fck=21,0MPa, usinado, bombeado, adensado e lançado, para Uso Geral, com formas planas em compensado resinado 12mm (05 usos)	m³	18,56	R\$ 2.358,89	R\$ 2.898,60	R\$ 53.798,02
6.2	102480	SINAPI	Concreto fck = 15mpa, traço 1:3,4:3,4 (em massa seca de cimento/ areia média/ seixo rolado) - preparo mecânico com betoneira 600 l.	m³	12,56	R\$ 519,56	R\$ 638,44	R\$ 8.018,81
6.3	101963	SINAPI	Laje pré-moldada unidirecional, biapoiada, para piso, enchimento em cerâmica, vigota convencional, altura total da laje (enchimento+capa) = (8+4).	m²	80,25	R\$ 190,65	R\$ 234,27	R\$ 18.800,17
6.4	93184	SINAPI	Verga pré moldada para porta	m	60,00	R\$ 32,30	R\$ 39,69	R\$ 2.381,40
6.5	93182	SINAPI	Verga pré moldada para janela	m	120,00	R\$ 43,29	R\$ 53,19	R\$ 6.382,80
6.6	93194	SINAPI	Contraverga pré moldada para janela	m	120,00	R\$ 42,45	R\$ 52,16	R\$ 6.259,20
7.0			PAREDES E PAINÉIS					R\$ 247.521,79
7.1	103332	SINAPI	Alvenaria de vedação de 1/2 vez em tijolos cerâmicos (dimensões nominais: 09x14x19); assentamento em argamassa no traço 1:2:8 (cimento,cal e areia)	m²	1.200,00	R\$ 110,53	R\$ 135,82	R\$ 162.984,00
7.2	10565	ORSE	Parede de bloco de gesso (50x65cm) - Fornecimento e execução	m²	350,23	R\$ 56,54	R\$ 69,48	R\$ 24.333,98
7.3	103334	SINAPI	Alvenaria de vedação de blocos vazados de cerâmica de 14x9x19cm (espessura 14cm, bloco deitado), para edificação habitacional unifamiliar (casa) e edificação pública.	m²	285,69	R\$ 134,65	R\$ 165,46	R\$ 47.270,27
7.4	101161	SINAPI	Alvenaria de vedação com elemento vazado de concreto (cobogó) DE 7X50X50CM e assentamento com preparo em betoneira.	m²	54,00	R\$ 194,91	R\$ 239,51	R\$ 12.933,54
8.0			REVESTIMENTOS					R\$ 450.548,81
8.1	87878	SINAPI	Chapisco em parede com argamassa traço - 1:3 (cimento / areia)	m²	2.400,00	R\$ 4,54	R\$ 5,58	R\$ 13.392,00

8.2	3315	ORSE	Reboco em parede, traço 1:2:10 (cimento, cal e areia) , espessura =1,5 cm	m²	2.400,00	R\$ 34,97	R\$ 42,97	R\$ 103.128,00
8.3	7137	ORSE	Revestimento cerâmico para piso ou parede, 30 x 44 cm, Biancogres, linha Oviedo Puro, branco, ou similar, aplicado com argamassa industrializada ac-ii, rejuntado, exclusive regularização de base ou emboço	m²	2.400,00	R\$ 72,73	R\$ 89,37	R\$ 214.488,00
8.4	11181	ORSE	Revestimento cerâmico para parede, 10 x 10 cm, Elizabeth, linha cristal gema, aplicado com argamassa industrializada ac-ii, rejunte epoxi, exclusive regularização de base ou emboço - Rev 02	m²	125,98	R\$ 132,44	R\$ 162,74	R\$ 20.501,99
8.5	11179	ORSE	Revestimento cerâmico para parede, 10 x 10 cm, Elizabeth, linha lux verde claro, aplicado com argamassa industrializada ac-ii, rejunte epoxi, exclusive regularização de base ou emboço - Rev 02	m²	125,98	R\$ 123,16	R\$ 151,34	R\$ 19.065,81
8.6	11180	ORSE	Revestimento cerâmico para parede, 10 x 10 cm, Elizabeth, linha cristal branco, aplicado com argamassa industrializada ac-ii, rejunte epoxi, exclusive regularização de base ou emboço - Rev 02	m²	240,58	R\$ 121,52	R\$ 149,32	R\$ 35.923,41
8.7	1925	ORSE	Revestimento com chapa em fórmica texturizada, esp. = 1,3 mm colada c/ formicola ou similar	m²	252,00	R\$ 142,25	R\$ 174,80	R\$ 44.049,60
9.0			PISOS					R\$ 2.596.447,78
9.1	87690	SINAPI	Contrapiso e=5cm	m²	2.200,00	R\$ 44,26	R\$ 54,39	R\$ 119.658,00
9.2	2180	ORSE	Regularização de base para revest. de pisos com arg. traço t4, esp. média = 2,5cm	m²	2.200,00	R\$ 26,38	R\$ 32,42	R\$ 71.324,00
9.3	104162	SINAPI	Piso Em Granilite, Marmorite Ou Granitina Em Ambientes Internos, Com Espessura De 8 Mm, Incluso Mistura Em Betoneira, Colocação Das Juntas, Aplicação Do Piso, 4 Polimentos Com Politriz, Estucamento, Selador E Cera.	m²	3.800,00	R\$ 91,09	R\$ 111,93	R\$ 425.334,00
9.4	87256	SINAPI	Revestimento cerâmico para piso com placas tipo esmaltada extra de dimensões 60x60 cm aplicada em ambientes de área entre 5 m2 e 10 m2.	m²	2.200,00	R\$ 106,30	R\$ 130,62	R\$ 287.364,00

9.5	101747	SINAPI	Piso em concreto 20 mpa preparo mecanico, espessura 7cm, incluso juntas de dilatacao em madeira	m²	450,23	R\$ 85,78	R\$ 105,41	R\$ 47.458,74
9.6	11702	ORSE	Piso em concreto simples despolado, fck = 15 MPa, e = 7 cm - Não inclui formas para juntas de concretagem	m²	350,23	R\$ 48,22	R\$ 59,25	R\$ 20.751,13
9.7	10234	ORSE	Grama esmeralda em placas, fornecimento e plantio	m²	3.500,00	R\$ 25,19	R\$ 30,95	R\$ 108.325,00
9.8	8431	ORSE	Piso alta resistência ou industrial de 12 mm, comum, cor cinza, juntas, sem polimento, inclusive argamassa de regularização, aplicado - R1	m²	720,13	R\$ 68,96	R\$ 84,74	R\$ 61.023,82
9.9	2394	ORSE	Fornecimento e espalhamento de terra vegetal preparada	m³	525,00	R\$ 107,34	R\$ 131,90	R\$ 69.247,50
9.10	2172	ORSE	Piso cimentado despolado traço 1:5, e = 3 cm	m²	245,69	R\$ 30,31	R\$ 37,24	R\$ 9.149,50
9.11	2171	ORSE	Piso cimentado liso traço 1:5, e = 3 cm, c/ junta plástica 3 x 27 mm	m²	215,98	R\$ 51,31	R\$ 63,05	R\$ 13.617,54
9.12	98682	SINAPI	Piso cimentado, traço 1:3 (cimento e areia), acabamento rústico, espessura 3,0 cm, preparo mecânico da argamassa.	m²	120,39	R\$ 41,19	R\$ 50,61	R\$ 6.092,94
9.13	101094	SINAPI	Piso podotátil, direcional ou alerta, assentado sobre argamassa.	m²	185,00	R\$ 165,00	R\$ 202,75	R\$ 37.508,75
9.14	101169	SINAPI	Pavimentação em paralelepípedo granítico sobre colchão de areia, rejuntado com argamassa de cimento e areia traço 1:3, inclusive frete do paralelepípedo granítico	m²	1.200,00	R\$ 74,02	R\$ 90,96	R\$ 109.152,00
9.15	97083	SINAPI	Compactação mecânica de solo para execução de radier, piso de concreto ou laje sobre solo, com compactador de solos a percussão. af_09/2021	m²	2.567,65	R\$ 3,08	R\$ 3,78	R\$ 9.705,72
9.16	92396	SINAPI	Execução de passeio em piso intertravado, com bloco retangular cor natural de 20 x 10 cm, espessura 6 cm.	m²	850,00	R\$ 72,55	R\$ 89,15	R\$ 75.777,50
9.17	93680	SINAPI	Execução de pátio/estacionamento em piso intertravado, com bloco retangular colorido de 20 x 10 cm, espessura 6 cm.	m²	900,00	R\$ 70,64	R\$ 86,80	R\$ 78.120,00
9.18	101852	SINAPI	Reassentamento de paralelepípedos, rejuntamento com argamassa, com reaproveitamento dos paralelepípedos - incluso retirada e colocação do material. af_12/2020	m²	4.200,00	R\$ 71,23	R\$ 87,53	R\$ 367.626,00

Termo de referência – Secretaria Municipal de Administração

9.19	94276	SINAPI	Assentamento de guia (meio-fio) em trecho curvo, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x20 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para urbanização interna de empreendimento.	m	256,23	R\$ 53,89	R\$ 66,22	R\$ 16.967,55
9.20	94273	SINAPI	Assentamento de guia (meio-fio) em trecho reto, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x30 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para vias urbanas (uso viário).	m	1.200,00	R\$ 56,59	R\$ 69,54	R\$ 83.448,00
9.21	94274	SINAPI	Assentamento de guia (meio-fio) em trecho curvo, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x30 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para vias urbanas (uso viário).	m	320,12	R\$ 59,14	R\$ 72,67	R\$ 23.263,12
9.22	101862	SINAPI	Reassentamento de blocos retangular para piso intertravado, espessura de 6 cm, em calçada, com reaproveitamento dos blocos retangular - incluso retirada e colocação do material.	m²	680,23	R\$ 34,25	R\$ 42,09	R\$ 28.630,88
9.23	94990	SINAPI	Execução de passeio (calçada) ou piso de concreto com concreto moldado in loco, feito em obra, acabamento convencional, não armado.	m³	203,00	R\$ 721,34	R\$ 886,38	R\$ 179.935,14
9.24	88650	SINAPI	Rodapé cerâmico de 7cm de altura com placas tipo esmaltada extra de dimensões 60x60cm.	m	452,26	R\$ 17,62	R\$ 21,65	R\$ 9.791,43
9.25	101739	SINAPI	Rodapé em madeira, altura 7cm, fixado com cola e parafusos.	m	320,12	R\$ 34,54	R\$ 42,44	R\$ 13.585,89
9.26	2259	ORSE	Rodapé alta resistência, h = 7 cm	m	450,69	R\$ 23,98	R\$ 29,47	R\$ 13.281,83
9.27	94273	SINAPI	Assentamento de guia (meio-fio) em trecho reto, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x30 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para vias urbanas (uso viário)	m	120,00	R\$ 56,59	R\$ 69,54	R\$ 8.344,80
9.28	101727	SINAPI	PISO VINÍLICO SEMI-FLEXÍVEL EM PLACAS, PADRÃO LISO, ESPESSURA 3,2 MM, FIXADO COM COLA. AF_09/2020	m²	1.200,00	R\$ 193,72	R\$ 238,04	R\$ 285.648,00
9.29	2625	ORSE	Reassentamento de meio fio	m	1.300,00	R\$ 10,21	R\$ 12,55	R\$ 16.315,00
10.0			PINTURA					R\$ 659.582,54

10.1	88415	SINAPI	Aplicação manual de fundo selador acrílico em paredes externas de casas.	m²	8.600,00	R\$ 2,94	R\$ 3,61	R\$ 31.046,00
10.2	88485	SINAPI	Aplicação de fundo selador acrílico em paredes, uma demão.	m²	10.800,00	R\$ 3,49	R\$ 4,29	R\$ 46.332,00
10.3	88484	SINAPI	Aplicação de fundo selador acrílico em teto, uma demão.	m²	650,00	R\$ 4,35	R\$ 5,35	R\$ 3.477,50
10.4	8623	ORSE	Emassamento de superfície, com aplicação de 02 demãos de massa corrida - R1	m²	7.800,00	R\$ 17,23	R\$ 21,17	R\$ 165.126,00
10.5	95305	SINAPI	Textura acrílica, aplicação manual em parede, uma demão.	m²	6.500,00	R\$ 13,46	R\$ 16,54	R\$ 107.510,00
10.6	95624	SINAPI	Aplicação manual de tinta látex acrílica em superfícies externas de sacada de edifícios de múltiplos pavimentos, duas demãos.	m²	7.800,00	R\$ 22,93	R\$ 28,18	R\$ 219.804,00
10.7	102219	SINAPI	Pintura de acabamento (pigmentada) esmalte sintético acetinado em madeira, 2 demãos. AF_01/2021	m²	550,00	R\$ 16,01	R\$ 19,67	R\$ 10.818,50
10.8	100746	SINAPI	Pintura com tinta alquídica de acabamento (esmalte sintético brilhante) aplicada a rolo ou pincel sobre superfícies metálicas (exceto perfil) executado em obra (02 demãos).	m²	450,00	R\$ 23,12	R\$ 28,41	R\$ 12.784,50
10.9	102506	SINAPI	Pintura de demarcação de quadra poliesportiva com tinta epóxi, e = 5 cm, aplicação manual.	m	350,25	R\$ 10,05	R\$ 12,35	R\$ 4.325,59
10.10	102233	SINAPI	Pintura imunizante para madeira, 1 demão.	m²	1.500,00	R\$ 12,66	R\$ 15,56	R\$ 23.340,00
10.11	102213	SINAPI	Pintura verniz (incolor) alquídico em madeira, uso interno e externo, 2 demãos.	m²	320,59	R\$ 18,83	R\$ 23,14	R\$ 7.418,45
10.12	102498	SINAPI	Pintura de meio-fio com tinta branca a base de cal (caiação).	m	15.000,00	R\$ 1,50	R\$ 1,84	R\$ 27.600,00
11.0			COBERTURA E PROTEÇÕES					R\$ 716.895,06
11.1	92551	SINAPI	Fabricação e Instalação de tesoura inteira em madeira não aparelhada, vão de 9m, para telha cerâmica	und	4,00	R\$ 2.050,92	R\$ 2.520,17	R\$ 10.080,68

11.2	92550	SINAPI	Fabricação e instalação de tesoura inteira em madeira não aparelhada, vão de 8 m, para telha cerâmica ou de concreto, incluso içamento.	und	4,00	R\$ 1.978,96	R\$ 2.431,75	R\$ 9.727,00
11.3	92549	SINAPI	Fabricação e Instalação de tesoura inteira em madeira não aparelhada, vão de 7m, para telha cerâmica	und	4,00	R\$ 1.573,00	R\$ 1.932,90	R\$ 7.731,60
11.4	92540	SINAPI	Trama de madeira composta por ripas, caibros e terças para telhados de mais que 2 águas para telha cerâmica	m²	583,20	R\$ 71,45	R\$ 87,80	R\$ 51.204,96
11.5	3648	ORSE	Madeiramento em massaranduba/madeira de lei, peça serrada 5cm x 11cm, p/ telha tropical eternit 5mm ou ondulada eternit 6mm	m²	636,04	R\$ 31,08	R\$ 38,19	R\$ 24.290,37
11.6	94210	SINAPI	Telhamento com telha ondulada de fibrocimento e = 6 mm, com recobrimento lateral de 1 1/4 de onda para telhado com inclinação máxima de 10°, com até 2 águas, incluso içamento. af_07/2019	m²	636,04	R\$ 70,69	R\$ 86,86	R\$ 55.246,43
11.7	94201	SINAPI	Telhamento com telha cerâmica capa-canal, tipo colonial, com até 2 águas, incluso transporte vertical. af_07/2019	m²	425,25	R\$ 35,48	R\$ 43,60	R\$ 18.540,90
11.8	94229	SINAPI	Calha em chapa de aço galvanizado número 24, desenvolvimento de 100 cm, incluso transporte vertical. Af_07/2019	m	76,95	R\$ 214,77	R\$ 263,91	R\$ 20.307,87
11.9	9841	SINAPI	Tubo PVC, série R, água pluvial, DN 100 mm, fornecido e instalado em condutores verticais de águas pluviais.	m²	251,10	R\$ 25,12	R\$ 30,87	R\$ 7.751,46
11.10	89584	SINAPI	Joelho 90º, PVC,série R, água pluvial, DN 100 mm, junta elástica, fornecimento e instalação em condutores verticais de águas pluviais.	m²	18,23	R\$ 41,85	R\$ 51,43	R\$ 937,31
11.11	100434	SINAPI	Calha beiral, semicircular de PVC, diametro 125mm, incluindo cabeceiras, emendas, bocais, suportes e vedações, excluindo condutores, lincluso transporte vertical.	m	129,60	R\$ 144,53	R\$ 177,60	R\$ 23.016,96
11.12	97974	SINAPI	Caixa de areia 40x40x40cm em alvenaria - execução	und	12,00	R\$ 420,86	R\$ 517,15	R\$ 6.205,80
11.13	96486	SINAPI	Forro de pvc, liso, para ambientes comerciais, inclusive estrutura de fixação.	m²	607,50	R\$ 90,13	R\$ 110,75	R\$ 67.280,63

11.14	12404	ORSE	Estrutura Metálica Galpões em Pórticos - Colunas/Vigas em Treliça UDC75, terças e vigas longitudinais em UDC 127 e 150, 2 águas, sem lanternin, vãos 6,0 a 10,0m, pintado 1 d oxido ferro + 2 d esmalte epóxi branco, exceto forn. Telhas - Executada	kg	303,75	R\$ 22,21	R\$ 27,29	R\$ 8.289,34
11.15	94231	SINAPI	Rufo em chapa de aço galvanizado número 24, corte de 25 cm, incluso transporte vertical.	m	125,55	R\$ 65,74	R\$ 80,78	R\$ 10.141,93
11.16	291	ORSE	Rufo em placa de concreto l = 0,34 m	m	74,93	R\$ 73,91	R\$ 90,82	R\$ 6.804,69
11.17		COMPOSIÇÃO 02	Revisão em cobertura com telha cerâmica tipo canal, 1ª, com reposição de 10% do material - R!	m²	319,95	R\$ 62,50	R\$ 76,80	R\$ 24.572,16
11.18		COMPOSIÇÃO 03	Revisão em cobertura com telha cerâmica tipo canal, 1ª, com reposição de 20% do material - R1	m²	445,50	R\$ 77,20	R\$ 94,86	R\$ 42.260,13
11.19		COMPOSIÇÃO 04	Revisão em cobertura com telha cerâmica tipo canal, 1ª, com reposição de 30% do material - R1	m²	162,00	R\$ 91,92	R\$ 112,95	R\$ 18.297,90
11.20	10020	ORSE	Impermeabilização c/ manta asfáltica 4mm, estruturada com não-tecido de poliéster, inclusive aplicação de 1 demão de primer, exceto proteção mecânica	m²	52,61	R\$ 122,22	R\$ 150,18	R\$ 7.900,29
11.21	10029	ORSE	Impermeabilização c/ manta asfáltica aluminizada 3mm, estruturada com não-tecido de poliéster, inclusive aplicação de 1 demão de primer	m²	101,25	R\$ 115,71	R\$ 142,18	R\$ 14.395,73
11.22	98557	SINAPI	Impermeabilização de superfície com emulsão asfáltica, 2 demãos	m²	50,90	R\$ 53,72	R\$ 66,01	R\$ 3.360,20
11.23	98565	SINAPI	Proteção mecânica de superfície horizontal com argamassa de cimento e areia, traço 1:3, e=3cm.	m²	52,61	R\$ 50,68	R\$ 62,28	R\$ 3.276,27
11.24	96113	SINAPI	Forro em placas de gesso, para ambientes comerciais.	m²	263,25	R\$ 42,84	R\$ 52,64	R\$ 13.857,48
11.25	1946	ORSE	Forro de gesso comum, em placas 60 x 60 cm, c/ isolamento em lã de vidro, inclusive madeiramento com ripões 3,5cm x 5,5cm, instalado	m²	1.580,00	R\$ 133,98	R\$ 164,63	R\$ 260.115,40
11.26	94221	SINAPI	Cumeeira com telha cerâmica emboçada com argamassa traço 1:2:8	m	50,63	R\$ 20,92	R\$ 25,71	R\$ 1.301,57

12.0			ELÉTRICO BAIXA TENSÃO					R\$ 694.995,57
12.1	Caixas							R\$ 6.838,40
12.1.1	91940	SINAPI	Caixa PVC 4X2	und	320,00	R\$ 17,39	R\$ 21,37	R\$ 6.838,40
12.2	Cabos							R\$ 154.771,60
12.2.1	91924	SINAPI	Cabo de cobre isolamento termoplástico 450/750V 1,5mm², anti-chama, fornecimento e instalação	m	7.800,00	R\$ 3,00	R\$ 3,69	R\$ 28.782,00
12.2.2	91926	SINAPI	Cabo de cobre isolamento termoplástico 450/750V 2,5mm², anti-chama, fornecimento e instalação	m	10.000,00	R\$ 4,33	R\$ 5,32	R\$ 53.200,00
12.2.3	91928	SINAPI	Cabo de cobre isolamento termoplástico 450/750V 4,0mm², anti-chama, fornecimento e instalação	m	3.000,00	R\$ 6,68	R\$ 8,21	R\$ 24.630,00
12.2.4	92981	SINAPI	Cabo de cobre flexível isolado, 16 mm², anti-chama 450/750 v, para distribuição - fornecimento e instalação.	m	1.000,00	R\$ 15,65	R\$ 19,23	R\$ 19.230,00
12.2.5	101888	SINAPI	Cabo de cobre flexível isolado, 25 mm², anti-chama 450/750 v, para distribuição - fornecimento e instalação.	m	980,00	R\$ 24,02	R\$ 29,52	R\$ 28.929,60
12.3	Eletrodutos							R\$ 162.934,00
12.3.1	91834	SINAPI	Eletroduto flexível leve 3/4"	m	.200,00	R\$ 18,34	R\$ 22,54	R\$ 94.668,00
12.3.2	91856	SINAPI	Eletroduto flexível leve 1"	m	3.800,00	R\$ 12,35	R\$ 15,18	R\$ 57.684,00
12.3.3	97668	SINAPI	Eletroduto flexível pead 2"	m	650,00	R\$ 13,25	R\$ 16,28	R\$ 10.582,00
12.4	Dispositivos elétricos							R\$ 62.338,02
12.4.1	91953	SINAPI	Interruptor simples de embutir 10a/250v 1 tecla, fornecimento e instalação	und	20,00	R\$ 31,59	R\$ 38,82	R\$ 4.658,40
12.4.2	92023	SINAPI	Interruptor simples com tomada de embutir 10a/250v 1 tecla, fornecimento e instalação	und	80,00	R\$ 53,74	R\$ 66,04	R\$ 5.283,20
12.4.3	91959	SINAPI	Interruptor simples (2 módulos), 10a/250v, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação.	und	25,00	R\$ 48,30	R\$ 59,35	R\$ 1.483,75
12.4.4	91967	SINAPI	Interruptor simples (3 módulos), 10a/250v, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação.	und	15,00	R\$ 65,00	R\$ 79,87	R\$ 1.198,05
12.4.5	91961	SINAPI	Interruptor paralelo (2 módulos), 10a/250v, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação.	und	12,00	R\$ 61,89	R\$ 76,05	R\$ 912,60

12.4.6	92033	SINAPI	Interruptor paralelo (2 módulos) com 1 tomada de embutir 2p+t 10 a, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação.	und	35,00	R\$ 84,03	R\$ 103,26	R\$ 3.614,10
12.4.7	91965	SINAPI	Interruptor simples (2 módulos) com interruptor paralelo (1 módulo), 10a/250v, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação.	und	25,00	R\$ 71,74	R\$ 88,15	R\$ 2.203,75
12.4.8	91969	SINAPI	Interruptor paralelo (3 módulos), 10a/250v, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação.	und	35,00	R\$ 85,33	R\$ 104,85	R\$ 3.669,75
12.4.9	92027	SINAPI	Interruptor simples (2 módulos) com 1 tomada de embutir 2p+t 10 a, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação.	und	42,00	R\$ 70,44	R\$ 86,56	R\$ 3.635,52
12.4.10	92000	SINAPI	Tomada baixa de embutir (1 módulos), 2p+t 10 a, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação.	und	145,00	R\$ 33,20	R\$ 40,80	R\$ 5.916,00
12.4.11	92008	SINAPI	Tomada baixa de embutir (2 módulos), 2p+t 10 a, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação.	und	190,00	R\$ 51,46	R\$ 63,23	R\$ 12.013,70
12.4.12	92004	SINAPI	Tomada média de embutir (2 módulo), 2p+t 10 a, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação.	und.	180,00	R\$ 59,29	R\$ 72,86	R\$ 13.114,80
12.4.13	91992	SINAPI	Tomada alta de embutir (1 módulo), 2p+t 10 a, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação.	und.	80,00	R\$ 47,14	R\$ 57,93	R\$ 4.634,40
12.5	Disjuntores							R\$ 31.471,50
12.5.1	101890	SINAPI	Disjuntor termomagnético monopolar padrão nema (americano) 10 a 30A 240v, fornecimento e instalação	und	70,00	R\$ 18,54	R\$ 22,78	R\$ 1.594,60
12.5.2	101894	SINAPI	Disjuntor termomagnético tripolar padrão nema (americano) 60 a 100a 240v, fornecimento e instalação	und	20,00	R\$ 178,75	R\$ 219,65	R\$ 4.393,00
12.5.3	9042	ORSE	Dispositivo de proteção contra surto de tensão DPS 40kA - 440v	und	15,00	R\$ 82,93	R\$ 101,90	R\$ 1.528,50
12.5.4	7943	ORSE	Disjuntor bipolar DR 25 A, dispositivo residual diferencial, tipo AC, 30mA	und	70,00	R\$ 278,50	R\$ 342,22	R\$ 23.955,40
12.6	Postes							R\$ 151.104,97
12.6.1	335	ORSE	Poste em aço galvanizado, para iluminação pública, cônico, contínuo, reto, h=6.00m, d=126mm (base) e d=60mm (topo), incl.base concreto	und	35,00	R\$ 1.971,82	R\$ 2.422,97	R\$ 84.803,95
12.6.2	2961	ORSE	Suporte p/luminária CW-450 de 1a 4 pétalas	und	70,00	R\$ 564,70	R\$ 693,90	R\$ 48.573,00

			(Tecnolux ou similar)					
12.6.3	10794	ORSE	Poste circular de concreto 7/150 - fornecimento e assentamento	und	9,00	R\$ 759,87	R\$ 933,73	R\$ 8.403,57
12.6.4	8941	ORSE	Poste de concreto duplo T (DT) 6/150 - fornecimento e assentamento	und	9,00	R\$ 843,14	R\$ 1.036,05	R\$ 9.324,45
12.7	Quadros							R\$ 18.426,68
12.7.1	12228	ORSE	Quadro de distribuicao de energia de embutir, em chapa metalica, para 32 disjuntores termomagneticos monopolares, com barramento trifasico e neutro, fornecimento e instalacao	und	18,00	R\$ 515,02	R\$ 632,86	R\$ 11.391,48
12.7.2	4527	ORSE	Quadro de medição trifásica em Noril com lente para leitura	und	8,00	R\$ 715,66	R\$ 879,40	R\$ 7.035,20
12.8	Luminárias							R\$ 84.883,90
12.8.1	103782	SINAPI	Luminária tipo plafon, de sobrepor, com 1 lâmpada led de 12w, fornecimento e instalação.	und	250,00	R\$ 36,03	R\$ 44,27	R\$ 11.067,50
12.8.2	103782	SINAPI	Luminária tipo plafon, de sobrepor, com 1 lâmpada led de 13w, fornecimento e instalação.	und	320,00	R\$ 36,03	R\$ 44,27	R\$ 14.166,40
12.8.3	12562	ORSE	Luminária com lampada led tubular bivolt 18/20 w, base g13 - Rev 01	und	50,00	R\$ 71,52	R\$ 87,88	R\$ 4.394,00
12.8.4	101657	SINAPI	Luminária de led para iluminação pública 100 w - fornecimento e instalação.	und	70,00	R\$ 544,18	R\$ 668,69	R\$ 46.808,30
12.8.5	10200	ORSE	Refletor Led 10w	und	20,00	R\$ 87,84	R\$ 107,94	R\$ 2.158,80
12.8.6	11153	ORSE	Refletor Led 20w	und	30,00	R\$ 37,18	R\$ 45,69	R\$ 1.370,70
12.8.7	12870	ORSE	Refletor Led 30w	und	70,00	R\$ 57,18	R\$ 70,26	R\$ 4.918,20
12.9	Revisão de pontos elétricos							R\$ 22.226,50
12.9.1	632	ORSE	Revisão de ponto de interruptor com reposição do interruptor e fiação	und	55,00	R\$ 93,35	R\$ 114,71	R\$ 6.309,05
12.9.2	625	ORSE	Revisão de ponto de luz tipo 2, em teto ou parede	und	98,00	R\$ 84,15	R\$ 103,40	R\$ 10.133,20
12.9.3	629	ORSE	Revisão de ponto de tomada de força tipo 1	und	85,00	R\$ 55,38	R\$ 68,05	R\$ 5.784,25
13.0	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS							R\$ 221.417,32
13.1	Água							R\$ 53.233,46
13.1.1	95674	SINAPI	Hidrômetro	und	12,00	R\$ 123,62	R\$ 151,90	R\$ 1.822,80
13.1.2	89356	SINAPI	Tubo PVC 25mm	m	50,00	R\$ 23,71	R\$ 29,13	R\$ 7.282,50
13.1.3	89447	SINAPI	Tubo PVC 32mm	m	180,00	R\$ 11,31	R\$ 13,90	R\$ 2.502,00

13.1.4	89448	SINAPI	Tubo PVC 40mm	m	150,00	R\$ 17,32	R\$ 21,28	R\$ 3.192,00
13.1.5	89362	SINAPI	Joelho 90° PVC 25mm	und	50,00	R\$ 9,20	R\$ 11,30	R\$ 565,00
13.1.6	89367	SINAPI	Joelho 90° PVC 32mm	und	34,00	R\$ 12,77	R\$ 15,69	R\$ 533,46
13.1.7	89497	SINAPI	Joelho 90° PVC 40mm	und	8,00	R\$ 12,99	R\$ 15,96	R\$ 446,88
13.1.8	90373	SINAPI	Joelho redução 25x1/2" c/ bucha de latão	und	38,00	R\$ 13,04	R\$ 16,02	R\$ 608,76
13.1.9	89366	SINAPI	Joelho 25x3/4" c/ bucha de latão	und	30,00	R\$ 16,47	R\$ 20,24	R\$ 607,20
13.1.10	89427	SINAPI	Luva soldável c/ rosca 25mm	und	42,00	R\$ 12,01	R\$ 14,76	R\$ 619,92
13.1.11	89440	SINAPI	Tê PVC 25mm	und	35,00	R\$ 11,59	R\$ 14,24	R\$ 498,40
13.1.12	89623	SINAPI	Tê PVC 40mm	und	28,00	R\$ 19,04	R\$ 23,40	R\$ 655,20
13.1.13	89442	SINAPI	Tê de redução soldável 25mmx1/2" c/ bucha de latão central	und	25,00	R\$ 13,63	R\$ 16,75	R\$ 418,75
13.1.14	89622	SINAPI	Tê de redução soldável 25mmx1"	und	39,00	R\$ 13,88	R\$ 17,06	R\$ 665,34
13.1.15	97427	SINAPI	Flange p/ caixa d'água 25mm - 1"	und	10,00	R\$ 46,92	R\$ 57,66	R\$ 576,60
13.1.16	9964	ORSE	Flange p/ caixa d'água 50mm - 1.1/2"	und	10,00	R\$ 30,94	R\$ 38,02	R\$ 380,20
13.1.17	89972	SINAPI	Registro gaveta bruto DN 25 mm	und	12,00	R\$ 46,43	R\$ 57,05	R\$ 684,60
13.1.18	89969	SINAPI	Registro de pressão c/ canopla DN 25 mm	und	34,00	R\$ 38,18	R\$ 46,92	R\$ 1.595,28
13.1.19	94489	SINAPI	Registro de esfera 3/4"	und	25,00	R\$ 22,17	R\$ 27,24	R\$ 681,00
13.1.20	94492	SINAPI	Registro de esfera 1 1/4"	und	34,00	R\$ 45,19	R\$ 55,53	R\$ 1.888,02
13.1.21	102623	SINAPI	Caixa d'água em polietileno, 1000 litros (inclusos tubos, conexões e torneira de bóia) - fornecimento e instalação.	und	10,00	R\$ 813,78	R\$ 999,97	R\$ 9.999,70
13.1.22	102605	SINAPI	Caixa d'água em polietileno, 500 litros - fornecimento e instalação.	und	5,00	R\$ 277,34	R\$ 340,80	R\$ 1.704,00
13.1.23	1444	ORSE	Torneira de bóia p/caixa d'agua d = 1 1/4" (deca ou similar)	und	15,00	R\$ 111,04	R\$ 136,45	R\$ 2.046,75
13.1.24	1204	ORSE	Revisão de ponto de água tipo 1	und	80,00	R\$ 26,57	R\$ 32,65	R\$ 2.612,00
13.1.25	1201	ORSE	Revisão de ponto de água tipo 2	und	40,00	R\$ 78,80	R\$ 96,83	R\$ 3.873,20
13.1.26	1205	ORSE	Revisão de ponto de água tipo 3	und	35,00	R\$ 157,50	R\$ 193,54	R\$ 6.773,90
13.2	Esgoto							R\$ 104.009,32
13.2.1	89711	SINAPI	Tubo PVC 40mm	m	410,00	R\$ 20,71	R\$ 25,45	R\$ 10.434,50
13.2.2	89712	SINAPI	Tubo PVC 50mm	m	350,00	R\$ 25,95	R\$ 31,89	R\$ 11.161,50
13.2.3	89714	SINAPI	Tubo PVC 100mm	m	295,00	R\$ 36,15	R\$ 44,42	R\$ 13.103,90
13.2.4	89726	SINAPI	Joelho 45° PVC 40mm	und	54,00	R\$ 9,75	R\$ 11,98	R\$ 646,92
13.2.5	89732	SINAPI	Joelho 45° PVC 50mm	und	30,00	R\$ 15,38	R\$ 18,90	R\$ 567,00
13.2.6	89724	SINAPI	Joelho 90° PVC 40mm	und	40,00	R\$ 9,55	R\$ 11,74	R\$ 469,60

Termo de referência – Secretaria Municipal de Administração

Av. João Navarro, n.º 61 – Centro – CEP: 57.140-000 – Coqueiro Seco – Alagoas
CNPJ: 12.200.325/0001-05

13.2.7	89731	SINAPI	Joelho 90° PVC 50mm	und	45,00	R\$ 14,73	R\$ 18,10	R\$ 814,50
13.2.8	89529	SINAPI	Joelho 90° c/ visita 100mm - 50mm	und	24,00	R\$ 34,70	R\$ 42,64	R\$ 1.023,36
13.2.9	1666	ORSE	Terminal de ventilação em pvc rígido c/ anéis, para esgoto primário, diâm = 50mm	und	180,00	R\$ 12,23	R\$ 15,03	R\$ 2.705,40
13.2.10	89785	SINAPI	Junção PVC 50mm	und	45,00	R\$ 25,67	R\$ 31,54	R\$ 1.419,30
13.2.11	89797	SINAPI	Junção PVC 100mm	und	78,00	R\$ 48,76	R\$ 59,92	R\$ 4.673,76
13.2.12	1636	ORSE	Junção PVC 100x50mm	und	60,00	R\$ 44,35	R\$ 54,50	R\$ 3.270,00
13.2.13	89821	SINAPI	Luva simples PVC 100mm	und	75,00	R\$ 16,62	R\$ 20,42	R\$ 1.531,50
13.2.14	89813	SINAPI	Luva simples PVC 50mm	und	32,00	R\$ 5,10	R\$ 6,27	R\$ 200,64
13.2.15	89784	SINAPI	Tê PVC 50mm	und	69,00	R\$ 23,57	R\$ 28,96	R\$ 1.998,24
13.2.16	89707	SINAPI	Caixa sifonada 100x100x50mm	und	32,00	R\$ 43,34	R\$ 53,26	R\$ 1.704,32
13.2.17	97974	SINAPI	Caixa de inspeção em PVC ou alvenaria 0,60x0,60 cm	und	45,00	R\$ 420,86	R\$ 517,15	R\$ 23.271,75
13.2.18	98108	SINAPI	Caixa de gordura em PVC ou alvenaria 0,60x0,60 cm	und	9,00	R\$ 444,46	R\$ 546,15	R\$ 4.915,35
13.2.19	1680	ORSE	Revisão de ponto de esgoto tipo 1	und	95,0	R\$ 37,21	R\$ 45,72	R\$ 4.343,40
13.2.20	1681	ORSE	Revisão de ponto de esgoto tipo 2 - Rev. 01	und	64,00	R\$ 86,40	R\$ 106,17	R\$ 6.794,88
13.2.21	1682	ORSE	Revisão de ponto de esgoto tipo 3 - Rev. 01	und	55,00	R\$ 132,57	R\$ 162,90	R\$ 8.959,50
13.3	Fossa séptica e sumidouro							R\$ 64.174,54
13.3.1	93358	SINAPI	Escavação manual de valas	m³	25,00	R\$ 80,22	R\$ 98,57	R\$ 2.464,25
13.3.2	93382	SINAPI	Reaterro manual apiloado com soquete	m³	8,00	R\$ 23,44	R\$ 28,80	R\$ 230,40
13.3.3	100981	SINAPI	Carga, manobra e descarga de entulho em caminhão basculante 6 m³ - carga com escavadeira hidráulica (caçamba de 0,80 m³ / 111 hp) e descarga livre (unidade: m3).	m³	23,40	R\$ 9,00	R\$ 11,06	R\$ 258,80
13.3.4	97912	SINAPI	Transporte com caminhão basculante de 6 m³, em via urbana em leito natural (unidade: m3xkm).	m³	23,40	R\$ 3,64	R\$ 4,47	R\$ 104,60
13.3.5	103334	SINAPI	Alvenaria de vedação de blocos vazados de cerâmica de 14x9x19cm (espessura 14cm, bloco deitado), para edificação habitacional unifamiliar (casa) e edificação pública.	m²	80,00	R\$ 134,65	R\$ 165,46	R\$ 13.236,80
13.3.6	87878	SINAPI	Chapisco, traço 1:3 - e= 5mm	m²	80,00	R\$ 4,54	R\$ 5,58	R\$ 446,40
13.3.7	3318	ORSE	Reboco especial de parede 2cm com argamassa traço t3 - 1:3 cimento / areia / vedacit	m²	80,00	R\$ 37,46	R\$ 46,03	R\$ 3.682,40
13.3.8	95241	SINAPI	Lastro de concreto magro, espessura 5cm	m²	22,50	R\$ 33,00	R\$ 40,55	R\$ 912,38
13.3.9	6457	ORSE	Concreto armado - FCK=15Mpa	m³	5,89	R\$ 2.397,02	R\$ 2.945,46	R\$ 17.348,76

13.3.10	98064	SINAPI	Sumidouro	und	5,00	R\$ 4.148,72	R\$ 5.097,95	R\$ 25.489,75
14.0	LOUÇAS, METAIS E ACESSÓRIOS							R\$ 203.865,68
14.1	86931	SINAPI	Vaso sanitário sifonado com caixa acoplada louça branca, incluso engate flexível em plástico branco, 1/2 x 40cm - fornecimento e instalação.	und	25,00	R\$ 484,02	R\$ 594,76	R\$ 14.869,00
14.2	100849	SINAPI	Assento sanitário convencional - fornecimento e instalação.	und	25,00	R\$ 39,40	R\$ 48,41	R\$ 1.210,25
14.3	100848	SINAPI	Vaso sanitário infantil louça branca - fornecimento e instalação.	und	12,00	R\$ 531,04	R\$ 652,54	R\$ 7.830,48
14.4	3461	ORSE	Mictório de louça com sifão integrado (deca ref m712), engate cromado (deca ref c4606180) e registro de pressão (deca linha c40 ref1416) ou similares	und	15,00	R\$ 1.091,76	R\$ 1.341,55	R\$ 20.123,25
14.5	100851	SINAPI	Assento sanitário infantil - fornecimento e instalação.	und	12,00	R\$ 77,73	R\$ 95,51	R\$ 1.146,12
14.6	95544	SINAPI	Papeleira de parede em metal cromado sem tampa, incluso fixação.	und	55,00	R\$ 39,88	R\$ 49,00	R\$ 2.695,00
14.7	95547	SINAPI	Saboneteira plastica tipo dispenser para sabonete liquido com reservatorio 800 a 1500 ml, incluso fixação.	und	28,00	R\$ 76,71	R\$ 94,26	R\$ 2.639,28
14.8	12290	ORSE	Lavatório com bancada em granito cinza andorinha, e = 2cm, dim 0.70x0.45, com 01 cuba de louça de embutir, sifão cromado, válvula cromada, torneira cromada, inclusive rodopia 10 cm, assentada.	und	25,00	R\$ 1.036,44	R\$ 1.273,58	R\$ 31.839,50
14.9	12285	ORSE	Lavatório com bancada em granito cinza andorinha, e = 2cm, dim 2.55x0.50, com 04 cubas de embutir de louça, sifão ajustável metalizado, válvula cromada, torneira deca cromada (decamatic ref : 1170) ou similar, inclusive rodopia 10 cm, assentada	und	5,00	R\$ 4.277,40	R\$ 5.256,07	R\$ 26.280,35
14.10	86942	SINAPI	Lavatório louça branca suspenso, 29,5 x 39cm ou equivalente, padrão popular, incluso sifão tipo garrafa em pvc, válvula e engate flexível 30cm em plástico e torneira cromada de mesa, padrão popular - fornecimento e instalação. af_01/2020	und	25,00	R\$ 251,40	R\$ 308,92	R\$ 7.723,00
14.11	11093	ORSE	Pia de cozinha com bancada em granito cinza andorinha, e = 2cm, dim 3,13x0,70m, com 02 cubas	und	10,00	R\$ 2.816,63	R\$ 3.461,07	R\$ 34.610,70

			de aço inox, sifão cromado, válvula cromada, torneira cromada 1/2", inclusive rodopia 10 cm, assentada					
14.12	10759	ORSE	Bancada em granito cinza andorinha, e=2cm	m²	10,00	R\$ 558,81	R\$ 686,67	R\$ 6.866,70
14.13	3163	ORSE	Tampo de balcão em granito cinza andorinha, e=2cm	m²	15,00	R\$ 561,77	R\$ 690,30	R\$ 10.354,50
14.14	9721	ORSE	Prateleira em granito cinza andorinha, esp= 2cm	m²	25,00	R\$ 673,35	R\$ 827,41	R\$ 20.685,25
14.15	86914	SINAPI	Torneira cromada 1/2" ou 3/4" para tanque, padrão médio - fornecimento e instalação.	und	14,00	R\$ 84,88	R\$ 104,30	R\$ 1.460,20
14.16	3685	ORSE	Torneira cromada para uso geral, DECA 1152 C39 ou similar	und	45,00	R\$ 88,56	R\$ 108,82	R\$ 4.896,90
14.17	7602	SINAPI	Torneira de jardim 25x1/2"	und	15,00	R\$ 38,92	R\$ 47,82	R\$ 717,30
14.18	86925	SINAPI	Tanque de mármore sintético com coluna, 22l ou equivalente, incluso sifão flexível em pvc, válvula plástica e torneira de metal cromado padrão popular - fornecimento e instalação. af_01/2020	und	8,00	R\$ 452,44	R\$ 555,96	R\$ 4.447,68
14.19	13111	ORSE	Barra de apoio, reta, fixa, em aço inox, l=60cm, d=1 1/2", Jackwal ou similar	und	18,00	R\$ 156,89	R\$ 192,79	R\$ 3.470,22
15.0	ESQUADRIAS							R\$ 462.762,69
15.1	100701	SINAPI	Porta de ferro, de abrir, tipo grade com chapa, com guarnições. af_12/2019	m²	25,89	R\$ 553,73	R\$ 680,42	R\$ 17.616,07
15.2	90842	SINAPI	Kit de porta de madeira para pintura, semi-oca (leve ou média), padrão médio, 70x210cm, espessura de 3,5cm, itens inclusos: dobradiças, montagem e instalação do batente, fechadura com execução do furo - fornecimento e instalação.	und	15,00	R\$ 900,15	R\$ 1.106,10	R\$ 16.591,50
15.3	91316	SINAPI	Kit de porta de madeira para pintura, semi-oca (pesada ou superpesada), padrão popular, 80x210cm, espessura de 3,5cm, itens inclusos: dobradiças, montagem e instalação do batente, fechadura com execução do furo - fornecimento e instalação.	und	95,00	R\$ 1.023,41	R\$ 1.257,57	R\$ 119.469,15
15.4	91317	SINAPI	Kit de porta de madeira para pintura, semi-oca (pesada ou superpesada), padrão popular, 90x210cm, espessura de 3,5cm, itens inclusos: dobradiças, montagem e instalação do batente, fechadura com execução do furo - fornecimento e	und	28,00	R\$ 1.089,57	R\$ 1.338,86	R\$ 37.488,08

			instalação.					
15.5	94569	SINAPI	Janela em alumínio, cor N/P/B, tipo moldura-vidro, max-ar, exclusive vidro	m²	35,00	R\$ 674,73	R\$ 829,11	R\$ 29.018,85
15.6	11941	ORSE	Janela em alumínio, cor N/P/B, tipo moldura-vidro, de correr, exclusive vidro	m²	85,00	R\$ 506,02	R\$ 621,80	R\$ 52.853,00
15.7	11944	ORSE	Janela em alumínio, cor N/P/B, moldura-vidro, tipo guilhotina, exclusive vidro m²	m²	12,59	R\$ 291,02	R\$ 357,61	R\$ 4.502,31
15.8	12334	ORSE	Porta de abrir em alumínio tipo veneziana, acabamento anodizado natural, sem guarnição/alizar/vista	m²	31,25	R\$ 469,52	R\$ 576,95	R\$ 18.029,69
15.9	3666	ORSE	Gradil c/ painel eletrosoldado galvanizado revestido em nylon com base chumbada, h = 1,03m, Nylofor 3D ou similar	m²	90,29	R\$ 912,14	R\$ 1.120,84	R\$ 101.200,64
15.10	10076	ORSE	Corrimão em tubo de aço galvanizado (altura = 1,05 m), com barras verticais a cada 2.00m (1 1/2"), barra horizontal superior (2"), barra horizontal intermediária (dupla) (1 1/2") e barra horizontal inferior (1")	m	50,00	R\$ 359,10	R\$ 441,26	R\$ 22.063,00
15.11	12634	ORSE	Porta em madeira muiracatiara, lisa, maciça, (0,80 x 2,10m), p/pintura, inclusive ferragens, exclusive batente	und	12,00	R\$ 1.144,85	R\$ 1.406,79	R\$ 16.881,48
15.12	12633	ORSE	Porta em madeira muiracatiara, lisa, maciça, (0,70 x 2,10m), p/pintura, inclusive ferragens, exclusive batente	und	7,00	R\$ 1.044,87	R\$ 1.283,94	R\$ 8.987,58
15.13	91305	SINAPI	Fechadura de embutir para porta de banheiro, completa, acabamento padrão popular, incluso					
			execução de furo - fornecimento e instalação.	und	12,00	R\$ 102,08	R\$ 125,44	R\$ 1.505,28
15.14	91304	SINAPI	Fechadura de embutir com cilindro, externa, completa, acabamento padrão popular, incluso	und	12,00	R\$ 101,89	R\$ 125,20	R\$ 1.502,40
			execução de furo - fornecimento e instalação.					
15.15	91307	SINAPI	Fechadura de embutir para portas internas, completa, acabamento padrão popular, com execução de furo - fornecimento e instalação.	und	45,00	R\$ 86,64	R\$ 106,46	R\$ 4.790,70
15.16	3737	ORSE	Dobradica de ferro zincado, 3 1/2", linha popular - Rev.03	und	65,00	R\$ 5,31	R\$ 6,52	R\$ 423,80
15.17	100705	SINAPI	Tarjeta tipo livre/ocupado para porta de banheiro.	und	20,00	R\$ 80,64	R\$ 99,09	R\$ 1.981,80
15.18	12710	ORSE	Porta de enrolar, em perfil meia cana fechado, em	m²	18,00	R\$ 355,24	R\$ 436,52	R\$ 7.857,36

Termo de referência – Secretaria Municipal de Administração

			chapa de aço galvanizado nº 22					
16.0	VIDROS							R\$ 464.452,40
16.1	1880	ORSE	Vidro liso comum transparente, espessura 6mm m2	m²	132,50	R\$ 212,50	R\$ 261,12	R\$ 34.598,40
16.2	11347	ORSE	Fornecimento e instalação de fachada em pele de vidro, em vidro laminado 3+3 refletivo	m²	200,00	R\$ 1.749,08	R\$ 2.149,27	R\$ 429.854,00
17.0	DIVERSOS							R\$ 180.251,10
17.1	5	ORSE	Placa de inauguração de obra em alumínio 0,50x0,70m	unid	12,00	R\$ 2.086,52	R\$ 2.563,92	R\$ 30.767,04
17.2	11088	ORSE	Perfil Alumínio "U" 22,0mm x 1,90mm x 0,320kg/m	m	180,00	R\$ 31,41	R\$ 38,60	R\$ 6.948,00
17.3	12056	ORSE	Letra em alumínio 40 x 40cm - instalado	unid	100,00	R\$ 197,99	R\$ 243,29	R\$ 24.329,00
17.4	12055	ORSE	Letra em alumínio 25 x25cm - instalado	unid	120,00	R\$ 127,34	R\$ 156,48	R\$ 18.777,60
17.5	89356	SINAPI	Dreno p ar condicionado - tubo PVC 25mm	m	350,00	R\$ 23,71	R\$ 29,13	R\$ 10.195,50
17.6	97334	SINAPI	Tubo em cobre flexível, dn 3/8", com isolamento, instalado em ramal de alimentação de ar condicionado com condensadora individual ? fornecimento e instalação.	m	125,89	R\$ 64,01	R\$ 78,66	R\$ 9.902,51
17.7	Caramanchão x 4							
17.7.1	93358	SINAPI	Escavação manual de vala em material de 1ª categoria até 1,50 m, excluindo esgotamento	m³	8,79	R\$ 80,22	R\$ 98,57	R\$ 866,43
17.7.2	6457	ORSE	Concreto estrutural FCK=15 Mpa - fundação	m³	7,25	R\$ 2.397,02	R\$ 2.945,46	R\$ 21.354,59
17.7.3	4485	ORSE	Peça de madeira de lei aparelhada 4x6" - (ref orse 5x5")	m	95,00	R\$ 141,42	R\$ 173,78	R\$ 16.509,10
17.7.4	201	ORSE	Peça de madeira de lei aparelhada 3x4" - (ref orse 2x5,5")	m	189,90	R\$ 59,21	R\$ 72,76	R\$ 13.817,12
17.7.5	4430	SINAPI-INSUMO	Peça de madeira de lei aparelhada 2x2"	m	360,00	R\$ 9,90	R\$ 12,17	R\$ 4.381,20
17.7.6	10666	ORSE	Assentamento de peças de eucalipto tratado, d=16 a 19cm para confecção de pergolado (ref:obra Sergipetec)	m	500,00	R\$ 29,39	R\$ 36,11	R\$ 18.055,00
17.7.7	102213	SINAPI	Pintura verniz (incolor) alquídico em madeira, uso interno e externo, 2 demãos.	m²	187,90	R\$ 18,83	R\$ 23,14	R\$ 4.348,01

18.0			SERVIÇOS FINAIS					R\$ 5.238,00
18.1	2450	ORSE	Limpeza final da obra	m²	1.800,00	R\$ 2,37	R\$ 2,91	R\$ 5.238,00
VALOR TOTAL C/ BDI								R\$ 8.226.458,96

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DO B.D.I. PARA REFORMA, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EDIFICAÇÕES

COMPOSIÇÃO DO BDI SERVIÇOS - SEM DESONERAÇÃO					
(Bonificação e Despesas Indiretas)					
TIPO DE OBRA: CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO	ADOTADO	1º QUARTIL	MÉDIO		3º QUARTIL
GRUPO A	6,07%	4,77%	6,07%		7,77%
AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%	3,00%	4,00%		5,50%
S - TAXA DE SEGUROS + G - TAXA DE GARANTIAS	0,80%	0,80%	0,80%		1,00%
R - TAXA DE RISCOS	1,27%	0,97%	1,27%		1,27%
GRUPO B	1,23%	0,59%	1,23%		1,39%
DF - DESPESAS FINANCEIRAS	1,23%	0,59%	1,23%		1,39%
GRUPO C	7,40%	6,16%	7,40%		8,96%
L - LUCRO	7,40%	6,16%	7,40%		8,96%
I - INCIDÊNCIA DE IMPOSTOS	6,15%	6,15%	6,15%		6,15%
PIS		0,65%	0,65%	0,65%	0,65%
COFINS		3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
ISSQN		2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
CPRB - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE RECEITA BRUTA	0,00%	0,00%	0,00%		0,00%
BDI COM IMPOSTOS		22,88%			
FÓRMULA PARA CÁLCULO DO BDI CONFORME ACÓRDÃO Nº 2622/2013 – TCU – PLENÁRIO					
AC	= taxa de Administração Central;				
S	= Taxa de Seguros				
R	= taxa de risco				
G	= taxa de garantias				
DF	= taxa de despesas financeiras				
L	= taxa de lucro/remuneração				
I	= taxa de incidência de impostos (PIS, COFINS, ISS, FD)				
BDI =	(1+AC+S+R+G) (1+DF) (1+L) - 1 (1 - I)		= 22,88%		

OBS: Composição do BDI acima é exclusivamente para conhecimento do participante, não sendo necessária a sua apresentação na licitação, obrigando-se a apresentar somente a declaração do BDI devidamente assinada de que aceita os percentuais propostos.

ANEXO III - DEMONSTRATIVO DAS LEIS SOCIAIS PARA REFORMA, AMPLIAÇÃO E

MANUTENÇÃO DE EDIFICAÇÕES

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALISTA %	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A					
A1	INSS	-	-	20,00	20,00
A2	SESI	1,50	1,50	1,50	1,50
A3	SENAI	1,00	1,00	1,00	1,00
A4	INCRA	0,20	0,20	0,20	0,20
A5	SEBRAE	0,60	0,60	0,60	0,60
A6	Salário Educação	2,50	2,50	2,50	2,50
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00	3,00	3,00	3,00
A8	FGTS	8,00	8,00	8,00	8,00
A9	SECONCI	-	-	-	-
A	TOTAL	16,80	16,80	36,80	36,80
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado	18,05	-	18,05	-
B2	Feriados	4,67	-	4,67	-
B3	Auxílio-enfermidade	0,86	0,64	0,86	0,64
B4	13º salário	11,15	8,33	11,15	8,33
B5	Licença-paternidade	0,06	0,04	0,06	0,04
B6	Faltas Justificadas	0,74	0,56	0,74	0,56
B7	Dias de chuva	1,84	-	1,84	-
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10	0,08	0,10	0,08
B9	Férias Gozadas	12,52	9,36	12,52	9,36
B10	Salário Maternidade	0,04	0,03	0,04	0,03
B	TOTAL	50,03	19,04	50,03	19,04
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,85	3,62	4,85	3,62
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,11	0,09	0,11	0,09
C3	Férias Indenizadas	1,67	1,25	1,67	1,25
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,51	1,88	2,51	1,88
C5	Indenização Adicional	0,41	0,30	0,41	0,30
C	TOTAL	9,55	7,14	9,55	7,14
GRUPO D					
D1	Reincidência de A sobre B	8,41	3,20	18,41	7,01
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,41	0,30	0,43	0,32
D	TOTAL	8,82	3,50	18,84	7,33

TOTAL (%)	85,20	46,48	115,22	70,31
------------------	--------------	--------------	---------------	--------------

Coqueiro Seco, 15 de maio de 2024.

Responsável Técnico
CLARISSA NASCIMENTO SOARES
Engenheira Civil / Engenheira Seg. do Trabalho /
Especialista em Master BIM: ferramentas de gestão e projeto
CREA / AL - nº 021685408-3

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO Nº (...) / 20(...).

CONCORRÊNCIA Nº XX/XXXX- CPL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº P4OC3&&0/2023

TERMO DE CONTRATO DE [...] DE (...), QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE COQUEIRO SECO,
COM INTERVENIÊNCIA DA (...), E A EMPRESA (...), NA
FORMA ABAIXO.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado o **MUNICÍPIO DE COQUEIRO SECO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. [...], com sede do Executivo Municipal localizado na [...], nesta Cidade, com o CEP: 57.160-000, representado neste ato por sua autoridade maior o(a) Senhor(a) Prefeito(a) (**nome completo**), (**nacionalidade**), (**profissão**), (**estado civil**), portador(a) do RG nº. (...) – (...) / (...) e CPF nº. (...), domiciliado(a) neste município, doravante denominado(a) de CONTRATANTE, através da(s) seguinte(s) Secretaria(s) como *interveniente(s)*, (...), CNPJ/MF sob o nº. (...), com sede (...), nesta Cidade, com o CEP: (...), representada(s) pelo(a) (...), Senhor(a) (**nome completo**), (**nacionalidade**), (**profissão**), (**estado civil**), portador(a) do RG nº. (...) – (...) / (...) e CPF nº. (...), domiciliado(a) neste município, e de outro lado a empresa (**nome completo da empresa**), com o CNPJ nº (...), localizada à (...), – CEP: (...), neste ato representada pelo(a) Senhor(a) (**nome completo**), (**nacionalidade**), (**profissão**), (**estado civil**), portador(a) do RG nº. (...) – (...) / (...) e CPF nº. (...), doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº [...] e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do CONCORRÊNCIA n. [...] / [...], mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de [...], nas condições estabelecidas no Termo de Referência e/ou projeto básico.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. Projeto básico e executivo (Se houve)
- 1.2.3. O Edital da Licitação;
- 1.2.4. A Proposta do contratado;
- 1.2.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de [...] contados do(a) [...], na forma do artigo 105 e 109 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$. [...] (...)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ____/____/____ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice ____ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência e/ou projeto básico.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de XXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada quando for o caso;*

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

- 1. Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;
 - i. O atraso superior a XXXXXX dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- ii. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas acima, de% a ...% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. **Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).**

11.3.2. **Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)**

11.3.3. **Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).**

11.3.4. **Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **XX (XXXX)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.**

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

- 12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. **Gestão/Unidade:**

13.1.2. **Fonte de Recursos:**

13.1.3. **Programa de Trabalho:**

13.1.4. **Elemento de Despesa:**

13.1.5. **Plano Interno:**

13.1.6. **Nota de Empenho:**

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da sede da contratante para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei n.º 14.133/21.

Coqueiro Seco/AL em _____ de _____ de _____



Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO E DIGITAL Nº 202405150027/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2024

A Prefeitura Municipal de COQUEIRO SECO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob nº XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na Rua XXXXXXXX, COQUEIRO SECO - Alagoas CEP XXXXXX, representado pelo Chefe do Poder Executivo, Sra. XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF nº XXX.XXX.XX, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXXXX-SSP/AL, com o supracitado endereço profissional, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Concorrência na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202..., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e em conformidade com as disposições a seguir:

2. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado(s) no(s) Termo de Referência, do edital de pregão eletrônico nº, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

3. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor Beneficiário:	
CNPJ:	
Endereço:	
Telefones:	
Representante Legal:	
Identidade e CPF:	
E-mail:	

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

4.1. A lista de material resultou na participação conjuntada do(s) órgão(s) e entidade(s) abaixo relacionado(s), o(s) qual(is) integra(m) a presente ARP com titulares:

ÓRGÃO GERENCIADOR		ENDEREÇO
1	XXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
ÓRGÃOS PARTICIPANTES		
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação para figura do carona.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a

disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.1.3. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.4. O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.1.5. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.2.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.2.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

6.2.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

6.2.2.2. Mantiverem sua proposta original.

6.2.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.3. O registro a que se refere o item 6.2.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.5.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

6.5.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

6.5.3. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

6.5.4. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

6.5.5. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

6.5.6. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.5.7. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

6.5.8. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.5.9. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.5.10. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Edital, na falta de índice oficial estabelecido no Termo de referência, será utilizado o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, tendo por data base vinculada ao orçamento estimado, oferecido pela licitante.

7.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.5. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.1.6. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.1.7. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.1.8. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

8.1.9. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.10. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.1.11. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

10. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

10.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

10.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

10.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado; ou

10.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.2. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.3.1. Por razão de interesse público;

10.3.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10.3.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

11. DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

11.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual poderá o órgão participante aplicar a penalidade.

O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

12.2. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o foro da Comarca de COQUEIRO SECO, Estado de Alagoas.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

ANEXO IV – MODELO DE CARTA PROPOSTA

CONCORRÊNCIA Nº XX/XXXX

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº P4OC3&&0/2023

OBJETO: XXX.

Razão Social da Licitante:

CNPJ: Endereço:

CEP:Telefone:.....FAX:.....

E-Mail:.....

As planilhas de quantitativos e custos conterão as descrições dos produtos que compõem a solução proposta, incluindo as respectivas quantidades, unidades, preço unitários e totais gerais, expressos em reais (R\$).

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade Estimada	Valor Máximo Aceitável Para Fins de Aplicação do Desconto	Percentual de Desconto Ofertado
01	Registro de preço para futura contratação de empresa de engenharia para prestar serviços, sobre demanda, de reforma, ampliação, manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, referenciados nas planilhas de serviços e insumos diversos descritos no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil - SINAPI, sistema de orçamento de obras de Sergipe – ORSE, e sistema de custos referencias de obras – SICRO, em prédios, logradouros e espaços públicos do município de Coqueiro Seco /AL	Conforme tabela anexa	Conforme tabela anexa	R\$ 8.226.458,96	

DECLARAMOS que no valor ofertado estar inclusa todas as despesas diretas e indiretas necessárias à execução dos serviços, tais como, as despesas com deslocamento, alimentação, hospedagem, contribuições, seguros, despesas com materiais e mão de obra, e qualquer outra incidência fiscal, trabalhista, previdenciária e demais encargos necessários a perfeita prestação dos serviços objeto do CONCORRÊNCIA em epígrafe;

DECLARAÇÃO que validade da proposta no mínimo de **60 (sessenta) dias**;

DECLARAÇÃO que conhecemos as condições de pagamento de acordo com o previsto no instrumento convocatório;

DECLARAÇÃO que aceita e atende todas as especificações do objeto e condições constantes neste edital.

DECLARAÇÃO que está de acordo com todas as normas e condições deste CONCORRÊNCIA.

Banco, agência e conta corrente.

Dados do responsável pela assinatura do contrato (Nomes, Nacionalidade, Profissão, Estado civil, Cargo na empresa, CPF, RG e Endereço)

Local e Data.

(Nome e assinatura do responsável pela proponente em papel timbrado da empresa)